



JOAQUINA NADINE MARQUES CARLOS

– KIXIKILA –

UM CONTRATO DE FINANCIAMENTO INFORMAL

Análise e enquadramento jurídico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS EMPRESARIAIS

Elaborada sob orientação do Senhor Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida

Lisboa/2014

DEDICATÓRIA

Aos meus pais
(Arlindo Isabel e Rosalina Isabel)
por tudo nesta vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pela vida e por todas as oportunidades com que me tem abençoado.

À minha família e, em particular, aos meus pais, pelo apoio incondicional e por todos os sacrifícios suportados para fazerem de mim o que hoje sou.

Ao meu orientador, o Sr. Professor Dr. Carlos Ferreira de Almeida, por se ter interessado pelo tema desde o início e, com muita dedicação e entusiasmo, ter orientado a elaboração deste trabalho.

À Sra. Dra. Paula Redondo Pereira (minha mentora) Sra. D. Isabel Maria (vendedora do mercado dos Congolenses), à Sra. D. Gia (nossa secretária do lar), à Sra. Sandra Cunha (funcionária do Jornal de Angola), ao Sr. Dr. Carlos Lopes, à Sra. Dra. Henrizilda Nascimento, ao Sr. António Chamuhongo (do Departamento de Línguas Nacionais do Ministério da Educação), à Sra. Helena Gomes (Técnica de Informática) pelo seu inestimável apoio e a todos que, directa ou indirectamente, apoiaram a realização do presente trabalho.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ANTI-PLÁGIO

Declaro por minha honra que, de acordo com o art. 20º-A do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos, o trabalho que apresento é original e que todas as fontes utilizadas na sua elaboração estão devidamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar. Mais declaro que, em cumprimento do disposto no art. 31.º do mesmo Regulamento, o presente texto consta de 198.258 caracteres, incluindo espaços e notas.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2014

Joaquina Nadine Marques Carlos

ÍNDICE

Resumo - abstract	4
<i>“Kixikilas e kilapis”</i>	6
Indicação do modo de citar.....	7
Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas	8
Glossário	10
INTRODUÇÃO.....	11
1. Enquadramento do tema	11
2. Razão da escolha do tema e método de abordagem	13
3. Fontes do estudo.....	14
CAPÍTULO I - DESCRIÇÃO	16
1. As ROSCAS.....	16
1.1. Noção, significado e origem	16
1.2. Modo de funcionamento e impacto económico e social.....	18
2. Kixikila.....	20
2.1. Noção, origem e significado do termo kixikila	20
2.2. Elementos da noção de kixikila.....	22
3. Funcionamento da kixikila.....	25
3.1. Requisitos para integrar um grupo de kixikila	25
3.2. Fases do acordo	26
3.3. Finalidade.....	27
4. Prazos.....	27
4.1. Prazo de realização das contribuições e atribuição dos fundos.....	27
4.2. Prazo de vigência do acordo.....	28
5. Vantagens e desvantagens da kixikila	29
5.1. Vantagens	29
5.2. Desvantagens	30

CAPÍTULO II - ANÁLISE E CONSTRUÇÃO JURÍDICA DA KIXIKILA À LUZ DO DIREITO CIVIL ANGOLANO	31
1. A kixikila como negócio jurídico	31
2. Fase pré-contratual e formação do contrato	32
2.1. Conteúdo	33
2.2. Forma	36
3. Características do contrato de kixikila.....	37
3.1. Tipicidade e atipicidade do contrato de kixikila	38
3.2. O carácter intuitus personae do contrato de kixikila.....	39
3.3. Princípio da interdependência das obrigações	42
4. Direitos e obrigações no âmbito do contrato de kixikila	44
4.1. Direitos das partes	44
4.2. Obrigações das partes	45
5. Estrutura das obrigações.....	47
5.1. Os sujeitos	47
5.2. O objecto.....	51
6. Natureza dos efeitos do contrato de kixikila.....	55
7. Cumprimento das obrigações.....	55
8. Função económica e social da kixikila	58
CAPÍTULO III - VICISSITUDES DO CONTRATO	62
1. Principais vicissitudes do contrato de kixikila.....	62
1.1. Incumprimento do contrato	62
1.2. Desistência de uma das partes	64
1.3. Morte de um dos membros.....	65
1.4. Alteração das circunstâncias e situação de força maior	66
2. Meios de coacção	67
3. Cessão da posição contratual.....	70
4. Extinção do contrato de kixikila	71

CAPÍTULO IV - NATUREZA JURÍDICA DA KIXIKILA	72
1. Aproximação e enquadramento	72
1.1. O contrato de associação.....	73
1.2. O contrato de sociedade.....	76
1.3. O contrato de consórcio.....	78
1.4. O contrato de comodato	80
1.5. O contrato de mútuo	82
1.6. O contrato de prestação de serviço	85
1.7. O contrato de permuta	88
2. Síntese conclusiva.....	90
CAPÍTULO V - REGIME JURÍDICO APLICÁVEL.....	93
1. O contrato misto	93
2. A kixikila como um contrato <i>sui generis</i>	97
CONCLUSÃO.....	99
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	100
Doutrina.....	100
Legislação.....	104
Sítios da internet	104
ANEXOS.....	106
ANEXO I – Entrevistas	106
ANEXO II – Estrutura funcional da kixikila.....	114
ANEXO III – Quadros dos países em que se praticam ROSCAS e respectivas designações	116

RESUMO

O presente trabalho tem por objectivo uma abordagem teórico-prática da kixikila, um contrato legalmente atípico, porém, socialmente típico, que se rege fundamentalmente pelos usos e costumes, que tem sido celebrado um pouco por toda Angola e não só, visando o seu enquadramento jurídico à luz do direito civil angolano.

Para a realização do escopo pretendido, o mesmo está organizado em cinco capítulos, referindo-se o primeiro à descrição da kixikila de acordo com a pesquisa oral, com a observação directa e com o contributo de outros autores que se debruçam sobre esta questão, com vista a permitir um prévio e efectivo conhecimento da mesma. No segundo capítulo analisamos e fazemos uma *prima* qualificação da kixikila como negócio jurídico, debruçando-nos sobre os seus requisitos, fases de formação, conteúdo e forma, características, direitos e obrigações das partes, efeitos, cumprimento e as razões que justificam o merecimento da tutela jurídica que é conferida aos demais negócios jurídicos, tendo em conta a sua função económica e social. No terceiro capítulo debruçamo-nos sobre as vicissitudes que podem ocorrer na vigência da kixikila, sobre os meios de coacção face ao incumprimento e sobre a sua extinção. No quarto capítulo tentamos qualificar este contrato mediante confronto das suas características mais relevantes com as de tipos contratuais legalmente típicos, de modo a determinar a sua natureza jurídica em função do grau de afinidade com os tipos contratuais tidos como referência, concluindo-se com uma síntese comparativa. No quinto capítulo procuramos determinar a posição a adoptar quanto à natureza jurídica e ao regime jurídico aplicável à kixikila analisando-a na perspectiva dos contratos mistos e como contrato *sui generis*, e concluímos pela prevalência dos usos e costumes no que à sua disciplina respeita.

Por fim, incluímos em anexo informações complementares, concretamente excertos das entrevistas realizadas a algumas individualidades e a intervenientes da kixikila, a estrutura funcional da kixikila e exemplos de roda de kixikila e alguns quadros demonstrativos dos países em que tal prática tem lugar e respectivas designações.

ABSTRACT

The purpose of the present work is to analyse and provide kixikila legal framework under Angolan law. Kixikila, despite being a legally atypical agreement, is a socially typical contract, governed essentially by the practices and customs in Angola and concluded throughout the country.

With the above purpose in mind, this thesis is structured in five chapters: the first one aims at better understanding its features and, therefore, it describes the kixikila in accordance with oral research, direct observation and the contributions of scholars that have examined this matter. The second chapter aims at qualifying the kixikila as a legal transaction. For this purpose, we have analysed its requirements, formation stages, content and form, characteristics, rights and obligations of the parties, effects and compliance. We have also covered the reasons that explain why this type of agreement shall be legally protected in line with the protection conferred upon other legal agreements, taking into account its economic and social function. The third chapter covers the vicissitudes which may occur during the term of the kixikila agreement, as well as the enforcement mechanisms in face of breach and its termination. The fourth chapter aims at qualifying this agreement by comparing its most relevant characteristics with those of typical agreements, with a view to determining its legal nature based upon the similarity with other contractual types. This chapter further makes a comparative synthesis between the contracts in analysis. The fifth chapter analyses the legal nature and legal framework applicable to kixikila taking into account mixed-purpose contracts and sui generis contracts. We conclude that practices and customs in Angola take precedence as regards kixikila.

Lastly, we attach additional information, such as excerpts of interviews with some individuals intervening in kixikila, the functional structure of kixikila and examples of kixikila, as well as demonstrative lists of countries where this type of agreement takes place and the obligations arising therefrom.

“Kixikilas e kilapis

Aqui se chama Kixikila. [...].

Junta-se um grupo selecto de pessoas confiáveis. Decide-se o valor. A cada mês, todos pagam e um recebe.

Com a bolada pode-se comprar um televisor, uma geladeira, material de construção, qualquer uma dessas coisas que não costumam caber no orçamento apertado do angolano normal.

O sistema bancário é incipiente.

Na falta de crédito ao consumidor, sobrevivem as antigas práticas comerciais, como a caderneta, o “pendura” ou “prego”.

O velbo “comprar fiado” em Angola recebeu o nome de “kilapi”.

A depender da confiança e do grau de conhecimento, pode-se pagar em 30 dias ou em parcelas.

Todos recorrem ao kixikila ou ao kilapi e assim vão levando a vida.

Ainda não precisam de bancos”.

seguindoadiante.blogspot.com/2009/06/kixikilas-e-kilapes.html

(01/10/13)

INDICAÇÃO DO MODO DE CITAR

As referências bibliográficas foram, ao longo do texto, feitas com base no sistema de citação-nota e de acordo com a Norma Portuguesa de Citação (NP 405-1, 1994).

Nas notas ao longo do texto os autores são citados primeiramente pelo sobrenome, seguindo-se os restantes nomes e dados relativos à obra.

A primeira citação de cada autor é completa, tal como aparece na lista de bibliografia final, incluindo as restantes apenas a indicação do autor, título, volume e página.

A referência a autores e obras já referidas anteriormente inclui apenas o autor seguido da indicação “*op. cit.*” e da página.

Na citação de várias obras do mesmo autor ao longo do texto, a primeira citação de cada obra é completa, indicando-se de forma abreviada ao longo do texto. Na lista de bibliografia final o nome do autor aparece referido apenas em relação à obra mais recente, sendo substituído nas seguintes por travessão.

A citação de partes de obras colectivas inclui o autor e o título da parte, seguindo-se o título da obra, indicação do coordenador e demais elementos relativos à obra. Sendo mais de um coordenador, indicam-se os três primeiros, seguindo-se a indicação “*et al.*”.

A citação de obras em formato electrónico, cujo acesso foi com recurso à internet, inclui a indicação ao longo do texto da data e hora precisa em que a elas se teve acesso, aparecendo na lista da bibliografia final apenas com a indicação da data.

Na lista da bibliografia final, os autores são citados por ordem alfabética dos respectivos sobrenomes.

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

AAFDL – Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

Akz – Kwanza (moeda actualmente com curso legal em Angola).

Art. – Artigo.

Art.s – Artigos.

ASCRA – Associations of Accumulating Funds for Future Loans.

CC – Código Civil.

CEsA – Centro de Investigação Científica do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica De Lisboa.

Contrib. – contribuído/contribuição.

Coord. – Coordenação/coordenador(es).

CSC – Código das Sociedades Comerciais.

CRA – Constituição da República de Angola.

D.R. Congo – Democratic Republic of Congo.

E1 – entrevistado 1.

E2 – entrevistado 2.

Ed. – edição.

Et al. – *et alii*

Ex. – exemplo.

FDUL – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Fem. – feminino.

IK – Interveniente da Kixikila.

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

IUL – Instituto Universitário de Lisboa.

Kik. – Kikongo.

Kimb. – Kimbundu.

Op. cit. – obra citada.

P. – página.

Pp. – páginas.

ROSCAS – Rotating Savings and Credit Associations.

Ss. – seguintes.

Subst. – substantivo.

UTL – Universidade Técnica de Lisboa.

Vol. – volume.

GLOSSÁRIO

Arecebé – receber.

“*Comido*” – é um termo utilizado no contexto das rodas de kixikila, porém, com o sentido de “receber”.

Disvorver – devolver.

Et al. – e outros

Kikongo – Língua nacional angolana falada nas províncias do Uíge e do Zaire situadas a Norte do País.

Kilapi – fiado, dívida.

Kimbundu – Língua nacional angolana falada nas províncias de Luanda, Bengo (situadas no litoral do país), Malanje e Kwanza-Norte (situadas no interior do país).

Kinguilas – pessoas que realizam operações de câmbio no mercado informal.

Le – lhe.

Makas – problemas.

Umbundu – Língua nacional angolana falada nas províncias do centro e sul do país (Huambo, Bié, Benguela e Namibe).

Yá – sim.

INTRODUÇÃO

1. ENQUADRAMENTO DO TEMA

Angola é um país em que se assiste actualmente a um significativo e acelerado desenvolvimento económico e social. No entanto, apesar dos inúmeros esforços e estratégias de desenvolvimento adoptadas pelo governo, a melhoria das condições socioeconómicas das populações ainda é insignificante devido de determinados factores que se prendem com o ineficiente funcionamento das instituições vocacionadas para a promoção da circulação e distribuição da riqueza, aliada ao anterior sistema de não-bancarização da economia (só muito recentemente se deu a bancarização dos salários dos funcionários públicos e dos trabalhadores de algumas empresas do sector privado) que, de modo significativo, contribuiu para a sua diminuta capacidade de mobilização de recursos financeiros e, conseqüentemente, para a limitada disponibilização de financiamentos aos cidadãos a título de crédito ou de micro-crédito.

Actualmente, apesar da bancarização dos salários ter contribuído para o aumento do nível de solvabilidade dos bancos angolanos e de estes oferecerem uma gama diversificada de produtos e serviços financeiros, contribuem ainda para o subdesenvolvimento económico e social, os inúmeros entraves que se colocam à generalidade da população no acesso ao financiamento, mormente pela imposição de excessivas formalidades, agravada pela escassez de recursos que pode comprometer gravemente a viabilidade de uma eventual concessão de crédito.

Com vista a mitigar e, quiçá, extinguir as dificuldades de obtenção de financiamento, por força das práticas sociais, o sistema financeiro angolano adquiriu uma nova configuração, caracterizando-se, presentemente, como um sistema financeiro dualista¹, na medida em que, a par do sector financeiro formal constituído pelos bancos e demais instituições financeiras, coexiste um sector financeiro informal² (entendido como o conjunto de actividades financeiras não oficiais ou exercidas por quem não se encontra formalmente habilitado para as exercer) onde se encontram inseridas determinadas práticas e actividades financeiras que escapam ao controlo do Estado e, algumas delas, até mesmo dos padrões de legalidade oficialmente determinados. De

¹ Cf. DUCADOS, Henda Lúcia e Manuel Ennes Ferreira, *O Financiamento Informal e as Estratégias de Sobrevivência Económica das Mulheres em Angola: A Kixikila no município do Sambizanga*, Documentos de Trabalho n.º 53, CEsa, 1998, p. 4.

² Cf. QUEIROZ, Francisco Manuel Monteiro de, *O sector Informal de Economia em Angola, Contributos para a sua compreensão e enquadramento jurídico-económico*, 1996, p. 26.

entre tais práticas e actividades destacam-se o *kilapi*³⁴ (que funciona como um mecanismo de diferimento da contraprestação em dinheiro devida no âmbito de um contrato de compra e venda ou de prestação de serviço, baseado unicamente na confiança recíproca entre as partes), as *kinguilas* (são homens e mulheres que, à margem da lei, desenvolvem actividades creditícias e cambiárias nas principais ruas das cidades angolanas, concretamente, a concessão de crédito e o câmbio de divisas por moeda nacional e vice-versa, com propósito lucrativo)⁵ e a *kixikila* (que funciona como um mecanismo de poupança e crédito, baseada em princípios de solidariedade, confiança e cooperação entre os seus intervenientes).

A *kixikila* corresponde ao que se designa por ROSCAS, acrónimo de *Rotating Savings and Credit Associations*, que são associações de poupança e crédito, que funcionam com base na confiança e num espírito de entreaajuda. Pode dizer-se que a *kixikila* é uma espécie de associação rotativa de poupança e crédito⁶ e que, tal como o *kilapi*, caracteriza-se fundamentalmente pela informalidade e pela componente de entreaajuda entre os seus intervenientes.

Em Angola a *kixikila* é uma prática generalizada e bem sedimentada entre as diversas classes sociais, cujas implicações manifestam-se a nível económico, permitindo a circulação e distribuição da riqueza e, consequentemente o aumento do *empowerment* das famílias e a nível social, possibilitando uma significativa melhoria das condições de vida dos seus intervenientes.

Entretanto, trata-se de uma realidade cujas implicações económicas e sociais envolvem um complexo de relações que, como qualquer realidade social, de acordo com a máxima *ubi societas ibi jus*, clamam por reconhecimento pelo direito tendo em vista um melhor aproveitamento das suas potencialidades.

É, com efeito, uma realidade social transversal à sociologia, à economia e ao direito, destacando-se e apelando-se, neste contexto, o papel de regulador dos aspectos da vida social que o direito desempenha na sociedade, mediante análise e enquadramento jurídico das questões que em sede do presente trabalho se levantam.

³ Cf. CABRAL, Maria Alice dos Santos, *O Sector Informal Urbano em Angola: A Economia Solidária no Mercado Informal da Capote como Tradição e Estratégia de Sobrevivência*, UTL – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Dissertação de Mestrado, 2005, p. 54.

⁴ Cf. AMARAL, Ilídio do, *Operações Financeiras no Sector Informal das Cidades da África Subsariana*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, p. 16.

⁵ Cf. *Idem*, p. 19.

⁶ Cf. *Idem*, p.18.

2. RAZÃO DA ESCOLHA DO TEMA E MÉTODO DE ABORDAGEM

A razão que está na base da escolha deste tema prende-se, primeiro, com a tendência dos juristas, à qual não escapei, de enquadramento jurídico de toda a realidade marginal à regulação jurídica, motivada pela ideia de que o direito deve adequar-se às constantes transformações da realidade social, acolhendo-as e disciplinando-as (se necessário) e, segundo, com um especial interesse pela existência de um elevado número de práticas contratuais angolanas e não só, que se enquadram no chamado sector informal e representam um relevante factor de crescimento económico e social das famílias e que, pela sua falta de reconhecimento legal, consubstanciam práticas legalmente atípicas embora estejam dotadas de uma consolidada tipicidade social. Aliada a isto surge a preocupação pela falta de uma lei que sirva de garantia para os seus intervenientes e que, simultaneamente permita aos aplicadores do direito dar resposta aos conflitos que delas resultem.

Nesta senda, o objectivo do presente trabalho resume-se no estudo do contrato de kixikila celebrado em Angola de modo a contribuir para a sua compreensão e enquadramento jurídico, sem, contudo, descartar a possibilidade de uma breve referência a práticas semelhantes levadas a cabo em outros países de diferentes continentes, com especial enfoque para as ROSCAS.

Consideramos a relevância do presente trabalho na medida em que irá permitir aos intervenientes neste contrato e à comunidade científica em geral uma primeira ou maior compreensão da kixikila e, aos aplicadores do Direito, fornecerá uma base de compreensão, interpretação, qualificação e aplicação do direito aos conflitos resultantes da mesma quando com eles forem confrontados no exercício da sua profissão.

No que ao método respeita, o presente trabalho foi elaborado com recurso a diferentes métodos e, por uma questão de sistematicidade, o mesmo divide-se em três partes, sendo a primeira, correspondente ao primeiro capítulo, meramente descritiva; a segunda, correspondente ao segundo, terceiro e quarto capítulos, analítica; e a terceira, correspondente ao quinto capítulo, a síntese conclusiva.

Para a descrição do contrato, recorreremos inicialmente à realização de uma série de entrevistas não estruturadas e semiestruturadas a pessoas de diversos extractos sociais, entre intervenientes, um sociólogo e uma juíza e, com base no método descritivo fizemos, de acordo

com a pesquisa oral, com a observação directa e com o contributo de outros autores, a descrição do contrato de kixikila, de modo a obter o perfil desta prática e suas formas de manifestação.

Na segunda parte, correspondente a análise e construção jurídica da kixikila, com base nos métodos analítico e comparativo, analisamos a kixikila à luz do direito privado comum, comparando-a posteriormente com alguns contratos típicos que, à partida, lhe são afins, de modo a determinar as características comuns que, em função do seu número e relevância, nos permitissem reconduzi-la ao tipo contratual com o qual apresentasse maior afinidade. Nesta parte foi igualmente relevante o método explicativo que nos permitiu estabelecer a relação entre a kixikila e os tipos contratuais típicos objecto da análise e comparação.

Por fim, na terceira e última parte, fazemos uma síntese comparativa baseada na análise feita nos capítulos anteriores, e nela estamos então em condições de dizer a posição por nós adoptada quanto à qualificação e ao regime jurídico aplicável ao contrato de kixikila em função da sua especificidade.

3. FONTES DO ESTUDO

A elaboração deste trabalho foi possível mediante recurso a diversas fontes orais e escritas.

Para a descrição da kixikila enquanto prática contratual apoiámo-nos na recolha de informação oral (prestada por cerca de trinta pessoas de diferentes grupos de kixikila, além do contributo dado por um sociólogo) e na observação directa da kixikila, cuja compreensão teórica foi possível mediante recurso à literatura socioeconómica existente pertencente a diversos estudiosos angolanos e estrangeiros. Foram-nos particularmente úteis os estudos socioeconómicos sobre economia informal e financiamento informal.

O enquadramento doutrinário das questões que surgem em sede da kixikila encontra apoio bibliográfico em obras de diversos autores portugueses que se debruçam sobre matérias do direito privado comum e sobre o direito dos contratos em especial. Aqui foi-nos particularmente relevante a entrevista dada por uma juíza.

Situando-se o vocábulo “kixikila” na língua nacional Kimbundu, foi incontornável um estudo terminológico realizado pelos técnicos da Secção de Línguas Nacionais do Ministério da Educação da República de Angola.

No que ao respaldo legal respeita, o presente trabalho, situado num contexto puramente angolano, não obstante ser alvo de avaliação pela comunidade científica portuguesa, tem o seu suporte legal na legislação angolana vigente.

CAPÍTULO I - DESCRIÇÃO

1. AS ROSCAS

1.1. NOÇÃO, SIGNIFICADO E ORIGEM

ROSCAS é a designação dada pela literatura económica anglo-saxónica às associações rotativas de poupança e crédito, as quais constituem um sistema de financiamento informal, cujas características principais consistem no facto de se desenvolverem na base da confiança entre os seus membros e por terem como objectivo principal a solidariedade e entreajuda, mediante utilização de um esquema de associativismo através do qual os membros do grupo se financiam reciprocamente em sistema de rotatividade.

Quanto ao significado, as ROSCAS correspondem ao acrónimo de *Rotating Savings and Credit Associations* e distinguem-se de outra realidade semelhante a que a literatura anglo-saxónica denominou ASCRA, que são associações de acumulação de fundos para empréstimos futuros⁷⁸. Outras figuras afins das ROSCAS são as associações de distribuição rotativa regular do fundo comum e as associações de concessão não rotativa do fundo comum⁹.

Por definição, as ROSCAS são «*an association formed upon a core of participants who agree to make regular contributions to fund which is given in whole or in part, to each contributors in rotation*»¹⁰.

As ROSCAS integram o sistema de economia informal, o qual «entende-se, na linha de concepção da OIT [ILO, 2002 C: 2]¹¹, todo o conjunto de actividades e práticas económicas

⁷ Cf. COSTA, Paulo César P. da, *Kixikila e Desenvolvimento Local em Angola*, ISCTE-IUL, Dissertação de Mestrado, 2011, p. 19.

⁸ Cf. DUCADOS, Henda Lúcia e FERREIRA, Manuel Ennes, op. cit., p. 5 e ss.

⁹ Cf. AMARAL, Ilídio, op. cit., p. 26.

¹⁰ Cit. ARDENER, Shirley, «The Comparative Study of Rotating Credit Associations», *Journal of The Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 94, 2 (Julho - Dezembro), 1964, p. 201, <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2844382?uid=3738880&uid=2134&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21103062846087> - 30/04/13, 15h30.

¹¹ Cf. Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Promotion of Cooperatives Recommendation*, 2002 (No. 193), Recommendation concerning Promotion of Cooperatives, adopted in Geneva, 90th ILC session (20 Jun 2002), http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R193 - 8/11/2013, 20h39.

legais realizadas por agentes económicos total ou parcialmente ilegais»¹². Tal sistema é constituído por actividades desenvolvidas por agentes económicos que, pela sua natureza, se encontram excluídos do âmbito de cobertura legal e regulamentar prevista nas normas oficiais.

Numa perspectiva jurídico-económica, entende-se a economia informal como «a relação económica que compreenda todo o comportamento socialmente admissível dirigido à obtenção de resultados económicos, desenvolvido à margem das regras jurídico-económicas em vigor, com prejuízo dos indicadores orçamentais e contabilísticos nacionais»¹³. O sistema informal, do ponto de vista subjectivo, caracteriza-se pela predominância da actuação de agentes económicos singulares, os quais se relacionam positiva e directamente entre si, mantendo, paralelamente, uma relação negativa com as autoridades estatais responsáveis pela gestão e fiscalização do sector económico¹⁴, concretamente no que a obtenção de licenças, autorizações, registos e cumprimento de obrigações tributárias respeita, desenvolvendo toda a sua actividade no mais completo ambiente de incerteza e insegurança jurídicas.

As ROSCAS são de origem incerta quanto ao tempo e ao lugar entretanto, estima-se a existência de algumas formas de cooperação económica na China há cerca de 200 a.C., pensa-se que algumas delas terão evoluído ao longo do tempo e chegado ao que actualmente conhecemos como ROSCAS¹⁵, sendo certo que as mesmas evoluíram a partir das necessidades e experiências de solidariedade e entreajuda entre pessoas relativamente próximas, ligadas entre si por laços de parentesco, amizade, vizinhança, laborais, etc. Constituem uma tradição bastante enraizada em diversos países africanos, asiáticos, americanos e europeus, embora com designações distintas em cada um deles, conforme se pode conferir no anexo III ao presente trabalho, e com menor incidência nos dois últimos continentes.

Em Angola as ROSCAS denominam-se *kixikila* (na língua nacional Kimbundu), *dikelemba*, *likelemba* ou *kudizongue* (na língua nacional Kikongo) e *otchikisikila* (na língua nacional Umbundu), é praticada um pouco por todo país, maioritariamente por mulheres e o seu objecto é diverso, podendo incidir sobre dinheiro, coisas ou troca de horas de trabalho entre os seus intervenientes.

¹² Cit. LOPES, Carlos Manuel, «*As Mulheres na Economia Urbana de Luanda: Subalternidade, Discriminação e Mudança*». Revista Angolana de Sociologia, n.º 1, pp. 106-107, Junho de 2008.

¹³ Cit. QUEIROZ, Francisco Manuel Monteiro de, op. cit., p.92.

¹⁴ Cf. *Idem*, p. 93-94.

¹⁵ Cf. HEVENER, Christy C., *Alternative Financial Vehicles: Rotating Savings and Credit Associations (ROSCAS)*, Philadelphia, Federal Reserve Bank of Philadelphia, Discussion Papers, 2006, p. 5, www.phil.frb.org/community.../discussion-papers/di... - 24/04/2013, 17h00.

1.2. MODO DE FUNCIONAMENTO E IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL

Nas ROSCAS o objecto predominante é o dinheiro. Qualquer que seja a designação, os grupos de ROSCA, em geral, apresentam uma mesma estrutura cíclica, que se baseia na reunião de um grupo de pessoas ligadas entre si por relações oriundas de outros contextos, que celebra um acordo informal, nos termos do qual se comprometem a contribuir periodicamente para um fundo comum com um montante fixo cujo valor é posteriormente atribuído a um dos membros do grupo de forma cíclica, terminando-se ciclo somente quando todos os intervenientes se tiverem beneficiado do fundo para o qual terão contribuído.

No que à sua disciplina diz respeito, as ROSCAS regulam-se por regras de direito costumeiro, pelos usos e pelas estipulações das partes referentes ao objecto, montante, prazos, ordem de atribuição do fundo comum, etc.. Resulta que, em alguns grupos, no que à ordem de atribuição dos fundos respeita, é atribuída primazia ao líder, como contrapartida das funções administrativas e de coordenação que o mesmo desempenha no grupo, sendo tal ordem fixada aleatoriamente no que aos demais membros respeita. Os membros reúnem-se regularmente em função das necessidades do grupo.

As ROSCAS têm como finalidade a prossecução de determinados objectivos económicos e sociais e «baseiam-se, fundamentalmente, em três pilares: associativismo de confiança mútua; fundos financeiros reunidos exclusivamente por cotizações dos associados; distribuição equitativa daqueles fundos»¹⁶.

As ROSCAS constituem um dos principais esquemas informais, existentes, mormente, nos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento, que actuam como um meio catalisador das lacunas existentes na mobilização de recursos financeiros e não só, com vista à prossecução, de outros fins, das mais diversas actividades económicas.

Relativamente ao impacto económico e social, as ROSCAS contribuem para colmatar diversas lacunas no sector económico *«appearing in rural villages, where there is a lack of financial infrastructure; in developing countries, where the formal sector is nascent or corrupt; and even in developed countries as an alternative to mainstream financial institutions»*¹⁷¹⁸. As suas vantagens concretizam-se no facto de

¹⁶ Cit. AMARAL, Ilídio do, op. cit., p. 25.

¹⁷ Cit. HEVENER, Christy C., op. cit., p. 5.

¹⁸ Cf. KLONNER, Stefan e RAI, Ashok., *Does Credit Rationing Reduce Defaults? Evidence from South Indian ROSCAS*, Working Paper, Cornell University and Williams College (October 2003), p. 5 e ss., www.cirpee.uqam.ca/Conf_Pallage.../S_Klonner.pdf - 26/04/13, 00h30.

constituírem um sistema de financiamento informal em que paralelamente ao sistema bancário formal se realizam operações de poupança e crédito de maior acessibilidade e celeridade, actuando como um verdadeiro sistema de micro-crédito¹⁹ que tem a seu favor o facto de dispensar as habituais formalidades, típicas das instituições bancárias formais, permitindo aos intervenientes poupar mais do que poupariam individualmente e realizar tais transacções, tendo em conta que o valor que se recebe é proporcional ao valor com que se contribuiu, a custos baixos ou nulos. Actualmente, embora de forma despropositada, as instituições bancárias formais têm vindo a beneficiar com a realização desta prática, na medida em que, fruto da evolução da mesma para formas mais organizadas e controladas, as ROSCAS e, em particular, a kixikila urbana, têm vindo a envolver na sua realização, a actuação, embora indirecta, das instituições bancárias, mediante concretização dos pagamentos devidos a título de contribuição por via do depósito ou da transferência bancária para a conta dos respectivos intervenientes, contribuindo reflexamente, para o aumento de liquidez destas instituições.

As ROSCAS acarretam algumas desvantagens pelo facto de os intervenientes apenas poderem mobilizar pequenas quantias de dinheiro, limitada às contribuições do grupo e, pelo facto de as mesmas assentarem na confiança mútua entre os seus intervenientes, o que as torna frágeis quando contrapostas a ambientes de grande instabilidade económica (insolvência e outros factores) e social (degradação dos valores morais), capaz de tornar os seus intervenientes incapazes de cumprir com o compromisso assumido. Fora estas vicissitudes, os esquemas de ROSCAS funcionam perfeitamente e têm desempenhado um papel significativo no combate à pobreza e na melhoria das condições de vida das famílias.

¹⁹ Cf. ANDRADE, Justino Pinto de, «A Kixikila e o micro-crédito informal» in *Economia & Mercado* (Tudo sobre o mundo dos negócios em Angola), 1 de Junho de 2010, <http://economiaemercado.sapo.ao/opiniao/a-kixikila-e-o-micro-credito.informal> - 26/10/2013, 22h36.

2. KIXIKILA

2.1. NOÇÃO, ORIGEM E SIGNIFICADO DO TERMO KIXIKILA

A kixikila é o acordo pelo qual um grupo de pessoas ligadas entre si por um vínculo familiar, laboral ou outro, se obriga a contribuir periodicamente com uma coisa ou com um montante fixo para a constituição de um fundo comum cujo produto é posteriormente atribuído na íntegra a um dos membros do grupo ou com a prestação recíproca de horas de trabalho, com base num sistema de rotatividade que funciona sob a orientação de um líder denominado «mãe da kixikila».

O paradigma desta prática é a contribuição em dinheiro. «Le *likelemba* est un système africain d'épargne solidaire, un mécanisme où plusieurs membres mettent une certaine somme d'argent dans un « pot commun » et chaque mois, la quantité totale contenue dans le pot est ensuite remis à l'un des membres participants. Ce système d'épargne solidaire permet aux participants de sortir un temps soit peu des difficultés financières et leur permette de réaliser un certain nombre de projets exceptionnels sans avoir à passer par différents réseaux financiers classiques»²⁰.

A atribuição dos fundos é gratuita, no sentido de não implicar obrigação de juros ou comissões e o membro que os recebe torna-se seu proprietário.

Quanto à origem, a palavra kixikila ou, em Kikongo, *dikelemba*²¹ ou *likelemba*²² é, do ponto de vista sociológico, oriunda dos meios sociais com recursos financeiros reduzidos, concretamente nos meios rurais onde, inicialmente consistia na troca de horas de trabalho mediante prestação de serviço entre os membros de um determinado grupo recíproca e ciclicamente ou na troca de géneros agrícolas, com o objectivo de variar as suas culturas ou, na eventualidade de um membro do grupo ter perdido as suas culturas devido à peste ou outra calamidade natural, funcionava como um meio de o ajudarem a reerguê-las e, neste caso, consistia na entrega de sementes sob a condição de, se e depois destas produzirem, o IK beneficiado vir a retribuir a ajuda. Só num momento posterior é que a mesma passou a ter uma conotação

²⁰ Cit. J. Ghilain, «La formation du capital autochtone en Afrique noire: le Likelemba», *Revue de l'Institut de Sociologie*, vol. 2, 1968, p. 443-466.

²¹ Cf. BUZA, Juliana Lando Canga, *No Fútula, no Mayombe: modernidade, desenvolvimento e riscos no tempo de paz em Cabinda* - Angola, Belém/PA, Dissertação de Mestrado, 2011, p. 15.

²² Cf. MAHESHE, Arsene Kisangani, «Le Ristourne ou le Likelemba comme mode de relever le niveau économique paysan au Sud-Kivu», *Pole Pole Foundation D.R. Congo*, January, 21, 2011, <http://www.polepolefoundation.org/> - 26/04/2013, 23h50.

financeira, concretamente, nas periferias das cidades, tendo o dinheiro como objecto predominante. Actualmente a *kixikila* é praticada inclusive nos grandes centros urbanos, por agentes económicos pertencentes a diversas classes sociais e pelos mais diversos factores, de entre os quais se encontram a dificuldade de acesso ao sistema bancário formal devido ao elevado valor que é exigido para abertura de conta bancária, face ao nível económico da maioria das pessoas, e as apertadas formalidades exigidas para a abertura de crédito; o baixo rendimento económico da maioria da população que, em face do elevado custo de determinados bens e projectos, incapacita-a de os adquirir ou concretizar, o que faz com que as pessoas nestas condições encontrem na *kixikila* um meio de obtenção de financiamento para a concretização de diversos projectos como, a compra de um carro, de uma casa, a realização de uma empreitada, organização de uma viagem, o pagamento dos estudos dos filhos, etc.

Etimologicamente, *kixikila* é uma palavra originária do Kimbundu, constituída por dois vocábulos, designadamente: *kixi* que significa “deixar”; *kila* que significa “com alguém”²³.

Quanto ao significado, em função do actual contexto socioeconómico, *kixikila*²⁴ significa um acordo de trabalho ou financeiro feito por um grupo de pessoas, para benefício próprio, envolvendo trabalho ou valores monetários do grupo, em parcelas iguais, dispensados para um individuo de forma rotativa, até que todos se tenham beneficiado. Ou, Crédito financeiro sem juros acordado entre elementos de um grupo em benefício próprio. Cada membro contribui com uma quantia mensal igual, o total mensalmente arrecadado é entregue a um membro do grupo de forma rotativa até que todos se tenham beneficiado.

Dikelemba ou *Likelemba* subst., fem., sing., (Kik.) – Significa “troca na mesma medida; retribuição, reciprocidade”.

²³ Cf. COSTA, Paulo César P. da, op. cit., p. 32.

²⁴ Resultado do estudo terminológico realizado pelo Sr. Dr. António Chamuhongo, técnico do Departamento de Línguas Nacionais do Ministério da Cultura de Angola que tem como finalidade estudar cientificamente as Línguas Nacionais, contribuir para a sua normalização e ampla utilização em todos os sectores da vida nacional e desenvolver estudos sobre a tradição oral.

2.2. ELEMENTOS DA NOÇÃO DE KIXIKILA

Decompondo a noção de kixikila, deparamo-nos com os seguintes elementos essenciais: um grupo de pessoas, a contribuição, o tempo, o fundo comum e a rotatividade.

No que ao primeiro elemento respeita, a kixikila consiste num acordo celebrado entre várias pessoas relativamente conhecidas entre si, que formam um grupo coeso e dentro do qual cada uma delas constitui uma parte. Todos os grupos de kixikila entrevistados são constituídos por pessoas ligadas entre si por laços de parentesco ou de afinidade, colegas de trabalho ou do mercado informal, vizinhas, etc. Excepcionalmente, há a possibilidade de alguns indivíduos, embora não sendo conhecidos do grupo em geral, integrarem-no por intermédio de algum membro que os conheça.

Dentro do grupo de kixikila, as pessoas são diferentemente designadas, de acordo com o papel que desempenham:

i) Designam-se «filhas» a generalidade dos intervenientes da kixikila (doravante, IK), cujo papel desempenhado dentro do grupo se limita à entrega do montante das contribuições e, correlativamente, na espera da sua atribuição de acordo com a ordem estabelecida. Quanto ao perfil, as filhas devem ter sentido de responsabilidade, reciprocidade e de compromisso para honrarem com a obrigação assumida.

ii) Designa-se «mãe da kixikila» a pessoa que dentro do grupo actua como líder, desempenhando funções de coordenação. Quanto ao perfil, a mãe da kixikila em regra é uma mulher, pois, esta prática é maioritariamente levada a cabo por mulheres, razão pela qual a maior parte da terminologia com ela relacionada refere-se ao género feminino. Os homens quando nelas intervêm, geralmente em número muito reduzido, raramente assumem funções de liderança²⁵.

A mãe caracteriza-se, em regra, como a pessoa mais velha e experiente dentro do grupo, dotada de um carácter irrepreensível e capacidade de liderança, respeitada pelo grupo que lhe deposita plena confiança para a condução da kixikila que se propõem realizar.

Quanto ao segundo elemento, a realização de uma contribuição é o objecto a prosseguir com a roda de kixikila. A contribuição pode ter por objecto: dinheiro, coisas ou troca de horas de trabalho.

²⁵ Cf. COSTA, Paulo César P. da, op. cit., p. 37.

A contribuição em dinheiro consiste na entrega de um montante em dinheiro previamente fixado, que irá integrar um fundo comum que é integralmente atribuído a um dos membros do grupo. Este é o objecto predominante na kixikila realizada nos meios urbanos entre funcionários públicos, trabalhadores domésticos e vendedoras do mercado informal.

O grupo fixa o montante com que cada IK deve contribuir, o qual deverá permanecer inalterado até ao termo da roda. Na fixação do montante com que cada IK deve contribuir é essencial ter-se em conta o rendimento que cada elemento do grupo auferir, de modo a assegurar-se de que todos tenham capacidade financeira para honrar com o compromisso assumido.

A necessidade de se adaptar o valor da contribuição ao rendimento de cada IK faz com que, tendencialmente, os grupos sejam formados por pessoas que, em regra, obtenham rendimentos semelhantes, concretamente, por pessoas da mesma classe laboral ou pertencentes à mesma entidade empregadora (ex. grupos de vendedoras do mercado informal, grupos de funcionários públicos, grupos de empregadas domésticas, etc.).

Entretanto, mesmo quando os IK pertençam a mesma classe laboral ou tenham a mesma fonte de rendimentos, nem sempre é possível evitar as disparidades a nível dos seus rendimentos e, nestes casos, o valor da contribuição é fixado por referência ao rendimento mais baixo²⁶.

Apesar de a contribuição ter por objecto dinheiro, considerando que a captação de fundos ou recepção de depósitos para a sua posterior atribuição a um agente económico que deles necessite mediante concessão de crédito é uma operação exclusiva das instituições financeiras bancárias, tal não faz da kixikila uma actividade de financiamento ilegal, na medida em que a mesma não é levada a cabo para a prossecução de fins comerciais e, outrossim, a atribuição dos fundos arrecadados não constitui nenhum acto de concessão de crédito. Realça-se aqui, a sua finalidade social enquanto veículo de solidariedade e entreaajuda entre os seus intervenientes.

Quando a contribuição tem por objecto coisas, uma das partes entrega uma coisa à outra, ficando esta obrigada a devolver outra de valor equivalente (a troca pode ser de objectos idênticos ou não). Este objecto é típico da kixikila celebrada nos meios rurais e consistia fundamentalmente na troca de sementes que acontecia fundamentalmente por duas razões: na eventualidade de um membro ter perdido a sua colheita, ficando, por isso, necessitado de sementes para reestabelecê-la, e na eventualidade de necessidade de variação da qualidade dos géneros agrícolas.

²⁶ Cf. *Idem*, p. 31

A troca de horas de trabalho consiste na realização por todos os membros do grupo de um serviço a favor de um dos membros do grupo. Este objecto é predominante na kixikila celebrada nos meios rurais onde os membros do grupo, pertencentes à categoria de camponeses, em conjunto cultivam as terras de um dos membros do grupo, em sistema de rotatividade, terminando-se o ciclo no momento em que as terras do último dos membros do grupo, na ordem estabelecida, estiverem cultivadas. Neste caso, os talhões devem ter dimensões semelhantes e o grupo, à partida, dedica igual tempo no cultivo das terras de cada um deles. Com esta prática os camponeses procuravam cultivar de forma mais célere as suas terras, de modo a aproveitar melhor as condições climáticas de cada época agrícola e assim obterem melhores resultados.

No que ao terceiro elemento se refere, o tempo é um elemento essencial, na medida em que é em torno dele e por referência a ele que as prestações no âmbito deste acordo ocorrem. Decorre da noção de kixikila, que a mesma consiste na realização de uma contribuição periódica (...) e na sua atribuição a um dos IK. Inferindo-se daqui a grande relevância do elemento temporal, enquanto elemento referencial deste acordo.

Quando o grupo tenha acordado a contribuição em dinheiro, este é diária, semanal ou mensalmente recolhido pelo líder do grupo e, com base nesta mesma lógica temporal, é atribuído ao IK que a eles tem direito naquele momento.

Quando se tenha acordado a troca de coisas, num determinado momento o grupo junta os bens visados e procede à sua atribuição dentro do período previsto.

Quando o acordo tenha sido no sentido de o grupo prestar um serviço a um dos seus membros, o elemento temporal, também aqui, é tomado como referência.

O quarto elemento, o fundo comum, é constituído unicamente pelo produto das contribuições periódicas realizadas em dinheiro pelos IK, que culmina na sua atribuição a cada um deles em momentos diferentes. É o objectivo pelo qual realizam a contribuição.

Fala-se em fundo comum apenas em relação às contribuições realizadas em dinheiro pois, no que às contribuições em espécie respeita, o objectivo prosseguido não é a constituição de um fundo comum, mas a troca de géneros diversos.

De igual modo, não se fala em fundo comum no que à troca de horas de trabalho respeita, pois, neste caso concreto, o objectivo individual de todos os IK consiste na prestação de

um serviço a favor de outros IK com a intenção de obter uma contrapartida em prestação semelhante.

O último elemento da noção de kixikila, a rotação ou rotatividade, é a ordem estabelecida para a atribuição do produto da contribuição. Trata-se de uma escala com base na qual é atribuída a vez de cada IK receber o que lhe é devido. É uma forma de organização do grupo em roda e pode ser determinada mediante sorteio ou estabelecida pela mãe da kixikila. Em alguns grupos menores, tal ordem é estabelecida em atenção às necessidades de cada IK, dando-se prioridade àquele que tiver necessidades mais urgentes. Nos grupos maiores, excepcionalmente, é possível alterar a ordem de atribuição do produto da contribuição, na eventualidade de determinado IK ter deles uma necessidade urgente.

A forma rotativa adoptada pelo grupo como ordem de realização das contribuições e, correlativamente, da atribuição do produto da contribuição, exerce uma certa influência na aceitação ou não de novos membros no grupo, pois, há grupos em que não é admissível a entrada de novos membros no decurso da roda.

No entanto, há grupos em que, ainda no decurso da roda é admissível a entrada de novos membros, todavia, sob a condição de que quem já tiver recebido ficar dispensado de contribuir para aquele novo membro, no momento em que a este couber a vez de receber²⁷. Tal se justifica pela lógica que está na base da kixikila que é, além da solidariedade, a ideia de reciprocidade que impele os seus membros a contribuírem uns para os outros.

3. FUNCIONAMENTO DA KIXIKILA

3.1. REQUISITOS PARA INTEGRAR UM GRUPO DE KIXIKILA

Para que determinada pessoa possa fazer parte de um grupo de kixikila é necessário que a mesma reúna cumulativamente dois requisitos fundamentais, designadamente: o requisito subjectivo e o requisito objectivo.

i) O requisito subjectivo refere-se às características pessoais do interessado, concretamente com a sua idoneidade moral que é um factor determinante para a sua aceitação no grupo. Aqui é também de grande relevância que as pessoas tenham alguma relação de

²⁷ Cf. *Idem*, p. 38.

proximidade entre si, que sirva de base para confiança mútua, por força do carácter estritamente fiduciário da kixikila.

ii) O requisito objectivo refere-se à existência de uma fonte de rendimentos certa e com pretensão carácter de permanência, que possibilite ao IK realizar as contribuições devidas na medida e no momento determinado. Este requisito é a *conditio sine qua non* do funcionamento do grupo e afere-se pela evidência de capacidade contributiva.

Do exposto infere-se a essencialidade de ambos requisitos para o regular funcionamento do grupo de kixikila, na medida em que a existência de capacidade contributiva desacompanhada da idoneidade moral dos seus intervenientes não é garantia de subsistência de um grupo de kixikila e, igualmente, a existência de idoneidade moral e relações de proximidade entre os seus membros desacompanhada de uma fonte de rendimento regular que evidencie capacidade contributiva, torna qualquer projecto de criação de uma kixikila materialmente impossível.

3.2. FASES DO ACORDO

A realização de uma kixikila ocorre, em regra, em três fases, nomeadamente a formação da roda, a contribuição e atribuição do produto da contribuição.

A fase da formação da roda ocorre mediante selecção, identificação ou reunião de um número de pelo menos três a cinco pessoas, ligadas entre si por determinado vínculo especial, sob iniciativa de uma delas. É nesta fase que se estabelecem os termos e condições do seu funcionamento. Entretanto, após este acordo, ainda é possível a integração no grupo de outras pessoas que manifestem a sua vontade neste sentido.

A fase da contribuição marca o momento em que as partes passam efectivamente a contribuir com uma quantia pecuniária ou uma coisa ou prestando o serviço acordado de forma regular. É nesta fase em que, na kixikila de dinheiro, se constitui o fundo comum.

A fase da atribuição do produto das contribuições ocorre de modo diverso em função do objecto. Na kixikila de dinheiro e de coisas esta fase ocorre na sequência das contribuições, enquanto na troca de horas de trabalho esta se confunde com a segunda fase.

Com excepção da última fase, as duas seguintes ocorrem repetidas e sucessivas vezes, correspondendo a cada contribuição a atribuição do produto arrecadado a um IK diferente, com excepção da kixikila de troca de horas de trabalho, pela natureza do objecto da contribuição.

3.3. FINALIDADE

A realização de uma kixikila ocorre, em regra, com a finalidade de se atingir um determinado escopo que passa pela realização de um empreendimento ou aquisição de um bem de vultoso valor, entre os quais, a abertura de um negócio, a construção ou a compra de uma casa, o pagamento dos estudos dos filhos ou do próprio, a compra de mobília para a casa ou a compra de um carro, o financiamento de viagens, etc., que, só com os rendimentos próprios, não seria logrado pelos seus intervenientes.

Nesta perspectiva, a kixikila visa colmatar as dificuldades de acesso ao sistema de financiamento formal, permitindo aos seus intervenientes obter o financiamento que não lhes é possível ou que, fruto de imenso processo burocrático, é simplesmente difícil por via do sistema bancário e em condições mais favoráveis.

4. PRAZOS

Como tivemos oportunidade de referir, o tempo é um elemento relevante da kixikila em que há fundamentalmente dois prazos a considerar, designadamente o prazo de realização das contribuições e respectivas atribuições de fundos e o prazo de vigência do acordo em si.

4.1. PRAZO DE REALIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES E ATRIBUIÇÃO DOS FUNDOS

No que à realização das contribuições respeita, o tempo é um elemento essencial do contrato pois, é com base nele que tanto as contribuições como a atribuição dos fundos arrecadados no âmbito da kixikila de dinheiro ocorrem. E, neste âmbito, realça-se a necessidade de correspondência entre o prazo de realização das contribuições e o prazo de realização da atribuição dos fundos, as quais podem ser:

Diárias, aquelas em que diariamente a mãe da kixikila passa junto de cada filha e procede à recolha das suas contribuições e, correlativamente, atribui a quem de direito o produto da contribuição.

Semanais, aquelas em que tanto as contribuições como as atribuições dos fundos são realizadas semanalmente.

Mensais, aquelas em que as contribuições bem como as respectivas atribuições ocorrem no final de cada mês. É a prática comum entre os trabalhadores assalariados e ocorre imediatamente após a recepção dos salários.

4.2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ACORDO

No que à vigência do contrato se refere, o prazo depende do número de membros que integram o grupo e da periodicidade com que as prestações são realizadas e será tanto maior quanto maior for o número de integrantes do grupo. Regra geral, não se estabelece nenhum prazo de vigência, pois, a extinção do acordo ocorre após o último interveniente, de acordo com a ordem prevista, receber o que lhe devido.

Nalguns grupos de trabalhadores assalariados, cujas prestações são, em regra, mensais, é frequente a estipulação de um prazo que não excede uma anuidade. Entretanto, tal anuidade não corresponde necessariamente ao ano civil, uma vez que a roda, nalguns grupos só pode durar até ao fim do mês de Outubro de cada ano, justificando-se tal prazo pela maior necessidade de fundos que os IK têm (necessitando, por isso dos respectivos salários na íntegra), concretamente nos meses de Novembro a Janeiro de cada ano.

Nos grupos de trabalhadores não assalariados em que as contribuições são diárias e com grande número de pessoas, o prazo por vezes não excede os seis meses (ex. um grupo de 115 pessoas que diariamente contribui com o montante de Akz 1000, este ciclo completa-se em não mais do que quatro meses).

Portanto, no que ao prazo de vigência se refere, a ideia a reter é que, em regra, não se fixa nenhum prazo e que a vigência do acordo é determinada pela periodicidade das contribuições e pelo número de membros do grupo e que, só excepcionalmente é que nalguns grupos mais pequenos (cindo a oito pessoas) se determina até quando o ciclo deve durar, ponderados certos

interesses dos seus membros. Fora esta circunstância, o acordo permanece activo até que o último membro do grupo receba o que lhe é devido.

Findo o ciclo, o acordo cessa e não se renova automaticamente, pelo que, se os membros do grupo desejarem continuar com a prática devem firmar um novo acordo.

Sendo a kixikila de troca de horas de trabalho e de coisas predominante no meio rural e, sendo aí o trabalho, em regra, sazonal, as contribuições e atribuições do trabalho e das coisas não ocorrem com a mesma dilação temporal com que ocorrem na kixikila de dinheiro. Ocorrem em épocas próprias do ano em função das necessidades do trabalho agrícola.

5. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA KIXIKILA

5.1. VANTAGENS

A kixikila deve a sua popularidade às diversas e significativas vantagens que representa na vida das pessoas que a praticam, contrapostas às ínfimas desvantagens da mesma. De entre as vantagens da kixikila temos a destacar as seguintes:

- i) O acesso fácil e imediato ao financiamento devido ao facto de ocorrer num ambiente totalmente informal e isento de quaisquer burocracias e, consequentemente maior celeridade na concretização de projectos;
- ii) Os custos de transacção baixos ou nulos evidenciados pela ausência de quaisquer juros, taxas ou comissões respeitantes à utilização das quantias disponibilizadas;
- iii) Consubstancia-se num acordo de soma nula, pelo facto de, emprestando aqui os termos contabilísticos, o valor dos débitos ser igual ao valor dos respectivos créditos, não havendo, portanto, enriquecimento nem empobrecimento do ponto de vista financeiro, considerando-se como factor positivo, neste caso, o facto de as pessoas poderem dispor de elevada soma de dinheiro num curto espaço de tempo;
- iv) Oferece facilidades de concretização de iniciativas de pequenos investimentos;
- v) Constitui um meio de poupança;
- vi) Permite uma maior coesão social;

vii) Constitui um veículo de solidariedade entre os seus membros, permitindo-lhes lidar com grandes despesas, por vezes inesperadas, sem grandes sacrifícios.

5.2. DESVANTAGENS

Em contraposição às vantagens do acordo de kixikila, existem algumas desvantagens, porém sem grande significância, de entre as quais temos a indicar as seguintes:

i) Inexistência de um estatuto legal que as regule, disciplinando e sancionando as infracções que ocorrem no seio dela;

ii) Exigência de dinheiro para a adesão à mesma, o que faz com quem não o tenha não tenha a mínima possibilidade de integrar tais grupos para, desta forma, angariar fundos;

iii) Possibilidade de mobilizar apenas pequenas quantias de capital, normalmente determinada em função do número de membros e do valor das contribuições, o que faz com que a sua capacidade de empréstimo tenha uma margem muito estreita o que, de certo modo, expõe os membros a um desastre em caso de falha das respectivas fontes de rendimento;

iv) Impossibilidade de prova documental, pois, como consequência do seu carácter informal e falta de um documento escrito que agregue os termos do acordo, a prova do mesmo e dos seus termos fica dependente unicamente da prova testemunhal, a qual muitas vezes carece de suficiente fiabilidade, tendo em conta o interesse de quem a presta;

v) Pelo facto de assentarem o seu funcionamento na base da confiança sem quaisquer garantias especiais exequíveis, a kixikila é falível quando contraposta a ambientes de instabilidade económica e social, uma vez que tal impossibilita os seus membros de continuarem a realizar as suas prestações regularmente.

CAPÍTULO II - ANÁLISE E CONSTRUÇÃO JURÍDICA DA KIXIKILA À LUZ DO DIREITO CIVIL ANGOLANO

1. A KIXIKILA COMO NEGÓCIO JURÍDICO

O negócio jurídico é geralmente considerado como uma subcategoria de relação jurídica (entendida como um vínculo entre duas ou mais pessoas jurídicas singulares ou colectivas, constituído de acordo com as formas previstas no ordenamento jurídico, gerador de direitos e obrigações para as partes), e pode ser definido como o acordo por via do qual as partes, ao abrigo da autonomia privada, estipulam determinadas consequências ou efeitos jurídicos.

A kixikila é uma realidade jurídica que pode e deve ser considerada como um negócio jurídico, na medida em que, na esteira do princípio da autonomia privada as partes, tendo em vista uma relação futura (uma relação jurídica contratual), estipulam, mediante declaração das respectivas vontades, determinados efeitos jurídicos que, devidamente conformados com os requisitos legais de validade, se consubstancia num verdadeiro negócio jurídico.

Os requisitos de validade determinantes para a verificação dos efeitos jurídicos pretendidos com a celebração da kixikila são, nomeadamente a capacidade do agente, a licitude e a forma de celebração do contrato.

i) A capacidade do agente refere-se a aptidão para este intervir no negócio a qualquer título. Do ponto de vista subjectivo, afere-se genericamente em função da capacidade jurídica que é, por sua vez, determinada em função da maioridade, na acepção do art. 130.º CC e pela inexistência de quaisquer interdições ou inibições relacionadas com o negócio que se pretende celebrar.

No contrato de kixikila, embora nada exista escrito a este respeito em consequência da sua natureza atípica, a prática mostra que não têm nele intervindo menores e outros incapazes juridicamente.

Sem prejuízo do exposto, nada impede a participação no contrato de kixikila por via da representação, podendo, nesta senda, uma mãe participar de um grupo de kixikila pelo seu filho menor, desde que efectue as contribuições devidas e responda ela pelas demais obrigações daí emergentes por ele.

Do ponto de vista objectivo, fala-se em capacidade económica ou contributiva, requisito que se afere pela existência de uma fonte de rendimento com pretensão carácter de permanência.

ii) Quanto à licitude do objecto (aferida em função da não contrariedade à lei, à ordem pública e aos bons costumes), a nossa atenção ser-lhe-á dedicada num momento posterior a propósito dos requisitos da obrigação em sede do contrato de kixikila. Entretanto, fica a nota segundo a qual a licitude do objecto é dos requisitos de validade mais importantes que há, na medida em que mesmo que o negócio seja celebrado entre pessoas subjectiva e objectivamente capazes e que o seu objecto seja física e legalmente possível, a ausência deste requisito determina a invalidade do negócio.

iii) Quanto à forma, em regra esta é livre, salvo quando a lei condiciona a validade do negócio à observância de determinada forma. Para o contrato de kixikila, como corolário da sua atipicidade legal, não está prevista a observância de nenhuma forma legal e a prática tem sido, na esteira do princípio da liberdade de forma, a da sua celebração verbalmente.

2. FASE PRÉ-CONTRATUAL E FORMAÇÃO DO CONTRATO

No que concerne às fases de construção jurídica do contrato de kixikila, temos a elencar duas, nomeadamente a fase pré-contratual e a fase da formação do contrato propriamente dito.

Na fase pré-contratual ocorrem as negociações mediante simples contactos entre as partes, em que cada uma delas comunica às outras o seu interesse ou pretensão de celebrar o contrato e prestam-se mutuamente as informações relevantes para a tomada da decisão de contratar. Na fase da formação do contrato ocorre a fixação dos termos acordados entre as partes quanto ao contrato.

Na kixikila, as manifestações da vontade ocorrem mediante diálogo oral concentrado no tempo²⁸, em regra presencial, entre todos os seus intervenientes, fixando-se o conteúdo do contrato, em função do consenso a que, no fim do diálogo, as partes tiverem chegado.

Trata-se de um modelo de celebração em que, ocorrendo as negociações preliminares e a formalização das declarações de vontade das partes num único momento, é difícil ou mesmo impossível a sua individualização.

²⁸ Cf. ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Contratos I. Conceito. Fontes. Formação*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2005, p. 148-149.

Todavia, este facto não obsta a que se apliquem outros modelos de formação do contrato de kixikila, como é o caso do modelo da adesão que funciona nos casos em que, num momento posterior à celebração do acordo, alguém manifesta a sua vontade de a ele se vincular nos termos definidos pelos seus intervenientes originários, resultando, portanto, a adesão do facto de o interessado não ter a possibilidade de negociar os termos do contrato.

Não há obrigatoriedade de observância de determinado modelo, contanto que, em conformidade com o art. 232.º CC, seja possível determinar o consentimento de cada parte quanto aos termos do contrato. Independentemente do modelo adoptado, as partes devem observar o princípio de boa-fé, nos termos do art. 227.º CC, sob pena de responderem pelos prejuízos que eventualmente causarem às outras partes.

2.1. CONTEÚDO

Quanto ao conteúdo do contrato, este é constituído pelas estipulações das partes, relativas aos elementos essenciais, os quais são fundamentais para a determinação da sua real natureza, independentemente da epígrafe ou título que as partes lhe atribuem.

Tomada a iniciativa de se constituir uma roda de kixikila, segue-se o momento da selecção das pessoas que a irão integrar, sendo-o preferencialmente por pessoas próximas como vizinhos, amigos, colegas de trabalho, parentes, afins, etc., uma vez comprovada a respectiva idoneidade moral, sendo fundamental que os membros do grupo sejam pessoas responsáveis e com elevado sentido de compromisso e de reciprocidade, e a capacidade contributiva, aferida pela existência de uma fonte de rendimento regular.

Normalmente a kixikila começa por iniciativa de uma pessoa que vai passando a palavra a outras das suas relações de modo a convidá-las para formar o grupo.

Entretanto, nem sempre quem tem a iniciativa é a pessoa mais indicada para gerir o grupo, pois, como já foi referido, é preciso que a mãe da kixikila seja de facto uma pessoa idónea para o desempenho das funções que lhe cabem.

Reunidas as pessoas, uma das primeiras coisas a ser decidida por acordo é, tendo em conta o perfil de cada uma, quem de entre elas será a mãe ou responsável pelo grupo.

Como a roda, por vezes, não é completa logo de início, a determinação do número de membros do grupo é também um elemento importante a ser decidido pelos membros primitivos, na medida em que constitui um factor determinante do valor a ser recebido por cada IK e, consequentemente, do montante com que, paulatinamente, cada um deles irá contribuir, bem como do tempo de duração da kixikila.

Com efeito, o valor a ser contribuído e recebido por cada IK será tanto maior, quanto maior for o número de membros do grupo. Nos casos em que o grupo é muito grande pode reduzir-se o valor das contribuições ao mínimo, de modo a diminuir o sacrifício exigido com várias contribuições de elevado valor. No entanto, a constituição de grupos muito grandes acarreta algumas desvantagens como:

- i) O ciclo dura mais tempo, consequentemente, os IK contribuem muito mais vezes e demoram mais tempo para receber;
- ii) A grande dimensão do grupo é susceptível de causar confusões, tendo em conta que, para a mãe da kixikila, é muito mais fácil coordenar o funcionamento de um grupo menor.

Com efeito, tendencialmente as pessoas preferem criar ou pertencer a grupos menores.

O objecto da contribuição é também um elemento importante a ser decidido, na medida em que constitui um elemento determinante do tipo de regras por que o acordo se irá reger. Conforme seja dinheiro, coisas ou horas de trabalho, o acordo deverá necessariamente reflectir a especificidade do objecto em causa.

Sendo assim, se se optar pela contribuição em dinheiro, o aspecto principal a ser decidido é o montante com que cada um irá contribuir, o qual deve ser determinado em função dos rendimentos de cada IK, com vista a estabelecer um equilíbrio entre a realização das contribuições e a subsistência do agregado familiar no período em que aos demais IK não cabe a vez de receber.

Quando haja uma significativa disparidade entre os rendimentos dos IK, em regra, o valor é fixado por referência ao rendimento mais baixo²⁹. De modo a honrarem com o compromisso assumido perante o grupo sem pôr em causa a subsistência do agregado familiar, os IK contribuem apenas com parte dos seus rendimentos.

²⁹ Cf. COSTA, Paulo César P. da, op. cit., p. 31.

Se se optar pela troca de coisas, o principal aspecto a decidir-se será, que coisas (características e quantidade) é que farão parte do acordo.

Se pelo contrário a kixikila tiver por objecto a troca de horas de trabalho, deverá determinar-se a o tipo de trabalho, o local, a sua dimensão e o tempo que irá ser despendido na sua execução.

Portanto, são os aspectos particulares de cada objecto que influenciam todo o conjunto de regras estabelecidas para regular a kixikila. Note-se que entre trabalhadores assalariados a kixikila tem sempre por objecto dinheiro, sendo a troca de coisas e de horas de trabalho objectos típicos de grupos de kixikila constituídos em ambientes rurais, geralmente subordinados ao lema “*A união faz a força*”³⁰.

A periodicidade das contribuições também é objecto de acordo, sobretudo naqueles grupos cujos membros não têm a mesma fonte de rendimento.

Nos grupos cujos membros são trabalhadores assalariados, normalmente o período das contribuições coincide com o do recebimento dos seus salários e, representa uma vantagem na medida em que é um momento em que toda a gente tem dinheiro e pode contribuir, ficando assim acauteladas situações em que determinado membro do grupo não efectua atempadamente a sua contribuição, perturbando assim o normal funcionamento do grupo, por falta de dinheiro.

Nos grupos rurais que tenham acordado a troca de coisas (sementes, animais para a procriação, etc.) ou de horas de trabalho como objecto da kixikila, a periodicidade das prestações é sazonal, ou seja, tem sempre em conta a época do ano mais propícia para a sua realização, de modo a garantir a sua possibilidade física, ante a existência de produtos sazonais, bem como a obtenção de maiores proventos.

A ordem de recebimento dos fundos deve ser decidida com a máxima cautela, pois, é frequentemente fonte de contendas entre os elementos do grupo quando a mesma não seja estabelecida de acordo com critérios de justiça e equidade. Para se assegurar a observância de tais critérios, a mesma é, na maioria dos grupos estabelecida mediante sorteio.

Em grupos cujos membros são mais próximos entre si, a mãe da kixikila é quem estabelece a ordem de recebimento dos fundos, normalmente, tendo em conta o critério da urgência da necessidade dos fundos, atribuindo assim o primeiro lugar na roda de recebimento

³⁰ Cf. MAHESHE, Arsene Kisangani, op. cit. - 26/04/2013, 16h00.

dos fundos ao IK que tiver comprovadamente necessidade mais urgente dos mesmos (ex. por questões de saúde, perda do negócio ou por ter sofrido qualquer outra catástrofe que tenha abalado de forma substancial a sua subsistência, entre outras).

O prazo de vigência do acordo depende do número de membros do grupo e da periodicidade com que as contribuições e correspondentes atribuições ocorrem. Por exemplo, se o grupo tiver dez elementos e as contribuições e atribuições forem mensais, necessariamente o acordo terá uma vigência de dez meses; se, entretanto, o grupo, constituído por cem pessoas e estas acordarem a realização das contribuições e respectivas atribuições diariamente, então o acordo mantém-se em vigor pelo prazo de três meses e meio aproximadamente.

2.2. FORMA

Quanto à forma, o acordo nos termos do qual as pessoas manifestam a sua vontade de constituir ou de pertencer a uma roda de kixikila é celebrado verbalmente, inclusive os termos do seu funcionamento, não havendo, entretanto, nada que impeça as partes de reduzirem o conteúdo do acordo a escrito, constituindo tal uma manifestação do princípio da liberdade de forma previsto no art. 219.º do CC.

O único aspecto que é registado por escrito são os nomes dos intervenientes devido à necessidade de se efectuar um controlo mais rigoroso para se saber quem efectivamente já contribuiu ou ainda não contribuiu e a quem efectivamente já foram ou falta serem entregues os fundos, coisas ou prestado as horas de trabalho. Tal registo é feito mediante inscrição dos nomes dos intervenientes num caderno ou lista pela mãe da kixikila.

À medida que as pessoas vão contribuindo a mãe da kixikila coloca um sinal junto dos respectivos nomes na lista, significando que as mesmas já contribuíram e, de igual modo, à medida que as mesmas recebem os fundos, coisas ou horas de trabalho, vão sendo excluídas da lista de recebimento.

Desta forma é possível à mãe da kixikila ter um maior controlo do funcionamento do grupo e, conseqüentemente, uma prova, ainda que precária, dos pagamentos efectuados e dos que ainda não foram efectuados.

Entretanto, a kixikila em dinheiro está, actualmente, tão desenvolvida que chega mesmo a realizar-se com recurso ao circuito bancário, mediante depósito das quantias determinadas em

contas abertas junto de instituições bancárias definidas pelo grupo e entrega dos respectivos comprovativos à mãe da kixikila, o que, de certo modo, vem contribuir para o reforço do elemento probatório, anteriormente baseado unicamente na prova testemunhal.

3. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE KIXIKILA

Os traços característicos da kixikila são, entre outros, fundamentalmente os seguintes:

- i) É contrato *intuitus personae* para o qual são relevantes as características pessoais, condições económicas e financeiras e relações especiais de proximidade entre os seus membros;
- ii) É um acordo multilateral, intervindo nele uma pluralidade de pessoas a título individual, sendo cada uma considerada como uma parte, das quais uma, a par da qualidade de interveniente, assume funções de coordenação do grupo;
- iii) É um contrato legalmente atípico, porém socialmente típico³¹;
- iv) É um contrato oneroso na perspectiva de implicar contrapartidas, pois, a recepção dos fundos, das coisas ou das horas de trabalho depende da participação de cada membro do grupo nas contribuições periódicas a favor dos demais, sendo, com efeito, devido a cada um uma contrapartida na exacta medida da sua gradual contribuição; Sem prejuízo disso, a utilização dos fundos, das coisas e das horas de trabalho é gratuita, na perspectiva da inexistência de juros ou de quaisquer outras remunerações para a utilização;
- v) É um acordo sobre o qual o tempo exerce um papel essencial, pelo facto do mesmo consistir em prestações que ocorrem periodicamente e que se tornam maiores ao longo do tempo;
- vi) A realização das prestações ocorre de forma rotativa, de acordo com certa ordem preestabelecida;
- vii) O acordo finda quando todos os membros já tiverem recebido o que lhes é devido em função das suas contribuições;

³¹ Cf. Vasconcelos, Pedro Pais de, *Contratos Atípicos*, 1.ª ed., Coimbra, Almedina, Dissertação de Doutoramento, 2002, pp. 207 e ss.

viii) O acordo não é passível de renovação, pelo que, se as partes desejarem continuar com a prática têm que celebrar novo acordo, do qual podem fazer parte outros elementos e outras condições ou manter o grupo e condições anteriores;

ix) Nos grupos maiores a mãe da kixikila dispõe de um caderno onde tem anotados os nomes dos intervenientes, a ordem de recebimento das prestações que lhes são devidas e outros elementos relevantes para efeitos de controlo.

3.1. TIPICIDADE E ATIPICIDADE DO CONTRATO DE KIXIKILA

A questão da tipicidade e da atipicidade contratual surge como corolário da autonomia privada reconhecida aos intervenientes dos negócios jurídicos que, por esta via, têm a liberdade de celebrar quaisquer tipos de contratos que desejem, estejam ou não previstos na lei, tendo como limite substancial a estrita observância dos requisitos legais impostos pelo art. 280.º CC relativos ao objecto negocial, respeitantes à não contrariedade à lei, à ordem pública e aos bons costumes, bem como a sua possibilidade física e legal e a sua susceptibilidade de determinação.

A tipicidade contratual é uma característica importante dos contratos, na medida em que fornece os elementos essenciais para a sua qualificação e respectivo regime jurídico³², com efeito, a atipicidade contratual resulta exactamente da ausência, para alguns tipos de contratos, de uma previsão legal e de um regime jurídico que os discipline.

Em princípio, o termo tipicidade é aplicável para exprimir uma referência à conformidade de determinada realidade com um certo tipo, género, espécie ou categoria legalmente prevista³³.

Como corolário da impossibilidade de previsão de novas realidades sociais a que o Direito, enquanto um conjunto sistematizado de normas jurídicas, está votado e, por conseguinte, a menos que ocorra uma reforma legislativa neste sentido, impossibilitado de fornecer uma disciplina jurídica para as mesmas, entendemos que «a tipicidade manifesta-se também através daquilo que acontece na realidade social, de maneira constante e reiterada»^{34 35}, como é o caso do contrato de kixikila que, não obstante não constar de uma previsão legal, não sendo, por isso, um

³² Cf. VIEIRA, José Alberto, *O contrato de Concessão Comercial*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, p. 96.

³³ Cf. DUARTE, Rui Pinto, *Tipicidade e Atipicidade dos Contratos*, Coimbra, Almedina, Coleção Teses, 2000, p. 34.

³⁴ Cit. BRITO, Maria Helena, *O Contrato de Concessão Comercial*, Coimbra, Almedina, 1990, p. 168.

³⁵ Cf. VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Contratos Atípicos*, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2009, p. 211.

contrato legalmente típico, constitui um tipo contratual socialmente típico cujos elementos qualificadores são percebidos mediante simples observação e transmissão oral de geração em geração.

Com efeito, a kixikila deve ser considerada como um contrato legalmente atípico, só enquanto realidade estranha ou não prevista na lei, porém como um contrato socialmente típico, cujos elementos identificativos permitem uma descrição minimamente precisa da realidade relevante³⁶, a qual, fortemente enraizada na prática social, prossegue importantes funções económicas e sociais que a tornam merecedora de tutela jurídica. De acordo com alguma doutrina, «...só poderá falar-se em contratos atípicos em relação a contratos absolutamente novos, que não correspondam nem aos tipos legais, nem a qualquer dos tipos sociais aceites em determinada ordem jurídica»³⁷.

Por fim, no que à atipicidade legal respeita, a kixikila não é um contrato atípico puro, como teremos a oportunidade de o demonstrar mais adiante, na medida em que na sua construção intervêm elementos tipológicos de vários tipos contratuais legais que, combinados entre si e até mesmo, alguns deles, modificados, lhe deram origem, de modo a satisfazer os interesses (lícitos) dos seus intervenientes.

3.2. O CARÁCTER INTUITUS PERSONAE DO CONTRATO DE KIXIKILA

Por definição, os contratos *intuitus personae* são aqueles em que se atribui especial relevância as qualidades inerentes à identidade das pessoas dos contraentes ou de algum deles, que «um dos contraentes atribui ou pressupõe, desde que vertidos no conteúdo contratual, através de declarações expressas ou tácitas»³⁸.

As qualidades que, em relação a determinados contraentes, podem ser determinantes para a celebração do contrato podem ser de duas categorias:

i) As qualidades subjectivas são as que se referem aos aspectos mais pessoais e intrínsecos da pessoa, que se traduzem na sua integridade moral ou nos seus traços de carácter;

³⁶ Cf. CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil Português, Direito das Obrigações II*, Tomo I, Coimbra, Almedina, 2009, p. 413.

³⁷ Cit. *Idem*, p. 169.

³⁸ Cit. ALMEIDA, Carlos Ferreira, *Contratos II, Conteúdo. Contratos de Troca*, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2012, p. 31.

ii) As qualidades objectivas são as que se referem aos aspectos extrínsecos relacionados com a pessoa, que se traduzem nas suas aptidões profissionais, na sua capacidade económica, suas influências no meio social, entre outras.

Em princípio, em função dos interesses das partes com a celebração de determinado contrato, estas qualidades são cumulativas e, a exigência da sua existência será tanto quanto maior for o grau, os interesses e o tempo de duração da relação contratual a estabelecer.

De acordo com a doutrina portuguesa, há uma subdivisão dos contratos *intuitus personae* entre: contratos em que o *intuitus personae* é mais fraco «com incidência exclusiva ou primordial, no regime de formação e de validade do contrato, designadamente pela inadmissibilidade de formação através de proposta ao público, de reserva de nomeação de terceiro [art. 452.º, 2 CC]³⁹ e de aplicabilidade do erro-vício sobre a pessoa [art. 251.º CC]⁴⁰», cujo conjunto engloba os contratos com função de liberalidade, de crédito e de prestação de serviços e alguns contratos de cooperação⁴¹; e contratos em que o *intuitus personae* é mais forte «influenciando não só o regime de formação e de validade mas também certos aspectos do cumprimento e das vicissitudes do contrato (...)»⁴², como é o caso do contrato de trabalho, do contrato de mandato, do contrato de empreitada, entre outros⁴³.

A kixikila é um contrato *intuitus personae*, tendo em conta que na sua celebração se atribui significativa relevância às qualidades das partes, o que pressupõe a existência prévia de um contexto social que lhe sirva de base.

Entretanto, realce-se, a este respeito, que o facto de uma das partes poder ser substituída em caso de desistência, em nada afecta o seu carácter *intuitus personae*, na medida em que a pessoa substituta, aquando da sua admissão no grupo, terá as suas qualidades pessoais escrutinadas e levadas em consideração. Por outro, a alteração da identidade de uma das partes do contrato não

³⁹ Nota: [...] Referência ao Código Civil angolano.

⁴⁰ Cit. ALMEIDA, Carlos Ferreira, *Contratos II, Conteúdo. Contratos de Troca*, p. 31.

⁴¹ Cf. *Ibidem*.

⁴² Cit. *Idem*, p. 32.

⁴³ Cf. *Ibidem*.

põe em causa esta característica, desde que as outras mantenham a sua identidade, ou seja, não se alterem⁴⁴.

A consideração das qualidades pessoais dos contraentes afigura-se relevante na esteira da teoria dos contratos relacionais, desenvolvida pelo autor americano Ian MacNeil⁴⁵, que, em função do critério da duração, distingue os contratos instantâneos ou de curta duração, ou seja, os chamados «*discret contracts*», dos contratos que se prolongam no tempo a que chamou «*relational contracts*»^{46 47}, definindo-os como «*a contract whose effect is based upon a relationship of trust between the parties*»⁴⁸.

Com efeito, o elemento temporal presente no contrato de kixikila, permite-nos, na esteira daquela teoria, qualificá-lo como um contrato relacional, isto é, um contrato que, não se limitando a criar direitos e obrigações para as partes, estabelece entre elas uma relação de associação que, em princípio, é relativamente duradoura (com prestações presentes e futuras), para a qual é vital a existência de confiança mútua. Segundo esta teoria, «*the explicit terms of the contract are just an outline as there are implicit terms and understandings which determine the behavior of the parties*»⁴⁹.

No contrato em apreço, o carácter *intuitus personae* depende significativamente de um mútuo conhecimento das qualidades pessoais (subjectivas ou objectivas) de cada uma das partes, na medida em que, sem a sua pressuposição ou reconhecimento, as mesmas não tomariam a decisão de contratar.

Os contratos relacionais têm uma vigência temporal longa^{50 51} e, em relação à kixikila, as partes não determinam o termo do contrato mas, implicitamente, cada uma delas tem a plena

⁴⁴Cf. CAMPOS, Diogo Leite de, «Dos Contratos de Relação às Relações de Associação», *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, II vol., Rui Pinto Duarte, José Lebre de Freitas, Assunção Cristas [et al.] (Coord.), Coimbra, Almedina, 2011, p. 201-225.

⁴⁵ Cf. MACNEIL, Ian. *Contracts: Adjustment of Long-Term Economic Relations Under Classical, Neoclassical, and Relational Contract Law*, 72 Nw. UL. Rev. 854 (1977-1978) *apud* CAMPOS, Diogo Leite de, op. cit., p. 201.

⁴⁶Cf. MACNEIL, Ian R.; CAMPBELL, David. *The Relational Theory of Contract: Selected Works of Ian Macneil*. Londres, London, Sweet & Maxwell, 2001, www.lib.kobe-u.ac.jp/repository - 20/07/2013, 18h00.

⁴⁷ Cf. CAMPOS, Diogo Leite de, op. cit., p. 201.

⁴⁸ Cit. MACNEIL, Ian R. e CAMPBELL, David, op. cit.- 20/07/2013, 18h00.

⁴⁹ Cit. *Ibidem*.

⁵⁰ Cf. CAMPOS, Diogo Leite de, op. cit., p. 209.

consciência de que as suas obrigações terminam apenas com a realização da última contribuição, a favor do membro do grupo, que de acordo com a ordem preestabelecida, for o último a receber a prestação.

Não obstante a roda terminar, as relações pessoais mantêm-se e servem de base para a celebração de futuros contratos de kixikila em que, por conseguinte, em função da experiência obtida na roda anterior, as partes estabelecem os termos do novo acordo numa base fiduciária já mais consolidada.

Por fim, além do elemento temporal, outros elementos que nos permitem reconduzir a kixikila à categoria dos contratos relacionais são, designadamente o elemento de solidariedade e cooperação (as prestações neste âmbito vão além da mera troca de bens e serviços, visam fundamentalmente a entajuda, a qual não é susceptível de avaliação pecuniária, dado o elevado nível de subjectividade e o factor oportunidade que a mesma encerra), a interacção e colaboração constante com vista a harmonização dos seus interesses, a partilha de encargos e benefícios, a pretensão da continuidade da relação e a estabilidade da identidade das partes.

Sem prejuízo de eventual substituição das partes, sendo um contrato plurilateral, independentemente do número de intervenientes, tal alteração não deve ser substancial e, é fundamental que a pessoa da mãe da kixikila, pela especificidade do seu papel dentro do grupo, seja a mesma desde o início até ao fim da roda⁵².

3.3. PRINCÍPIO DA INTERDEPENDÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

O princípio da interdependência das obrigações encontra-se em estreita ligação com o princípio da reciprocidade, na medida em que, em função do carácter sinalagmático assinalado ao contrato em apreço, as partes são simultaneamente credoras e devedoras umas das outras⁵³.

«O princípio geral da interdependência das obrigações não aparece formulado no [Código Civil]⁵⁴. Mas está *latente* nele»⁵⁵, manifestando-se fundamentalmente a nível da resolução e da

⁵¹Cf. ROWLINSON, Steve e CHEUNG, Fiona. *A Review of the Concepts and Definitions of the Various Forms of Relational Contracting*, Report 2002-022-A-01, http://www.construction-innovation.info/images/pdfs/Research_library/ResearchLibraryA/Project_Reports/A_review_of_the_Concepts_and_Definitions_of_Various_forms_of_Relational_Contracting.pdf - 06/11/13, 18h11.

⁵² Cf. CAMPOS, Diogo Leite de, op. cit., pp. 207-208.

⁵³ Cf. Telles, Inocêncio Galvão, *Direito das Obrigações*, Coimbra, 7.^a ed., Coimbra Editora, 1997, p. 450.

suspensão (*exceptio non adimpleti contractus*)⁵⁶ do contrato por inexecução e da caducidade do contrato por razão de força maior, previstas nos arts 428.º, 801.º, 2 e 795.º do CC, respectivamente⁵⁷.

Por força dos princípios da interdependência e da reciprocidade das prestações, os intervenientes só são devedores na medida em que a pessoa indicada como credor em determinado momento também tiver contribuído para eles aquando da sua vez de receber.

Na kixikila as obrigações são de igual conteúdo mas ao longo do tempo sofrem uma alteração a nível subjectivo, na medida em que ao direito que por uma vez, durante a roda da kixikila, assiste a um interveniente, corresponde um certo número de obrigações ao longo da roda, tantas quanto for o número de intervenientes, de que são credores outros intervenientes, de modo a, correlativamente, permitir a satisfação do direito de todos eles.

Em termos gerais, o grupo como um todo e os seus membros individualmente considerados encerram em si o papel de devedor das contribuições e de credor do respectivo produto, facto que importa necessariamente sacrifícios e vantagens para todos eles, como consequência do seu carácter sinalagmático.

Entretanto, considerando a actuação da mãe da kixikila no grupo perante cada um dos intervenientes, estes últimos não têm o direito de exigir dos seus compartes o cumprimento da obrigação, sendo esta uma tarefa exclusiva da mãe.

Nesta senda, só a mãe da kixikila tem o direito de exigir a prestação aos demais IK, individualmente considerados, suspendendo a atribuição dos fundos a determinado IK ou resolvendo o contrato, mediante expulsão do membro inadimplente, utilizando, entretanto, tais prerrogativas com a devida ponderação dos interesses do grupo.

Com efeito, os intervenientes do grupo só se podem prevalecer deste princípio perante a mãe da kixikila e nunca directamente perante os seus compartes.

⁵⁴ NOTA: Referência ao Código Civil Angolano.

⁵⁵ Cit. Telles, Inocêncio Galvão, *Direito das Obrigações*, p. 450.

⁵⁶ Cf. GOMES, Manuel Januário da Costa, op. cit., p. 78.

⁵⁷ Cf. *Idem*, pp. 451-466.

Assim sendo, à guisa de exemplo, se na kixikila de dinheiro um IK não pagar as suas contribuições referentes a determinado período, os seus compartes não lha podem exigir pessoalmente, mas apenas, por via da mãe da kixikila.

Do mesmo modo se procederá a nível da kixikila cujo objecto sejam coisas em que, tendo sido acordada, por exemplo, a troca de sementes de determinado produto, se a parte a quem competir o cumprimento desta obrigação, por razões alheias à sua vontade (cheias, incêndios, praga, etc.), não puder fornecer as sementes a que ficou obrigada, a outra ou outras partes deixam também de a ela estar obrigadas.

Entretanto, a aplicação deste princípio suscita maiores dificuldades no caso da troca de horas de trabalho. Pois, se um interveniente que já tenha recebido a prestação não retribuir nos mesmos termos em que lhe tiver sido prestado, não sendo possível a restituição do tempo (horas de trabalho) e do esforço, que os outros lhe tiverem prestado e no período acordado, poder-se-á convencionar a realização da prestação num período posterior equivalente.

4. DIREITOS E OBRIGAÇÕES NO ÂMBITO DO CONTRATO DE KIXIKILA

4.1. DIREITOS DAS PARTES

No que aos direitos respeita, há a distinguir os direitos de todos os intervenientes em geral, inclusive a mãe enquanto IK, daqueles que são exclusivos da mãe da kixikila, bem como algumas faculdades que no âmbito dos seus poderes de coordenação lhe são reservadas.

No que à generalidade do grupo respeita, os direitos que para cada membro resulta do contrato de kixikila cristalizam-se nos seguintes:

- i) O direito de receber os fundos oriundos das contribuições realizadas pelos demais membros do grupo, as coisas ou as horas de trabalho.
- ii) O direito de ressarcimento em caso de perda, por quem desempenha funções de guarda, dos valores que integram o fundo para o qual contribuíram ou das coisas.

À mãe da kixikila, como contrapartida da acrescida responsabilidade que assume dentro do grupo, no que à kixikila de dinheiro respeita, tem, nalguns grupos, direito à uma remuneração de valor equivalente a 1% do montante arrecadado e tal é-lhe entregue no momento da sua

atribuição ao membro do grupo que tem o direito de o receber e é este quem faz a entrega, embora em determinados casos, haja a possibilidade de a mãe da kixikila deduzir o seu 1% antes de entregar os fundos ao IK. Ex. Se o total das contribuições é de Akz 100.000, a mãe tem direito a Akz 1.000.

Paralelamente àqueles direitos, a mãe da kixikila, com a devida ponderação dos interesses do grupo, tem as seguintes faculdades:

- i) Decidir a entrada de novos membros no grupo ou excepcionalmente autorizar que determinado IK leve para o grupo um novo membro desconhecido daquela, situação em que este membro deve assegurar perante o grupo a idoneidade do membro que ele levou;
- ii) Na eventualidade de algum membro não ter dinheiro no momento em que a contribuição é devida, ela pode emprestar-lho para que este cumpra com a sua obrigação.
- iii) A mãe da kixikila pode também autorizar que determinado IK difira a realização das suas contribuições, desde que tal diferimento, segundo critérios de razoabilidade, não respeite a mais do que duas contribuições sucessivas para não perturbar o funcionamento da roda;
- iv) Em caso de necessidade e a pedido do IK a mãe da kixikila mesmo que não seja a vez de aquele receber, pode dar-lhe dinheiro antecipadamente, podendo, em tal caso, deduzir o valor dado antecipadamente ao IK, do valor global que aquele terá direito quando chegar a sua vez de receber.

4.2. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Tendo em conta as duas qualidades de sujeitos referidas – «as filhas» e a «mãe da kixikila» – distintas serão as obrigações que sobre cada uma destas partes recai.

Assim, quanto à obrigação das partes, inclusive a mãe da kixikila, esta é variável e será de dar ou de prestar conforme o objecto seja dinheiro, uma coisa ou troca de horas de trabalho, respectivamente.

Tratando-se de prestação em dinheiro todas as partes envolvidas têm a obrigação de, no momento acordado, contribuir com o montante que tiver sido fixado aquando da celebração do acordo. Na eventualidade de as partes acordarem a contribuição em coisas diferentes de dinheiro,

a obrigação das partes consistirá na entrega de coisas específicas e previamente determinadas quanto ao género, qualidade e à quantidade. Se, entretanto, as partes tiverem convencionado a troca de horas de trabalho como objecto do acordo, cada uma delas fica obrigada a realizar determinado trabalho a favor do membro do grupo que no momento determinado tiver direito àquela prestação, em local por ele indicado e nas condições acordadas.

Quanto às obrigações exclusivas da «mãe da kixikila», tendo em conta que esta tem como principal função garantir o normal funcionamento do grupo, a mesma está adstrita ao cumprimento de determinadas obrigações como:

i) Formar o grupo, mediante selecção em função de determinados critérios (ex. relações pessoais, idoneidade pessoal, capacidade económica ou contributiva, ponto de encontro comum ou proximidade de residência, etc.). As pessoas que integram o grupo são, em regra, conhecidas pela mãe da kixikila que as admite após comprovar a sua idoneidade pessoal e capacidade contributiva (ex. saber se a pessoa trabalha ou tem algum negócio que lhe permita obter o dinheiro para fazer as sucessivas contribuições), sendo igualmente essencial que as partes conheçam as respectivas residências, de modo a atenuar os riscos de incumprimento pelos IK, na eventualidade da censura social se mostrar incapaz de impedir tais situações.

ii) Organizar e controlar o grupo, normalmente a mãe da kixikila utiliza um caderno de registo de todos os IK de acordo com certa ordem que lhe permita ter algum controlo (saber quem ainda está no grupo e quem desertou), das operações de cobrança e de atribuição dos fundos arrecadados (controlar quem já contribuiu, quem tem de contribuir e quem tem de receber), a frequência com que cada IK realiza as suas contribuições que, em princípio, devem ser feitas regularmente por todos os IK em simultâneo.

iii) Prestar informação ao grupo, por exemplo, quando chega o momento das contribuições deve informar aos IK de que em determinado momento vai passar para receber as contribuições, de modo a preveni-los e assegurar que no momento previsto tenham na sua posse o valor da contribuição;

iv) Prestar contas da sua gestão ao grupo, pois o grupo precisa de saber quantos membros tem, quanto cada um deles irá contribuir, quando irá contribuir e quando e em que ordem irá receber e quem de entre eles já recebeu.

v) Receber as contribuições devidas por cada IK no momento acordado, regra geral, tal ocorre, no caso dos trabalhadores assalariados, logo após recebimento dos salários. No

que aos outros IK diz respeito, o momento é previamente fixado por acordo. O recebimento das contribuições compete exclusivamente à mãe da kixikila, pelo que, só a ela podem ser entregues. Os IK não podem exigir de outros IK o valor da contribuição, ainda que naquele momento lhes caiba a vez de receber os fundos a serem arrecadados.

vi) Guardar e, logo que possível, atribuir os fundos a quem tem o direito de receber em determinado momento tão logo esteja perfeita a quantia acordada;

vii) Tendo em conta que, a par do seu papel de líder, ela é um membro do grupo como outro qualquer, a mãe tem ainda uma obrigação principal que consiste em contribuir nas mesmas condições que os demais IK.

Sobre a mãe da kixikila impende ainda a responsabilidade perante o grupo pela restituição, às suas expensas, dos valores arrecadados em caso de perda, quando tais fundos se encontrem em seu poder. No entanto, se os fundos já tiverem sido atribuídos a quem de direito e, em poder deste, se perderem, ou forem indevidamente expropriados, ou, se o IK não os tiver recebido por razão imputável a si mesmo, a mãe da kixikila fica isenta de quaisquer responsabilidades.

5. ESTRUTURA DAS OBRIGAÇÕES

No que à estrutura da obrigação se refere, a relação obrigacional resultante do contrato de kixikila é fundamentalmente constituída pelos seguintes elementos: sujeitos, objecto e meios de coacção.

5.1. OS SUJEITOS

Quanto aos sujeitos, temos de fazer uma importante distinção entre a pessoa do credor e a pessoa do devedor.

Por definição, é credor aquele que na relação jurídica obrigacional se encontra no polo activo, tendo, por isso, o direito subjectivo (que «traduz o reconhecimento ou a atribuição pela ordem jurídica da susceptibilidade de uma pessoa, para os seus próprios fins, actuar sobre um determinado bem, com exclusão dos demais»⁵⁸) que consiste no poder de exigir do devedor o

⁵⁸ Cit. JÚNIOR, Eduardo Santos, *Direito das Obrigações I – Sinopse Explicativa e Ilustrativa*, AAFDL, Lisboa, 2010, p. 68.

cumprimento da obrigação. E, por outro, é devedor aquele que na relação jurídica obrigacional se encontra no polo passivo, estando, por isso, adstrito ao dever de cumprir a obrigação perante o credor.

No que concerne à kixikila, há que distinguir o papel da mãe enquanto elemento do grupo e enquanto responsável pela coordenação e fiscalização do grupo. Não há dúvidas de que, enquanto elemento do grupo, a mãe está obrigada nos mesmos termos que os demais.

Quanto ao seu papel de responsável do grupo, podemos, por um lado, qualificá-la como representante do grupo, partindo do princípio que a mesma foi indicada para este papel, por livre vontade dos demais IK, para, no lugar deles, proceder a recolha e atribuição do produto das contribuições e servir de elo e de factor de harmonização entre os demais, substituindo-os nos actos de manifestação externa, fáctica e volitiva no âmbito do contrato.

Por outro, poderíamos qualificá-la como órgão do grupo, se considerássemos o grupo como uma instituição ou pessoa colectiva, em que a mãe actuaria como instrumento de criação, manifestação e realização da vontade daquela pessoa colectiva.

Entretanto, tendo em conta a ausência de elementos que permitam reconduzir o grupo à categoria de pessoa colectiva ou outra instituição qualquer, o fim último pelo qual o grupo se constitui e o carácter altruísta meramente aparente dos seus intervenientes, na medida em que prosseguem objectivos inteiramente individuais, não obstante o elemento colectivo presente, entendemos não se tratar de um instituição ou pessoa colectiva, pelo que, a mãe exerce as suas funções na qualidade de representante do grupo, não recaindo sobre ela individualmente a condição de credor das contribuições ou de devedor do seu produto, mas antes ao grupo e aos seus intervenientes.

Do ponto de vista subjectivo, trata-se de uma representação diferente da prevista nos art.s 258.º e ss. e 1157.º e ss. CC, referente à representação e ao mandato, respectivamente, na medida em que o representado não é uma pessoa jurídica, mas sim uma colectividade de pessoas, destituída de personalidade jurídica.

Este aspecto levanta problemas a nível da responsabilidade, pois, partindo do princípio que os actos praticados pelo representante em nome do representado, nos limites dos poderes conferidos, produzem os seus efeitos na esfera jurídica deste último, como decorre do art. 258.º CC, pelos actos praticados pela mãe enquanto representante seria responsável o grupo, o que, por sua vez, acarreta o problema de efectivação da sobredita responsabilidade.

Em relação ao mandato (art. 1157.º CC), na presente situação releva analisar a figura do mandato sem representação que é, de acordo com art. 1180.º CC, aquele em que o mandatário age em nome próprio, adquirindo, por isso, os direitos e assumindo as obrigações decorrentes dos actos que celebra, embora o mandato seja conhecido dos terceiros que participem nos actos ou sejam destinatários destes.

No entanto, não nos parece correcto considerar a existência de um mandato sem representação em relação à mãe da kixikila, em virtude de ela agir em nome do grupo (e não em nome próprio).

Noutra perspectiva, no que a responsabilidade pelos actos praticados pela mãe enquanto representante do grupo respeita, poderíamos, equiparar o grupo à figura das associações sem personalidade jurídica prevista no art. 195.º e ss. CC, o que, dada a inexistência na kixikila de um fundo comum na acepção do art. 198.º, 1 CC, conduziria à aplicação do regime subsidiário previsto do art. 198.º, 1 (2.ª parte) CC, de acordo com o qual seria responsável primeiramente a mãe enquanto responsável pela manifestação da vontade e pela prática de actos materiais em nome do grupo e, na falta ou insuficiência do património daquela, responderiam todos os membros do grupo, de acordo com o art. 198.º, 2 CC.

Não satisfeitos com a solução anterior, alternativamente, poderíamos equiparar o grupo às comissões especiais, ou seja, aquelas que são «constituídas para realizar qualquer plano de socorro ou beneficência, ou promover a execução de obras públicas, monumentos, festivais, exposições, festejos e actos semelhantes», no entanto, destituídas de personalidade jurídica (art. 199.º CC), de que resultaria a responsabilidade exclusiva da mãe pelos actos praticados em representação do grupo, conforme previsto no art. 200.º, 1 e 2 CC.

Esta última alternativa é a que nos parece mais próxima daquilo que têm sido os usos dentro desta prática, de acordo com os quais, a mãe responde pelos actos praticados no âmbito das suas funções de representante, suportando exclusivamente a responsabilidade pela reparação de eventuais danos, nomeadamente em caso de perda ou extravio do produto da contribuição devido a determinado membro do grupo, excepto na kixikila de troca de horas de trabalho pela sua própria natureza.

Com efeito, nos grandes grupos de kixikila, em que são movimentadas elevadas somas de dinheiro, se prevê a atribuição à mãe de uma certa percentagem do produto da contribuição,

como forma de atenuar o impacto dos eventuais encargos que a mesma possa ter de vir a suportar.

Posto isso, entendemos que são devedores da contribuição e credores do respectivo produto, cada um dos IK individualmente considerados inclusive a mãe, enquanto IK, fora das vestes de responsável.

Por outro, entendemos não haver confusão das duas posições jurídicas, enquanto causa extintiva da obrigação na aceção do art. 868.º CC, na medida em que, não obstante todos terem de contribuir periodicamente, permanecendo na condição de devedores enquanto durar a roda, cada um dos intervenientes é credor apenas uma vez e não de si mesmo, uma vez que na sua vez pode optar por não entregar a sua contribuição à mãe, mas dos seus compartes que devem obrigatoriamente contribuir para a realização do valor acordado a ser atribuído em momento diferente a cada um deles ou do montante que lhes é devido, consoante permaneçam na roda até ao seu termo ou não.

No que concerne à tutela dos interesses do credor, contrariamente ao que sucede noutras relações contratuais em que o credor pode exercer determinadas faculdades como o poder de exigir ou não a prestação e o poder de reter a dívida entre outras, na kixikila, a mãe, actuando no exclusivo interesse do grupo enquanto sua representante, não pode dispor do direito de exigir as prestações dos respectivos membros, sendo sempre obrigatória a realização da cobrança e do pagamento das contribuições no momento e montante determinados, reconhecendo-se a tal crédito um carácter indisponível em função do interesse colectivo subjacente e da lógica da própria kixikila.

Em função do número de sujeitos que intervêm na kixikila, a obrigação em causa é plural, conjunta ou parciária, respondendo cada IK na exacta medida da sua dívida, não podendo a mãe exigir de outro IK o cumprimento da prestação que outro IK deixou de pagar num determinado período.

Ainda em função dos sujeitos, distingue-se as obrigações de prestação fungível das obrigações de prestação infungível. Nas primeiras existe a ideia de flexibilidade em relação ao sujeito que realiza a prestação, podendo ser tanto o devedor como um terceiro, sem prejuízo para o interesse do credor, que se verifica na kixikila na medida em que as contribuições em dinheiro e de coisas e mesmo algumas prestações que consistem na troca de horas de trabalho podem ser feitas pelo devedor ou por terceiro, em conformidade com o art. 767.º, 1 CC.

Quanto às segundas, eventualmente poderá existir alguma infungibilidade na obrigação de prestação consistente na troca de horas de trabalho cuja realização seja complexa ou envolva uma certa perícia por parte do devedor, na medida em que, tendo o acordo sido celebrado precisamente por conta das habilidades pessoais do devedor, dificilmente a sua realização por terceiro não prejudicaria os interesses do credor (art. 767.º, 2 CC).

À guisa de exemplo, entende-se que, na kixikila de troca de horas de trabalho, para formar o grupo, sejam escolhidas pessoas que gostam e que têm alguma perícia e robustez física para o trabalho no campo e para o tipo de cultura em causa e, em tal caso, para a realização da prestação, estas não poderiam ser substituídas por outras porque tal iria, decerto, afectar o interesse dos credores.

5.2. O OBJECTO

Quanto ao objecto da obrigação, este consiste na prestação cuja realização o devedor está adstrito. Para que uma obrigação seja válida e o seu cumprimento exigível, é necessário que a prestação preencha determinados requisitos⁵⁹ como a possibilidade física e jurídica, a licitude, a determinabilidade e a não contrariedade à ordem pública e aos bons costumes vigentes na ordem jurídica em que se insere.

i) Possibilidade física e jurídica é um requisito essencial na medida em que a impossibilidade física (que resulta dos limites da capacidade humana) ou legal (que resulta de limites legalmente impostos) da prestação determina a sua extinção ficando, em tal circunstância, o devedor desobrigado do seu cumprimento, de acordo com o disposto nos arts 401.º, 1 e 790.º, 1 CC, salvo se a impossibilidade lhe for imputável, situação em que o mesmo incorre em responsabilidade pelos danos que daí resultem para o credor, nos termos do art. 801.º CC⁶⁰.

Na kixikila, em princípio, o objecto é sempre fisicamente possível (salvo em caso de ocorrência de factos supervenientes que afectem a capacidade contributiva dos seus intervenientes), na medida em que, aquando da celebração do contrato, as partes têm, além da preocupação de determinar o seu objecto, o cuidado de verificar a possibilidade de cada um deles poder realizar a prestação daí resultante. Do ponto de vista legal, tendo em conta a idoneidade

⁵⁹ Cf. *Idem*, pp. 98 e ss.

⁶⁰ Cf. CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil Português, Direito das Obrigações II*, Tomo IV, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 169 e 185 e ss.

moral dos seus intervenientes e dos fins por eles prosseguidos, a possibilidade jurídica também nos parece acautelada.

ii) A licitude é o requisito da prestação de que decorre a obrigatoriedade de o objecto da prestação não contrariar normas jurídicas imperativas⁶¹, cuja inobservância acarreta a consequência estatuída nos art.s 280.º, 1 e 294.º CC. Na kixikila, a ilicitude resultaria, por exemplo, da eventualidade de ao membro inadimplente em relação a determinada prestação, ser exigida, aquando do cumprimento, o dobro daquilo que inicialmente devia prestar a título de contribuição referente a um único mês, na medida em que tal consubstanciaria um negócio usurário de acordo com o art. 1146.º CC, o qual é legalmente proibido, cominando na consequência estatuída no art. 282.º CC.

iii) A determinabilidade impõe-se como elemento essencial de validade da prestação, exigindo que a mesma seja determinada ou determinável ao tempo do respectivo cumprimento, sob pena de o negócio a que respeita ser considerado nulo, resultando daí a inexistência de quaisquer obrigações (art. 280.º, 1, *in fine* CC). Sendo a prestação indeterminada quanto ao seu objecto, a mesma pode ser determinada, em conformidade com o disposto no art. 400.º CC, tanto pelo credor ou pelo devedor, como por terceiro.

No contrato de kixikila este problema não se coloca na medida em que, na kixikila em dinheiro, o montante e a moeda em que as contribuições se fazem são previamente determinados; de igual modo, na kixikila consistente na troca de horas de trabalho, o tipo de trabalho a realizar é previamente acordado e o terreno é, no momento do acordo, indicado pelos credores que têm o direito àquela prestação; e, na kixikila de coisas estas são determinadas no momento da celebração do acordo por uma questão de avaliação das respectivas qualidades que devem, em princípio, ser equivalentes.

iv) A não contrariedade à ordem pública e aos bons costumes consiste em conformar o objecto da prestação com o conjunto de princípios fundamentais vigentes na ordem jurídica e com o conjunto de regras de conduta que constituem exigências próprias da vida em sociedade. Em sede de kixikila, contrariam a ordem pública e os bons costumes, todos os actos de discriminação injustificados com base nos quais as partes fundem os seus direitos e obrigações.

No contrato de kixikila, quanto ao objecto *stricto sensu*, as obrigações podem ser: de prestações pecuniárias (as que têm por objecto dinheiro, art. 774.º CC); de prestações em espécie

⁶¹ Cf. VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Contratos Atípicos*, 1.ª ed., p. 332.

(as que têm por objecto coisas diferentes de dinheiro) ou de prestações de facto (as que têm por objecto a realização de um ou vários actos materiais (prestação de facto positivo) pelo devedor, conducentes ou não à verificação de determinado resultado como, por exemplo, a troca de horas de trabalho que se consubstancia na prestação ou realização de um serviço a favor do credor (art. 1154.º CC).

No que ao tempo da realização da prestação respeita, o contrato de kixikila dá origem a uma relação obrigacional complexa, na medida em que as partes assumem uma única obrigação que consiste em contribuir, com dinheiro, bens ou horas de trabalho, mas que é constituída por várias prestações presentes e futuras, de igual objecto, que serão tantas quanto for o número de intervenientes. Trata-se de uma única obrigação, duradoura que se reparte em várias prestações independentes entre si a serem cumpridas periódica e sucessivamente (diária, semanal ou mensalmente, conforme a periodicidade acordada), até perfazer o total estimado com que cada um deve contribuir.

No entanto, o acto de entrega das contribuições em si, quando estas consistam em dinheiro ou coisas, constitui uma prestação instantânea porque se esgota num único momento.

Porém, em relação à troca de horas de trabalho, já não se pode caracterizar a obrigação como sendo de prestação instantânea na medida em que existe uma certa dilação temporal entre o momento em que o trabalho começa e o momento em que o mesmo termina, podendo a execução durar vários dias.

Por outro, o trabalho é executado dentro de um período previamente determinado, sendo em regra um trabalho sazonal, o que nos leva a crer que, neste caso, estamos perante uma obrigação de prestação periódica, verificando-se uma forte independência entre todas as prestações.

Na kixikila também podem existir prestações fraccionadas, aquelas que consistem numa única prestação cujo cumprimento é parcelado no tempo por vontade das partes. Ex. A eventualidade em que a um IK, não tendo a totalidade do valor da contribuição, lhe é dada a possibilidade de pagar parte do respectivo valor naquele momento, diferindo a outra parte para pagamento posterior.

Nestas, não há independência entre as várias prestações, todas encontram-se ligadas umas às outras e juntas perfazem o preço ou o valor total da obrigação de que resultaram e, como resultado de tal dependência, nenhuma fracção vale por si só.

O fraccionamento da prestação é admissível por maioria de razão, na medida em que também o é o diferimento da totalidade do valor de uma prestação mediante autorização da mãe da kixikila e com a devida ponderação dos interesses do grupo, ocorrendo, porém, a título meramente excepcional.

Há ainda outra modalidade que distingue as obrigações de meios (aquelas em que o devedor se obriga à realização de uma diligência com vista a obtenção de determinado resultado cuja verificação o mesmo não se vincula) das obrigações de resultado (aquelas em que o devedor se obriga a proporcionar ao credor determinado resultado).

Na kixikila consistente na contribuição em dinheiro ou na troca de coisas, a obrigação assumida pelas partes é sempre de resultado na medida em que a sua entrega à mãe da kixikila e desta ao IK que tem o direito de receber, consubstancia o resultado esperado por todos eles, entendendo-se o resultado como o fim último visado (e controlado ou controlável) pelas partes com a celebração daquele negócio.

Na kixikila consistente na troca de horas de trabalho, no contexto em que a abordamos, a obrigação assumida pelas partes é, em princípio, de prestação de meios.

À guisa de exemplo, na situação em que o grupo faz um acordo nos termos do qual deve semear cinquenta quilos de sementes de determinado produto nas terras uns dos outros, o grupo tem por objectivo colaborar no trabalho dos outros para obter igual retribuição.

Se todos os membros do grupo efectivamente o fizerem, terão cumprido com a sua obrigação e, embora o resultado esperado seja que as sementes germinem, os IK já não estão vinculados a prestação deste resultado.

Com efeito, se por qualquer razão as sementes não brotarem, não se poderá dizer que houve incumprimento por parte daqueles, a não ser que consideremos o facto de o produto ter sido semeado não como o resultado do contrato, mas como a mera diligência no sentido de obter o resultado que, então, seria o facto de as mesmas brotarem ou produzirem frutos.

6. NATUREZA DOS EFEITOS DO CONTRATO DE KIXIKILA

Quanto aos efeitos, a kixikila produz os efeitos que as partes lhe atribuíram aquando das suas estipulações e, de entre eles, distinguem-se os efeitos de ordem principal e os efeitos de ordem secundária.

No contrato de kixikila, são efeitos principais a obrigação de entrega ou prestação da contribuição independentemente do seu objecto e a atribuição dos fundos arrecadados, das coisas ou da prestação devida a quem de direito e o direito de receber as prestações.

Os efeitos secundários deste contrato consubstanciam-se no exercício de outros direitos e na observância de outros deveres estipulados pelo grupo (ex. informação, obtenção de autorização de deferimento da prestação, cumprimento dos prazos determinados, entre outros).

Quanto à natureza, a kixikila produz efeitos reais na medida em que opera a transferência do dinheiro ou das coisas e da respectiva propriedade, e efeitos obrigacionais, na medida em que a obrigação de entrega, no que à troca de horas de trabalho concerne, origina a vinculação das partes à execução de uma prestação.

No que ao alcance subjectivo respeita, vigora o princípio da relatividade. A kixikila produz os seus efeitos *inter partes*, na medida em que os seus efeitos projectam-se apenas na esfera jurídica dos contraentes, transmitindo-se para os respectivos herdeiros em caso de morte.

7. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O cumprimento consubstancia-se na realização do fim último para o qual a obrigação foi constituída, ou seja, na realização da prestação devida - art. 762.º, 1 CC «Cumpra aquele que executa a sua obrigação, entregando a soma de dinheiro ou a coisa devida ou prestando os serviços a que está adstrito».

Na kixikila, há dois tipos de cumprimento: o cumprimento parcial e o cumprimento total. O cumprimento parcial ocorre com a realização das contribuições ao longo da vigência do contrato. O cumprimento total ocorre aquando da realização da última contribuição a favor do membro do grupo que, de acordo com a ordem prevista, é o último a receber e com a efectiva atribuição do produto da contribuição àquele.

No cumprimento da obrigação exige-se total observância dos princípios da boa-fé, da pontualidade e da integralidade, que implicam a realização da obrigação nos termos estritamente acordados.

Para que a obrigação da kixikila seja validamente cumprida é necessário que se verifiquem cumulativamente os requisitos previstos nos art.s 764.º e 765.º CC, nomeadamente a capacidade de exercício no momento do cumprimento da obrigação, uma vez que tal implica um acto de disposição de uma coisa (art. 764.º, 1 CC); a capacidade de receber a prestação, que é exclusivamente detida pela mãe da kixikila no que a contribuição respeita e particularmente pelos demais intervenientes, inclusive a mãe, ou seus herdeiros, no que à atribuição dos fundos, coisas ou horas de trabalho respeita (art. 764.º, 2 CC); e, a legitimidade para dispor do objecto da prestação, que se infere da propriedade ou de outro facto que indiciem a autorização do proprietário para o efeito.

Do ponto de vista subjectivo, a legitimidade do devedor é um requisito que resulta da obrigatoriedade de a prestação, tratando-se de prestação infungível, dever ser realizada pela pessoa que no negócio jurídico que lhe deu origem figura como devedor.

Em princípio, na kixikila de dinheiro e de coisas diferentes de dinheiro, a prestação pode ser realizada tanto pelo devedor como por terceiro, desde que fique claro que o terceiro a realiza em nome do devedor.

No que à kixikila de troca de horas de trabalho se refere, salvo raras excepções (ex. quando o pai que é membro do grupo de kixikila adoece, não podendo cumprir a obrigação por si, pode, dependendo das circunstâncias, pedir ao seu filho que a cumpra por si), apenas os intervenientes na kixikila têm legitimidade para realizar a prestação devida.

Em relação ao credor, a legitimidade consiste no facto de a prestação dever ser recebida por quem efectivamente figura como credor na relação obrigacional. Não obstante a regra do art. 769.º CC, segundo a qual a prestação pode ser feita ao representante do credor, o devedor não é obrigado a realizar a prestação perante pessoa diferente do credor, ainda que esta tenha sido por ele indicada, se as partes não tiverem convencionado neste sentido, é o que resulta do disposto nos art.s 769.º, 770.º e 771.º CC.

Com efeito, apesar de o grupo ser o credor, os seus intervenientes estão obrigados a entregar a contribuição apenas à mãe enquanto legítima representante do grupo e não a qualquer deles, salvo acordo em contrário.

Quanto ao lugar da prestação, a regra geral prevista no art. 772.º, 1 CC, é que seja efectuada no lugar do domicílio do devedor.

Entretanto, para o cumprimento de prestações pecuniárias, o art. 774.º CC, prevê que tais sejam cumpridas no lugar do domicílio do credor. No contrato de kixikila de dinheiro, regra geral, as partes encontram-se no mesmo local, ex. no local de serviço, no mercado, nas casas em que trabalham, etc., e sucede que as prestações são cumpridas nestes lugares. No caso das vendedoras, a mãe da kixikila passa de banca em banca para receber as respectivas contribuições. E, *mutatis mutandis*, o mesmo sucede com grupos de outras categorias, no que à kixikila de dinheiro respeita.

Tratando-se de coisas, a regra é a prevista no art. 773.º, 1 CC, ou seja, a prestação deve ser cumprida no lugar onde a coisa se encontrava ao tempo da conclusão do negócio. Todavia, no que à kixikila respeita, os IK entregam as coisas no domicílio da mãe da kixikila, prevalecendo aqui a estipulação das partes.

Já na kixikila de troca de horas de trabalho, o lugar da prestação deve necessariamente ser o local indicado pelo credor.

Quanto ao tempo do cumprimento da obrigação, por força dos usos e pela sua própria natureza, as partes normalmente fixam o prazo dentro do qual a obrigação de prestar a contribuição e a atribuição do respectivo produto deve ser cumprida.

Como referido anteriormente, a respeito do prazo de realização das contribuições e atribuição do respectivo produto, este prazo pode ser diário, semanal ou mensal, primando-se pela fixação de um momento exacto (hora do dia, dia da semana, dia do mês) para a sua realização, sendo regra a ocorrência da mesma no início ou no fim do período fixado (início ou fim do dia, primeiro ou último dia útil da semana, início ou fim do mês).

No contrato de kixikila, em função do objecto e, tendo em consideração os princípios e requisitos ora enunciados, o cumprimento materializa-se na entrega de dinheiro, a título de contribuição e de atribuição de fundos (conforme a prestação deva ser realizada por todos os IK ou somente pela mãe da kixikila em representação do grupo) no momento e montante acordados; na entrega da coisa a determinado IK de acordo com a quantidade e qualidade acordadas; e na prestação das horas de trabalho por todos os intervenientes a favor de um deles, de acordo com o que houver sido previamente acordado.

Quanto aos efeitos, o cumprimento da obrigação emergente do contrato de kixikila tem como efeitos, que se verificam simultaneamente tanto em relação ao devedor como ao credor, a exoneração do devedor em relação à prestação realizada, ou seja, libera o devedor da obrigação, e a satisfação do interesse do credor na exacta medida da realização da prestação a que tinha direito por parte do devedor, ainda que os resultados de tal prestação não se verifiquem naquele momento, como é o caso da prestação realizada no âmbito da kixikila de troca de horas de trabalho⁶².

8. FUNÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA KIXIKILA

A função económica e social «(ou função metajurídica), [...] [é] o elemento do conteúdo do contrato que indica a sua finalidade social [...]»⁶³, ou seja, é a causa-função subjectiva⁶⁴ (que indicia um interesse ou finalidade socialmente relevante cuja prossecução as partes visam) e objectiva (que indicia o interesse que as partes têm na celebração de determinado contrato em atenção a sua aptidão para alcançar o fim por elas visado)⁶⁵.

Num sentido amplo, a kixikila é um contrato que desempenha uma função genérica de cooperação, com elementos de troca, na medida em que, independentemente da modalidade, quanto ao seu objecto, é sempre possível constatar a existência de uma relação entre custos e benefícios recíprocos entre as partes em prol de si mesmas individualmente consideradas e do grupo em geral⁶⁶, aliada a necessidade global de se criar um mecanismo de entreaajuda que a todos satisfaça na exacta medida dos seus interesses e necessidades (ex. reunir uma certa quantia de dinheiro, obter certo tipo de bens ou obter determinada prestação no âmbito da sua actividade).

Relacionando o conceito de função económica e social com o contrato de kixikila, a conclusão a que chegamos é a de que as partes só celebram este contrato porque têm como objectivo ou fim último a obtenção das vantagens que dela resultam, ou seja, porque este contrato constitui o veículo que lhes permite a prossecução dos seus interesses

⁶² Cf. PROENÇA, João Carlos Brandão, *Lições de Cumprimento e Não Cumprimento das Obrigações*, Lisboa, Coimbra Editora, 2011, p. 18.

⁶³ Cit. ALMEIDA. Carlos Ferreira de, *Contratos II. Conteúdo. Contratos de Troca*, p. 95-99.

⁶⁴ Cf. TELLES, Inocêncio Galvão, *Manual dos Contratos em Geral*, Coimbra, 4.^a ed., (Reimpressão), Coimbra Editora, 2010, pp. 292 e 294-296.

⁶⁵ Cf. VASCONCELOS, Pedro Pais de, op. cit., p. 132.

⁶⁶ Cf. ALMEIDA. Carlos Ferreira de, *Contratos II. Conteúdo. Contratos de Troca*, p. 111.

No contrato de kixikila de dinheiro, tanto a prestação como a contraprestação globalmente consideradas, são de igual valor, o que o torna num contrato “de soma nula”, na medida em que se recebe na exacta medida em que se prestou e nada mais além disso.

Com efeito, o elemento importante e motivador do recurso a este contrato seria o tempo, enquanto critério (as prestações ocorrem num determinado momento e ao longo de certo tempo) e medida (cada um recebe na exacta medida do que ao longo do tempo houver prestado) das prestações devidas (que serão tanto maiores de acordo com o montante fixado, quanto maior for o número de intervenientes que, de acordo com periodicidade estabelecida para as prestações, irá, por sua vez determinar o tempo de duração da roda).

A kixikila desempenha, em função do seu objecto, três importantes funções económicas e sociais, designadamente a função de financiamento, a função de troca e a função de cooperação.

Quando tenha por objecto dinheiro, a kixikila desempenha uma importante função de financiamento constituindo, neste âmbito, um meio de poupança, um meio de obtenção de financiamento e também um meio de obtenção de crédito em sistema informal.

i) A kixikila é um meio de poupança, na medida em que cada interveniente disponibiliza, periodicamente, a favor do grupo um montante fixo que irá integrar um fundo comum que, num momento posterior, lhe será integralmente atribuído. Ex. se uma pessoa mensalmente contribui com o montante de Akz 1000 e o grupo é constituído por 20 pessoas, esta pessoa está a poupar Akz 20.000 por mês e, como o grupo é constituído por 20 pessoas, no fim do acordo terá contribuído vinte vezes com o montante de Akz 1000. Assim, quando chegar a sua vez de receber ela terá direito a Akz 20.000, um montante relativamente elevado que, de outro modo, não veria e que lhe permite satisfazer algumas necessidades. A poupança deste valor (Akz 20.000) envolverá tanto menor sacrifício quanto maior for o grupo, pois as pessoas poderão contribuir com uma quantia insignificante e terão sempre um retorno bem mais significativo.

ii) A kixikila é um meio de financiamento, na medida em que, tendo em conta o elevado custo de vida, dificilmente as pessoas conseguiriam reunir significativas quantias de dinheiro. A função de financiamento surge aqui como corolário da função de poupança que a mesma desempenha junto dos grupos que a praticam, uma vez que, feita a poupança (embora, muitas vezes, sem a convicção de estarem a poupar), a totalidade dos fundos arrecadados é entregue a um único indivíduo, permitindo-lhe, desta forma, realizar determinado projecto. Ex. Financiar os estudos dos filhos, construir ou mobilar a respectiva casa, comprar um carro, etc.

iii) A kixikila também funciona como um meio de obtenção de crédito em sistema informal, sem juros e com um prazo de amortização muito curto, na medida em que os membros do grupo tornam-se credores e devedores reciprocamente na exacta medida das suas contribuições. Todos contribuem e exoneram-se das dívidas paulatinamente, a medida que vão entregando as suas contribuições para a constituição do fundo que é posteriormente atribuído a um dos membros do grupo.

Importa realçar que os membros do grupo são todos devedores dos pequenos montantes referentes às contribuições periódicas e permanecem nesta situação enquanto durar o acordo (ou seja, serão tantas vezes devedores destas pequenas quantias quanto for o número de pessoas que integram o grupo, isto é, se o grupo for de 20 pessoas, todos serão 20 vezes devedores). No entanto, cada membro do grupo é credor apenas uma vez e só em relação à totalidade dos fundos arrecadados.

Sendo a mãe da kixikila a pessoa que tem como responsabilidade recolher as contribuições de todos os membros do grupo, é ela quem actua como credor das pequenas contribuições em representação do grupo, cujos membros aparecem neste caso como devedores.

Correlativamente, todos os membros do grupo são credores dos fundos arrecadados face a mãe da kixikila a quem recai também o dever de o atribuir periodicamente a um dos membros do grupo.

Como se de um crédito a descoberto se tratasse, cada membro do grupo não paga mais do que recebeu e também não recebe mais do que houver pago. Ex. Se o grupo é constituído por 20 pessoas, cada um contribui 20 vezes e recebe 20 vezes o valor com que houver contribuído.

A kixikila desempenha uma função económica e social de troca *stricto sensu* quando tenha por objecto coisas, inclusive dinheiro, permitindo aos seus intervenientes a obtenção de géneros que de outro modo não obteriam ou que poderiam obter em condições menos favoráveis, bem como a variação da qualidade de tais géneros tanto para o cultivo como para o consumo próprio, o que proporciona grandes vantagens económicas e uma melhoria significativa na vida dos seus intervenientes, os quais pertencendo, em regra, a ambientes rurais têm como fonte de rendimento o trabalho agrícola.

Nesta classe de intervenientes é frequente a troca de produtos agrícolas como sementes e mudas de plantas para o cultivo, bem como animais para a reprodução e horas de trabalho.

Nos ambientes urbanos a troca tem, em regra, por objecto dinheiro (troca de dinheiro por dinheiro).

A kixikila desempenha uma importante função económica e social de cooperação, permitindo aos seus intervenientes alcançarem de forma mais célere os meios (dinheiro, coisas ou força de trabalho) de que necessitam para a realização dos seus projectos.

CAPÍTULO III - VICISSITUDES DO CONTRATO

1. PRINCIPAIS VICISSITUDES DO CONTRATO DE KIXIKILA

As vicissitudes do contrato de kixikila ocorrem pela verificação de determinados eventos que obstem o seu normal cumprimento. Qualquer contrato que tenha uma vigência temporal mais ou menos prolongada no tempo é passível de vicissitudes e de modo nenhum a kixikila é excepção.

As principais vicissitudes que podem afectar o contrato de kixikila são, nomeadamente o incumprimento, a desistência, a morte de um dos contraentes, a alteração das circunstâncias e a situação de força maior.

1.1. INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

No contrato de kixikila, o incumprimento pode resultar tanto do não cumprimento da obrigação pelo devedor como da simples mora do devedor ou do credor na realização e recebimento da prestação, respectivamente.

Quanto ao não cumprimento, «fala-se de não cumprimento da obrigação, para dizer que a prestação devedora não foi realizada – nem pelo devedor, nem por terceiro –, e que, além disso, a obrigação não se extinguiu por nenhuma das outras causas de satisfação além do cumprimento, que o Código Civil prevê e regula nos art.s 837º ss.»⁶⁷.

Relativamente ao contrato em apreço, verifica-se o incumprimento sempre que, no momento da realização da contribuição, determinado membro não a efectua. Entretanto, não constitui incumprimento o facto de um membro do grupo, com o devido consentimento da mãe da kixikila, diferir a sua prestação. Todavia, o diferimento não deve respeitar a duas ou mais prestações sucessivas.

Os efeitos do incumprimento variam em função do momento em que ocorre e do objecto do contrato. No caso paradigmático da kixikila de dinheiro, na qual, antes da recepção

⁶⁷ Cit. ALBERTO, Octávio Manuel Gomes, *Não Cumprimento das Obrigações*, <http://octalberto.no.sapo.pt/-24/08/2013, 18h20>.

dos fundos, tendo um membro deixado de pagar as suas contribuições, considerada tal situação como incumprimento definitivo do contrato, a mãe da kixikila, ponderadas as circunstâncias e com o acordo das demais filhas, pode determinar a sua expulsão do grupo.

Se tal suceder depois de o faltoso ter recebido os fundos, a pesquisa revela que são aplicáveis soluções variáveis de grupo para grupo, que vão desde a obrigatoriedade do IK inadimplente restituir tudo o que excede o montante da sua contribuição; obrigatoriedade de a mãe da kixikila repor às suas expensas o valor que, em consequência disso, fica em falta; o desapossamento de um bem do membro faltoso, procedendo-se a venda do mesmo e o pagamento da dívida com o respectivo produto, até à expulsão do membro inadimplente.

Face a possibilidade de alguns indivíduos, embora não sendo conhecidos do grupo em geral, integrarem-no por intermédio de algum membro que os conheça, o IK que o tiver trazido ao grupo, nalguns grupos, é também responsabilizado pelo incumprimento da obrigação por parte daquele, sofrendo censura por parte dos seus compartes, devido as declarações que a respeito do mesmo houver tecido e que seguramente terão motivado a sua aceitação no grupo.

Quanto às prestações em falta, na kixikila, sendo as prestações periódicas, pois, apesar de fazerem parte de uma obrigação global, cada uma delas conserva a sua independência e autonomia, o membro inadimplente fica obrigado a restituir apenas na medida do que já tiver recebido e nada mais além disso, contrariamente ao que sucede com alguns contratos legalmente típicos em que, por força do art. 801.º, 2 CC, o credor tem, além o direito de exigir a restituição da sua prestação e de resolver o contrato, um direito à indemnização.

Em face do incumprimento, a expulsão aparece como um mecanismo utilizado pelas partes para porem termo à relação contratual com os IK que não pagam as suas contribuições. Ocorre por decisão da mãe, com o consenso do grupo e por via dela ocorre a resolução do contrato entre o grupo e o membro inadimplente.

A resolução, tal como prevista nos arts 432.º e 801.º CC, está desenhada para contratos bilaterais. Entretanto, com os mesmos efeitos, em função das circunstâncias envolventes, a mesma ocorre de forma parcial no contrato de kixikila, pois, pela sua estrutura plurilateral e pela natureza da obrigação em causa, a resolução nunca se chega operar em relação a todos os contraentes, mas apenas em relação a algum ou alguns deles, na eventualidade de incumprimento, não tendo, por isso, um efeito extintivo do contrato globalmente considerado.

Quanto à mora, na kixikila, tendo em conta que existe um prazo determinado para a realização das contribuições, a mora resulta da sua não realização no respectivo prazo, como decorre do art. 805.º, 2 CC.

Na kixikila de dinheiro e de coisa, a mora do devedor ocorre pela prestação tardia da contribuição por determinado interveniente, de acordo com o disposto no art. 804.º, 2 CC (portanto, fora dos casos em que, em atenção a determinada circunstância, existe uma autorização expressa da mãe neste sentido), situação em que o mesmo responde nos termos do art. 804.º, 1 CC, pelos danos causados.

De acordo com o art. 813.º CC, a mora do credor da kixikila consistiria na recusa injustificada dos fundos arrecadados ou da coisa objecto da prestação por parte do IK que a eles tem direito em determinado momento.

Em tal caso, na eventualidade de a mãe da kixikila se vir desapossada indevidamente do montante ou do bem em causa ou este se vier a deteriorar, depois de ter tentado fazer a sua entrega a quem de direito, de acordo com a norma do art. 815.º, 1 CC, o risco transfere-se para o credor daqueles fundos e a mãe fica isenta de quaisquer responsabilidades em relação àquela prestação, excepto se tiver agido com dolo, situação em que a mesma responde nos termos do art. 800.º, 2 CC.

Na kixikila de troca de horas de trabalho, a mora do credor ocorre pela não realização dos actos necessários ao recebimento da sua prestação (art. 813.º CC), por exemplo quando aquele não indica o local onde o trabalho deve ser realizado. Trata-se, porquanto, de um ónus que recai sobre o IK visado.

1.2. DESISTÊNCIA DE UMA DAS PARTES

A situação económica e financeira dos membros pode alterar-se de modo a dificultar ou impossibilitar financeiramente o cumprimento da obrigação de dar a contribuição, forçando os membros visados a desistir do contrato.

Quanto aos efeitos, se a desistência ocorrer antes de realizada qualquer contribuição, aplica-se o regime da exclusão e a roda segue com o número de membros que restarem depois de realizados os devidos ajustes quanto a ordem de atribuição e outros que se mostrem necessários.

Se a desistência ocorrer depois do desistente já ter realizado alguma contribuição, restitui-se-lhe a totalidade do valor da sua contribuição e a roda segue o seu curso normal, com os correspondentes ajustes.

Se antes da recepção dos fundos um membro que até então realizou as suas contribuições regularmente desistir é-lhe restituído o valor total com que haver contribuído até à data da desistência e, a roda da kixikila segue o seu curso normal com os restantes membros. Todavia, altera-se a ordem de atribuição dos fundos, deixando para o fim o membro ou membros do grupo que houverem desistido, os quais só recebem os fundos até ao montante com que houverem contribuído até à data da desistência depois de subtraído 1% a que a mãe da kixikila tem direito.

Em princípio, quem já recebeu os fundos não deve desistir. Se entretanto o membro que já recebeu vier a desistir, este fica obrigado a restituir ao grupo tudo que exceda o montante da sua contribuição. Por exemplo, se o grupo tem 10 membros, a contribuição é mensal no valor de Akz 1000 e determinado IK ao fim de seis meses desiste depois de já ter recebido os fundos (Akz 10.000), tendo contribuído com apenas Akz 6000. Neste caso, este IK deve devolver ao grupo o montante de Akz 4000.

1.3. MORTE DE UM DOS MEMBROS

Em qualquer relação obrigacional é necessário que exista um credor e um devedor. A morte de um deles levanta algumas questões relativas ao modo como se irá proceder daí em diante e tal não é diferente em relação à kixikila.

Em princípio, os direitos de crédito são transmissíveis, o que faz com que a relação obrigacional não se altere substancialmente em caso de morte do devedor ou do credor na medida em que tanto o lugar de um como o de outro na relação obrigacional pode ser ocupado pelos respectivos herdeiros, quando a referida relação não tenha o carácter *intuitus personae* a que já aludimos.

Em relação ao contrato de kixikila, a morte é uma das principais causas de cessação do vínculo contratual, dado o seu elevado pendor pessoal. No entanto, os seus efeitos projectam-se sobre os herdeiros de acordo com a situação do *de cuius* dentro do grupo antes da sua ocorrência. Assim:

Se antes de quaisquer contribuições um membro do grupo vier a falecer aplica-se o regime da desistência ocorrida antes da realização de qualquer contribuição.

Se a morte ocorrer depois de alguma contribuição e antes da recepção dos fundos, a mãe da kixikila procede a restituição aos herdeiros, até ao montante que o *de cujus* houver contribuído à data da sua morte.

Se depois de receber os fundos um membro do grupo vier a falecer, os seus herdeiros ficam obrigados a restituir o montante em dívida.

Entretanto, de acordo com a pesquisa, alguns grupos recusam-se a cobrar tal valor e decidem considerá-lo como condolências à família do *de cujus*.

Resolvida a situação, o grupo passa por um reajustamento e a roda da kixikila segue adiante com os restantes membros.

Quanto à mãe da kixikila, de acordo com a pesquisa, não se tem conhecimento de nenhum caso de morte da mãe. Na eventualidade de tal ocorrer, sem prejuízo dos direitos e deveres patrimoniais que assistem aos seus herdeiros em relação a sua intervenção no grupo como simples membro, como mãe, parece que as suas funções dentro do grupo seriam transmitidas a outro membro considerado apto para o seu desempenho.

1.4. ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS E SITUAÇÃO DE FORÇA MAIOR

De acordo com o art. 437.º, 1 CC, «se as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal, tem a parte lesada direito à resolução do contrato, ou à modificação dele segundo juízos de equidade [...]».

Sendo assim, a título exemplificativo, veja-se o caso em que um elemento do grupo fica desempregado, sem uma fonte de renda que lhe permita, na mesma medida que os demais, honrar o compromisso assumido com o grupo.

Neste caso, estamos perante alteração de uma das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, a capacidade contributiva que, no caso concreto, deixou de existir e, tendo em conta que tal facto afecta gravemente o funcionamento da kixikila, estamos

perante uma situação em que o grupo pode resolver o acordo relativamente ao membro que deixou de reunir aquele requisito essencial.

A mesma lógica aplica-se à situação em que um elemento do grupo de repente deixa de ter capacidade física para retribuir as horas de trabalho que, no âmbito do contrato de kixikila consistente na troca de horas de trabalho, lhe forem prestadas.

Quanto à ocorrência de situação de força maior de que resulte a impossibilidade de cumprimento da obrigação da kixikila pelo devedor, com as devidas adaptações, invocamos o art. 795.º, 1 CC, donde resulta a desobrigação do credor realizar a sua contraprestação, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do mesmo artigo donde resulta a manutenção da obrigação de o credor realizar a contraprestação, quando a causa da impossibilidade de realização da prestação pelo devedor lhe seja imputável.

2. MEIOS DE COACÇÃO

Os grupos de kixikila funcionam com base na confiança entre os seus membros e a maioria deles, no momento da sua constituição, não prevê os termos a seguir em caso de incumprimento ou outra vicissitude qualquer. Com efeito, não há nenhuma garantias especiais, como a fiança ou o penhor, que possam ser executadas em caso de incumprimento.

No entanto, apesar de não se acordar nada relativamente a situações de incumprimento, tais situações são muitas vezes acauteladas ou sanadas por via dos meios de coacção que, neste âmbito, são fundamentalmente:

i) A intervenção da mãe da kixikila que, através do seu papel de membro coordenador e fiscalizador responsável pelo grupo, exerce a fiscalização do cumprimento por parte de todos IK mediante inscrição dos seus nomes numa lista a partir da qual vai controlando todas as prestações, efectuando, por vezes, a cobrança da contribuição em caso de não entrega voluntária no momento acordado.

ii) A pressão social que tanto a mãe da kixikila como o próprio grupo exercem sobre os seus membros, a qual funciona como meio de dissuasão de quaisquer comportamentos contrários à lógica do grupo.

iii) A intervenção das autoridades tradicionais⁶⁸, vulgarmente denominadas “os mais velhos do bairro”⁶⁹, são, geralmente, anciãos que, pela sua experiência e sabedoria, são frequentemente chamadas a resolver as “*makas*” do povo, a quem o grupo recorre para que as mesmas persuadam os IK faltosos a honrar com o seu compromisso, funcionando, dependendo da situação, ora como instituição de mediação de conflitos ora como verdadeiro tribunal da comunidade em que se inserem.

iv) A intervenção dos órgãos de administração das empresas constitui uma via de solução do problema, cujo recurso é frequente por parte dos IK pertencentes a categoria dos funcionários públicos cuja fonte de rendimento é o salário.

A situação em que, em face do incumprimento por parte de um IK, os membros do grupo, representados por um líder ou não, recorrem ao chefe do departamento financeiro da respectiva empresa para solicitar a dedução do valor devido do salário do IK inadimplente para desencadear o cumprimento compulsivo do contrato, parece-nos próxima da figura da consignação de receitas que é um acordo que visa facilitar o pagamento de dívidas e que, por si só, constitui uma garantia meramente obrigacional, dotada de eficácia inter partes, portanto, não oponível aos demais credores, que «consiste em afectar rendimentos do devedor ao pagamento de determinada dívida».

Esta possibilidade evidencia um pouco a aceitação e reconhecimento da *kixikila*, ainda que de modo informal, pelos órgãos administrativos de algumas das empresas públicas e privadas angolanas, bem como a necessidade dos IK se encontrarem num contexto social que sirva de base para o estabelecimento de outra relação que os torne mais próximos, bem como a importância de terem uma fonte de rendimento comum, na medida em que, por esta via, os grupos de trabalhadores assalariados, face o incumprimento por parte dos seus membros (colegas entre si), podem, em alguns casos, recorrer ao respectivo chefe do departamento responsável pelo pagamento dos salários, contanto que este tenha conhecimento prévio da *kixikila* e tenha dado a sua anuência, para, de forma informal reter parte do salário de determinado IK correspondente ao montante que ele deixou de pagar ao grupo a título de contribuição, de modo a desencadear o cumprimento compulsivo da obrigação⁷⁰.

⁶⁸ Cf. FEIJÓ, Carlos, *A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 414 e ss.

⁶⁹ Cit. COSTA, Paulo César P. da, op. cit., p. 39.

⁷⁰ Cf. COSTA, Paulo César P. da, op. cit., p. 39.

v) A justiça privada ocorre quando, em face do incumprimento, os IK vão à casa do IK faltoso e subtraem algum bem de valor correspondente ao que este deixou de pagar a título de contribuição, retêm-no durante certo tempo, findo o qual, na eventualidade de persistir a situação de incumprimento, vendem-no e fazem-se pagar pelo respectivo valor.

Esta situação constitui um acto ilícito porque, além de se revelar deturpador do sentido do princípio da responsabilidade patrimonial, contraria princípios fundamentais da ordem jurídica. Entretanto, o art. 336.º, 1 CC exclui a ilicitude deste acto, considerando «lícito o recurso à força com o fim de realizar ou assegurar o próprio direito, quando a acção directa for indispensável, pela impossibilidade de recorrer em tempo útil aos meios coercivos normais, para evitar a inutilização prática desse direito [...]», podendo a acção directa consistir «na apropriação, destruição ou deterioração de uma coisa [...]».

vi) A justiça formal refere-se ao recurso aos meios que o Estado coloca à disposição do cidadão para fazer valer os seus direitos, designadamente: a polícia e os tribunais. Todavia, no que à kixikila respeita, em caso de incumprimento, é normal o recurso à polícia por parte dos membros do grupo e, na maioria das vezes o assunto é aí resolvido, mediante reparação coactiva pelo faltoso ou mera desistência dos interessados no processo.

Entretanto, de acordo com a pesquisa realizada, não houve nenhum caso relativo a um conflito oriundo da kixikila que tivesse chegado ao conhecimento dos tribunais cíveis e, se existe algum de que a nossa limitação de tempo e indisponibilidade de meios não nos permitiu conhecer, quando muito, terá sido em tribunal rotulado como contrato de mútuo, como se infere da afirmação, embora com ressalvas, da Juíza entrevistada «...*tenderia a qualificar este contrato como um mútuo...*».

Porém, segundo a Juíza entrevistada, são comuns naquele tribunal acções baseadas em litígios oriundos de outro contrato informal que, pelas características e elementos poderíamos, com certa margem de erro, ser induzidos a considerá-lo como um contrato de crédito informal a curto prazo⁷¹. Trata-se de um contrato celebrado pelas *kinguilas* (a par da sua actividade de compra e venda de divisas) com terceiros carecidos de liquidez, que vêem isto como “a tábua de salvação”, face as inúmeras dificuldades para obter o crédito em mercado formal, concretamente, através das instituições bancárias, por via do qual as *kinguilas* emprestam a alguém uma certa

⁷¹ Trata-se de um contrato celebrado entre as chamadas “*kinguilas*” e qualquer uma pessoa, nos termos do qual a *kinguila* empresta uma certa quantia em dinheiro a uma pessoa da sua confiança, ficando esta última obrigada a reembolsá-la em dobro ou noutro montante por ela definido, no prazo acordado que é, geralmente, superior a um mês e inferior a um ano relativamente a data do empréstimo.

quantia em dinheiro, por certo prazo, tendo como contrapartida, além da restituição do valor emprestado, o pagamento de uma certa percentagem sobre do valor do empréstimo.

Sem prejuízo, à luz do direito privado comum, qualquer obrigação creditícia, ainda que não tenha havido determinação das partes neste sentido, tem como garantia geral legalmente consagrada, o património do devedor, por força do princípio da responsabilidade patrimonial «que consiste na possibilidade de o credor, em caso de não cumprimento, executar o património do devedor para obter a satisfação dos seus créditos», de acordo com o art. 601.º CC, com a devida consideração das excepções previstas nos arts 602.º e 603.º CC, relativas a matéria subtraída à disponibilidade das partes e a bens objecto de liberalidade com cláusula registada de exclusão de responsabilidade por dívidas do beneficiário, respectivamente⁷².

Embora a execução deva ser decretada judicialmente, parece-nos ser esta a *ratio* subjacente na atitude dos membros do grupo de kixikila quando se apossam de um bem pertencente a um membro inadimplente, de modo a persuadi-lo a cumprir com a sua obrigação ou a fazê-lo cumprir compulsivamente, mediante venda do referido bem e subsequente pagamento da dívida com o respectivo produto.

3. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

De acordo com o art. 424.º, 1 CC, «no contrato com prestações recíprocas, qualquer das partes tem a faculdade de transmitir a terceiro a sua posição contratual, desde que o outro contraente, antes ou depois da celebração do contrato, consinta na transmissão».

Sendo a kixikila um contrato de prestações recíprocas, em que, por um lado, os intervenientes realizam contribuições a favor de cada um deles em momentos distintos e, por outro, o produto das contribuições é atribuído a cada um deles em momentos distintos, parece-nos que satisfaz na íntegra o requisito legal acima indicado.

Entretanto, dado o seu pendor extremamente fiduciário, a cessão não pode realizar-se sem consideração das características *intuitus personae* do terceiro a quem se pretende ceder a posição contratual na kixikila.

⁷² Cf. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, op. cit., pp. 59 e 63.

Outrossim, ainda nos termos do art. 424.º, 1 CC, para a que a cessão produza efeitos é necessário que exista o consentimento de todos os contraentes, emitido antes ou depois da celebração do contrato, sendo que, de acordo com o n.º 2 do sobredito artigo, se o consentimento for emitido antes da celebração do contrato, para que surta o efeito pretendido pelo cedente e pelo cessionário, aquele deve notificar este facto às contrapartes, de modo a obter delas o necessário reconhecimento.

Em sede de kixikila é comum haver cessão da posição contratual, embora sem que os seus intervenientes tenham a consciência de que a estão levando a cabo, mormente quando, em função de determinadas circunstâncias (longo tempo de ausência, desemprego, mudança de zona de residência ou de local de trabalho de modo que não se consiga manter este vínculo, etc.), um dos intervenientes decide, com o acordo dos demais elementos do grupo, inclusive da mãe da kixikila, ceder a terceiro da sua confiança e, no mínimo, relativamente conhecido pelos restantes membros do grupo, o seu lugar na roda.

4. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE KIXIKILA

O contrato de kixikila extingue-se normalmente pela realização do fim para o qual foi celebrado, ou seja, no fim da roda da kixikila, que ocorre quando, na kixikila de dinheiro, todos os intervenientes tenham realizado as suas contribuições e a mãe da kixikila tenha atribuído a cada um deles e a si mesmo o que lhes era devido em função das respectivas contribuições; na kixikila de coisas com a respectiva entrega a que de direito; e, na kixikila de troca de horas de trabalho, com a realização da prestação devida a cada um dos intervenientes.

O contrato também se pode extinguir pela dissolução do grupo por qualquer razão que torne insustentável a manutenção da roda de kixikila.

CAPÍTULO IV - NATUREZA JURÍDICA DA KIXIKILA

1. APROXIMAÇÃO E ENQUADRAMENTO

A natureza jurídica de qualquer contrato deriva sempre de um processo de tipificação dentro do ordenamento jurídico em que se insere, pelo que, ainda que um contrato seja socialmente típico existe uma natural tendência de os juristas o qualificarem juridicamente.

Face a preexistência de determinados tipos contratuais legalmente previstos, não obstante as diferenças destes em relação a tipos contratuais novos, o enquadramento jurídico dos novos tipos contratuais é tendencialmente feito por referência aos tipos contratuais preexistentes.

Com efeito, é exigível que os tipos contratuais de referência sejam reflexo da vida social, de modo a permitir relacioná-los com o novo tipo contratual e, assim, facilitar o enquadramento jurídico deste último, mediante análise dos seus elementos e suas características mais relevantes⁷³.

Ressalve-se que, neste contexto em particular, a expressão “novos tipos contratuais” é meramente indicativa, na medida em que o contrato em questão é tão senão mais antigo que muitos dos contratos legalmente acolhidos mas que, por razões que se prendem com o contexto em que surgiram ou com a falta de interesse do legislador, nunca teve acolhimento legal.

Neste contexto, para efeitos de aproximação ao tipo contratual em causa, optamos pela noção de contrato segundo a qual é «o acordo vinculativo assente sobre duas ou mais declarações de vontade [...] contrapostas mas perfeitamente harmonizáveis entre si, que visam estabelecer uma composição unitária de interesses»⁷⁴.

Para efeitos de enquadramento jurídico do contrato de kixikila, procedemos ao confronto da mesma com alguns tipos contratuais legais, tendo em consideração as características e elementos relevantes, aparentemente afins do contrato em apreço, nomeadamente com o contrato de associação, sociedade, consórcio, comodato, mútuo, prestação de serviço e permuta dando-se especial ênfase aos elementos indiciadores do tipo^{75 76}.

⁷³ Cf. Brito, Maria Helena, op. cit., p. 167.

⁷⁴ Cit. VARELA, João de Matos Antunes, *Das Obrigações em Geral*, I vol., 10.ª ed., Coimbra, Almedina, 2008, p. 212.

⁷⁵ Cf. VASCONCELOS, Pedro Pais de, op. cit., 2.ª ed., pp. 118 e ss.

⁷⁶ Cf. ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Contratos II. Conteúdo. Contratos de Troca*, p. 98.

1.1. O CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO

O contrato de kixikila revela alguma similitude com o contrato de associação pela componente associativa presente em ambos e também pelo facto de ambos prosseguirem uma função de cooperação sem fim lucrativo⁷⁷, visando unicamente o *empowerment* dos respectivos membros.

Para entendermos até que ponto vai a semelhança entre ambos e aferirmos da pertinência da qualificação da kixikila como contrato de associação, importa ter em consideração os elementos de cada um destes contratos, partindo das respectivas noções e respectivos elementos relevantes para a pretensa comparação.

A kixikila é o contrato pelo qual um grupo de pessoas ligadas entre si por um vínculo familiar, laboral ou outro, se obriga a contribuir periodicamente com uma coisa ou com um montante fixo para a constituição de um fundo comum cujo produto é posteriormente atribuído na íntegra a um dos membros do grupo ou com a prestação recíproca de horas de trabalho, com base num sistema de rotatividade que funciona sob a orientação de um líder denominado «mãe da kixikila».

No que a noção de associação respeita, importa distinguir a pessoa colectiva denominada associação nos termos do art. 157.º e ss. CC, do acto que lhe dá origem, isto é, do contrato de associação a que alude o art. 167.º e ss. CC, na medida em que o termo associação significa tanto a pessoa jurídica como o acto que a origina⁷⁸. Para efeitos do presente trabalho, tomaremos em consideração o termo associação na sua acepção de acto jurídico.

A associação enquanto acto jurídico é o contrato pelo qual se constitui uma associação (pessoa colectiva ou património autónomo sem fim lucrativo).

São elementos comuns ao contrato de kixikila e ao contrato de associação: a pluralidade de partes, a contribuição, a função económica e social e o fim não lucrativo.

Ambos contratos se celebram geralmente entre uma pluralidade de partes⁷⁹, envolvendo, portanto, a sua celebração, a intervenção de mais de duas partes. Para o contrato de associação, cuja disciplina legal está prevista nos arts 157.º a 167 e ss. CC, «a lei não exige (...) um número

⁷⁷ Cf. ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Contratos III...*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 80.

⁷⁸ Cf. *Ibidem*.

⁷⁹ Cf. ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Contratos II...*, p. 36.

mínimo de outorgantes, nem tal resulta indirectamente da necessidade de compor os órgãos sociais, cujos membros não têm de ser associados»⁸⁰, resultando a pluralidade de partes apenas dos usos e da tradição que tem vindo a ser observada ao longo dos anos na celebração deste contrato.

Já no contrato de kixikila, a falta de uma referência legal, permite-nos afirmar, com alguma certeza, que a pluralidade de partes é também oriunda dos usos e da tradição. Isto é, ambos contratos se celebram entre uma pluralidade de partes porque é assim que normalmente ocorre na prática.

Tanto no contrato de associação como no contrato de kixikila a contribuição é um elemento fundamental, na medida em que constitui o elemento determinante para a realização do fim ou fins visados pelas partes, e pode, em ambos, ter por objecto dinheiro, coisas ou a prestação em horas de trabalho.

Num e noutro contrato, a contribuição dá lugar à formação de um património comum que, no primeiro caso pode ser o património social da pessoa colectiva associação ou simplesmente um património autónomo e no segundo caso é o fundo comum que é atribuído individualmente aos intervenientes da kixikila, na sua modalidade em dinheiro.

Ambos contratos desempenham uma função económica e social de cooperação com vista a realização de um interesse, em princípio, comum.

O fim prosseguido pelas partes tem, em ambos contratos, carácter não lucrativo.

A par disso, há importantes diferenças entre ambos que se manifestam fundamentalmente a nível dos efeitos, da forma, da organização, da natureza do fim prosseguido pelas partes e outras características como a contraprestação, a reciprocidade e a existência de um vínculo especial entre os outorgantes.

Quanto aos efeitos, o contrato de associação gera para os seus outorgantes a qualidade de associados, ao passo que da outorga do contrato de kixikila não resulta tal qualidade para os respectivos intervenientes.

O contrato de associação, quando reconhecido, em conformidade com o disposto no art. 158.º CC, dá origem a um ente jurídico também denominado «associação», facto sem

⁸⁰ Cit. ALMEIDA, Carlos Ferreira de, Contratos III..., p. 82.

correspondência no contrato de kixikila que não é passível de reconhecimento nem de dar lugar ao surgimento de um ente jurídico.

Quanto à forma, o contrato de associação deve obrigatoriamente observar a forma legal prevista no at.º 168.º CC, o que não sucede com o contrato de kixikila que se rege pelo princípio da liberdade de forma (art. 219.º CC), como corolário do princípio da autonomia privada ao abrigo do qual é celebrado.

Quanto à organização e coordenação, o contrato de associação cria órgãos sociais, os quais podem ser constituídos por pessoas detentoras da qualidade de associado ou não, facto que não sucede no contrato de kixikila, em que as tarefas de organização e coordenação são, em regra, acometidas a um dos outorgantes a que se designa «mãe da kixikila», não podendo, em circunstância alguma ser atribuídas a pessoas que não estejam integradas na roda da kixikila.

Quanto à natureza do fim prosseguido pelas partes, no contrato de associação as partes realizam as suas contribuições (em dinheiro, coisas ou prestação de serviço) para a criação do património social, visando a realização de um interesse comum a todas elas. Diferentemente, no contrato de kixikila as partes realizam as suas contribuições para a criação de um fundo comum, apenas quando a kixikila tenha por objecto dinheiro, a que, todavia não se pode chamar de património social, e visam a prossecução de um fim estritamente individual que se consubstancia no recebimento por cada um deles daquilo que lhes é devido, na proporção das respectivas contribuições.

Contrariamente ao que sucede no contrato de associação, não há, na kixikila, a possibilidade de cumular num mesmo contrato contribuições em dinheiro, coisas e em prestação de horas de trabalho.

Quanto à contraprestação, esta existe apenas no contrato de kixikila, pois, no contrato de associação aos associados não são atribuídas contraprestações pelas contribuições efectuadas, embora acidentalmente possam realizar lucros cujo destino mais justo é justamente a sua atribuição aos associados, situação que, entretanto, não põe em causa o seu carácter não lucrativo.

A reciprocidade é uma característica que existe no contrato de kixikila, sem paralelo no contrato de associação, devido ao seu carácter comunitário.

A rotatividade, um elemento base das prestações e contraprestações no âmbito do contrato de kixikila, não encontra qualquer correspondência no contrato de associação.

O vínculo especial é um requisito essencial da kixikila que se encontra relacionado com o seu carácter *intuitus personae* e com o elemento fiduciário, e funciona como garantia do seu normal funcionamento, mas que, não é visível nem exigível no âmbito do contrato de associação.

1.2. O CONTRATO DE SOCIEDADE

De acordo com o art. 980.º CC, sociedade é o contrato «em que duas ou mais pessoas se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de certa actividade económica, que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa actividade».

Note-se que a presente noção de sociedade encontra-se algo descontextualizada face a existência, actualmente, de sociedades unipessoais no ordenamento jurídico angolano⁸¹.

Outrossim, sociedade é tanto o acto jurídico a que alude o art. 980.º CC, como a entidade a que ele dá origem⁸² e, uma vez que, como já referimos, o contrato de kixikila não dá lugar ao surgimento de um ente jurídico, tomaremos em consideração a sociedade na sua acepção de acto jurídico, cujos elementos relevantes analisaremos em contraposição com os elementos relevantes do contrato de kixikila, partindo das respectivas noções.

De acordo com a noção de sociedade *supra*, são elementos afins do contrato de kixikila: a pluralidade de partes, a obrigação de contribuir e o objecto da contribuição.

A pluralidade de partes manifesta-se pela possibilidade de o contrato de sociedade, à semelhança do contrato de kixikila, poder ser celebrado por mais de duas pessoas, embora não nos mesmos termos em que o é o contrato de kixikila.

A obrigação de contribuir é um elemento *sine quan non* da existência tanto da sociedade como da kixikila, e funciona como meio para a realização do fim visado com a celebração dos mesmos.

⁸¹ Aprovada pela Lei n.º 19/12, de 11 de Junho – Lei das Sociedades Unipessoais, Assembleia Nacional, Diário da República, I Série, Número 110, de 11 de Junho de 2012.

⁸² Cf. DUARTE, Rui Pinto, *Escritos sobre Direito das Sociedades*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 15 e ss., veja-se também a este respeito o art. 4.º do CSC.

A kixikila também revela uma certa identidade do objecto com o contrato de sociedade, na medida em que por ambos contratos os respectivos outorgantes se obrigam sempre a contribuir com bens ou serviços.

O contrato de kixikila dissocia-se do contrato de sociedade a nível dos sujeitos, da natureza do objecto e do objectivo das contribuições.

Quanto aos sujeitos, actualmente, com o surgimento da figura das sociedades unipessoais, o limite mínimo é de um outorgante, ao passo que, no contrato de kixikila o número mínimo é, em regra, de cinco outorgantes, embora, excepcionalmente possa ser celebrado por apenas três outorgantes, não havendo, portanto, a possibilidade de criação de kixikila unipessoal.

Quanto à natureza do objecto, na kixikila não pode haver cumulação de diferentes objectos num mesmo contrato, situação que não encontra paralelo com o contrato de sociedade, onde pode haver diversidade de objecto (dinheiro, bens e serviços) da contribuição dos diferentes outorgantes, em conformidade com o disposto no art. 980.º e 983.º CC.

Considerando as diferentes modalidades de kixikila, entendemos que não há identidade entre o contrato de sociedade e o contrato de kixikila, na medida em que enquanto a kixikila pode ter unicamente como objecto a troca de horas de trabalho entre os seus intervenientes, não é possível a existência de sociedade constituída com a contribuição de todos os seus membros feita unicamente com horas de trabalho.

Quanto ao objectivo das contribuições, no contrato de sociedade os sócios contribuem com bens e serviços para o exercício em comum de certa actividade económica, enquanto no contrato de kixikila tal não acontece, isto é, não existe o objectivo de exercer certa actividade económica, mas apenas uma mera contribuição em dinheiro, bens ou serviços, cujo produto é atribuído na íntegra para mera fruição de cada um dos seus intervenientes.

Por fim, não há na kixikila qualquer fim lucrativo nem propósito de repartição de lucros, na medida em que, pela sua própria lógica, ninguém recebe mais do que houver contribuído, resultando a vantagem apenas do factor temporal de que resulta o acúmulo de um valor superior em relação as pequenas contribuições realizadas, situação que não encontra qualquer paralelo no contrato de sociedade.

1.3. O CONTRATO DE CONSÓRCIO

O consórcio é um contrato que, pela sua especificidade e finalidade, atende à classificação jurídica de contrato de cooperação empresarial, que consiste num acordo estratégico que permite aos seus membros combinar as vantagens de determinado projecto comum com uma significativa redução do impacto do risco do mercado que o mesmo envolve⁸³, e define-se no art. 12.º da lei 19/03 como sendo «o contrato pelo qual duas ou mais pessoas singulares ou colectivas, se obrigam entre si a, de forma concertada e temporária, realizar certa actividade ou efectuar certa contribuição, com vista, nomeadamente à:

- i) Realização de actos materiais ou jurídicos, preparatórios de um determinado empreendimento ou actividade;
- ii) Execução de determinado empreendimento ou actividade;
- iii) Fornecimento a terceiros de bens ou serviços, iguais ou complementares entre si, produzidos por cada um dos membros do consórcio;
- iv) Pesquisa ou exploração de recursos naturais;
- v) Produção de bens que possam ser repartidos em espécie, entre os membros do consórcio»⁸⁴.

Tendo em consideração a noção de kixikila já referida, vislumbramos alguns elementos que expressam a semelhança entre aquele e este contrato, nomeadamente a pluralidade de partes, a obrigação de contribuir, o objecto da contribuição, o carácter temporário da concertação e a existência de um chefe do consórcio.

No contrato de consórcio, assim como no contrato de kixikila, há a possibilidade de ser celebrado por uma pluralidade de partes, cuja extinção determina consequentemente a sua extinção nos termos do art. 20.º, 1, d) da Lei 19/03.

Em ambos contratos, as partes se obrigam a contribuir com objecto da mesma espécie. No caso do consórcio, tal se depreende do art. 12.º, 2 da Lei 19/03, que prevê que «as

⁸³ Cf. ANTUNES, José Engrácia, *Contratos Cíveis e Comerciais*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 39 e 89.

⁸⁴ Lei 19/03, de 12 de Agosto – Sobre os contratos de conta em participação, consórcios e agrupamento complementar de empresas (Revoga os artigos 224.º a 229.º do Código Comercial relativos à conta em participação) – Assembleia Nacional, Diário da República, I Série, n.º 63, de 12 de Agosto de 2013.

contribuições em dinheiro só são permitidas se forem dessa espécie as contribuições de todos os membros».

O acordo pelo qual se constitui o consórcio é, à semelhança do que sucede no contrato de kixikila, de carácter temporário, extinguindo-se, nos termos do art. 20.º, 1, b) da Lei 19/03, pela realização do seu objecto ou pela impossibilidade da sua realização (a qual pode também ser ocasionada pela extinção da pluralidade de partes, conforme previsto na alínea d) do n.º 1 do art. 20.º da referida lei).

Neste contrato, a figura da mãe da kixikila encontra paralelo na figura do chefe do consórcio que, de acordo com a lei, deve também ser um membro do consórcio, ao qual são contratualmente acometidas funções internas de organização e promoção para a realização do objecto do consórcio e funções externas de negociação de contratos com terceiros, em conformidade com o disposto no art. 16.º, 1 da Lei 19/03. São, portanto, figuras paralelas que se distinguem pelo conteúdo das respectivas funções e pela fonte dos respectivos poderes.

Além disso, elementos como a possibilidade de celebração por apenas duas partes, a possibilidade de ser celebrado por pessoas colectivas, a realização de certa actividade económica, o fim visado pelas partes do contrato de consórcio (art. 12.º, 1, al. a) a e) da Lei 19/03) e a fonte dos poderes do chefe do consórcio são elementos que concorrem para afastar a possibilidade de uma total identidade entre ambos que permita a qualificação da kixikila como um consórcio, nomeadamente porque:

- i) No contrato de kixikila o número mínimo de intervenientes é, regra geral, de cinco partes, sem prejuízo da possibilidade de cada parte constituir-se por mais de uma pessoa, como nalguns contratos típicos;
- ii) Pela sua natureza, não é possível a intervenção de pessoas colectivas no contrato de kixikila;
- iii) No contrato de kixikila não há qualquer propósito de realização de certa actividade, nem de forma accidental tal resulta do acordo firmado entre as partes, com a ressalva da prestação de serviço que ocorre no âmbito da kixikila consistente na troca de horas de trabalho, a qual, sendo inerente a natureza do seu objecto, é aqui vista como o fim visado pelas partes e não como o meio para a realização do fim, como sucede no contrato de consórcio onde

temos «certa actividade» económica⁸⁵ a ser realizada pelos seus membros, «com vista, nomeadamente...» a realizar um dos fins previstos nas alíneas do n.º 1, do art. 12.º da lei 19/03; por outro, na kixikila de troca de horas de trabalho o fim é estritamente individual, sendo do exclusivo interesse do interveniente que em determinado momento tem direito àquela prestação.

iv) Não há também qualquer identidade entre os fins que podem ser prosseguidos pelos consorciados, previstos no art. 12.º, 1 da lei 19/03, com o fim visado pelos intervenientes do contrato de kixikila, na medida em que, no consórcio há a possibilidade de repartição de lucros ou do produto da actividade realizada, o que não encontra qualquer paralelo no contrato de kixikila onde, não havendo prossecução de qualquer actividade, não há também lucros e o produto das contribuições nunca é repartido e sim, atribuído por inteiro ao membro que, de acordo com a ordem preestabelecida, cabe a vez de o receber.

v) Ao contrário do que sucede no contrato de kixikila onde a mãe é eleita por mero consenso sendo-lhe tacitamente atribuídos os poderes que exerce no seio do grupo, o qual não têm qualquer projecção externa, o chefe do consórcio adquire os poderes de representação dos demais consorciados por via de um instrumento especial, nomeadamente uma procuração com poderes especiais para a prática de determinados actos em representação dos demais consorciados perante terceiros, em conformidade com o disposto no art. 16.º, 2 da Lei 19/03.

1.4. O CONTRATO DE COMODATO

Pela especificidade do objecto do contrato de comodato, parece-nos apropriada a análise deste contrato apenas em relação a modalidade do contrato de kixikila de coisas diferentes de dinheiro.

De acordo com o art. 1129.º CC, «comodato é o contrato gratuito pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa, móvel ou imóvel, para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir».

O comodato, pela sua noção, aproxima-se do contrato de mútuo, por se consubstanciarem ambos num «empréstimo»⁸⁶, distinguindo-se fundamentalmente pela natureza do objecto que no mútuo deve «recair sobre coisas fungíveis, que se determinam pelo seu género,

⁸⁵ Cf. ANTUNES, José Engrácia, op. cit., pp. 400-401.

⁸⁶ Cit. MATOS, Fernando Jorge Marques de, *Contrato de Comodato*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 7.

qualidade e quantidade (art. 207.º do CC)»⁸⁷ e no comodato deve recair sobre coisas determinadas ou fungíveis.

Este contrato é celebrado, mormente no interesse do comodatário, uma vez que não resulta qualquer contrapartida (pelo menos de modo evidente) para o comodante que, não obstante, se vê, por via dele, privado do uso e fruição do seu bem.

O comodato aproxima-se da kixikila, em virtude de serem ambos contratos reais quanto à constituição, sendo a entrega da coisa *conditio sine qua non* para a sua perfeição.

Outro elemento comum entre o comodato e a kixikila na modalidade acima referida refere-se ao facto de em ambos haver uma utilização gratuita do respectivo objecto pelo comodatário e pelos IK respectivamente.

Entretanto, existem diferenças significativas que inviabilizam qualquer propósito de subsunção da kixikila ao contrato de comodato.

Enquanto a kixikila é um contrato oneroso por implicar contrapartidas entre as partes, o comodato é tipicamente gratuito e, não obstante os encargos e obrigações resultantes do contrato que sobre o comodatário recaem (art. 1135.º CC), o seu carácter gratuito não é, de modo algum, mitigado, uma vez que tais não têm a sua base num propósito de retribuição, não existindo, sequer, qualquer vínculo sinalagmático entre comodante e comodatário, como sucede em sede dos negócios jurídicos onerosos⁸⁸. Tais obrigações prendem-se apenas com a necessidade de manutenção e conservação da coisa, aliada à obrigação de restituição e não têm qualquer paralelo no contrato de kixikila.

Por outro, enquanto o comodato tem por objecto coisas fungíveis, como corolário da obrigação de restituição nos termos já referidos, a kixikila, na modalidade subjudice, tem por objecto coisas fungíveis, satisfazendo-se o interesse do credor com a mera entrega de coisa da mesma natureza. Ex. Produto agrícola por produto agrícola. Nesta senda, pode uma parte ceder à outra sementes de amendoim como contrapartida do recebimento de mudas de bananeira, ou simplesmente, na entrega uma à outra de bananas de uma variedade diferente daquelas que cada uma delas já tenha.

⁸⁷ Cit. *Ibidem*.

⁸⁸ Cf. ALBERTO, Octávio, *Contrato de Comodato*, http://octalberto.no.sapo.pt/contrato_de_comodato.htm - 09/10/13, 17h26.

Por força do contrato de comodato, o comodatário adquire um direito pessoal de gozo sobre a coisa⁸⁹, contrariamente, na kixikila, aquele que recebe a coisa adquire um direito de propriedade sobre a mesma.

No contrato de kixikila, as partes são livres de dar à coisa o fim que lhes aprouver, no contrato de comodato, o comodatário pode aplicar a coisa a qualquer fim lícito, dentro da função normal das coisas de igual natureza, apenas se do contrato ou das circunstâncias não resultar o fim a que a coisa emprestada se destina, como decorre do art. 1131.º CC.

Na kixikila os intervenientes respondem pelos vícios ou limitações do direito sobre a coisa que transmitem, contrariamente, o comodante só responde caso se tenha expressamente responsabilizado ou tenha procedido com dolo, conforme previsto no art. 1134.º CC.

Por fim, no contrato de kixikila não se verifica a restituição da coisa como sucede no contrato de comodato (art. 1137.º CC).

1.5. O CONTRATO DE MÚTUO

O art. 1142.º CC define o mútuo como o «o contrato pelo qual uma das partes empresta à outra dinheiro ou outra coisa fungível, ficando a segunda obrigada a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade».

Por efeito da entrega, «as coisas mutuadas tornam-se propriedade do mutuário» (art. 1144 CC).

Outra característica fundamental do contrato de mútuo, de acordo com o art. 1145.º CC, consiste no facto de o mesmo poder ser oneroso ou gratuito, conforme haja ou não convenção de juros para efeitos de retribuição, presumindo-se sempre oneroso na falta de tal convenção (art. 1145.º, 1 CC).

Tendo em conta o exposto sobre a kixikila, mormente no que às suas modalidades respeita, parece-nos adequado tomarmos em consideração, para efeitos de comparação do contrato de kixikila com o contrato de mútuo, apenas duas das modalidades da kixikila, nomeadamente a kixikila de dinheiro e a kixikila de coisas diferentes de dinheiro, excluindo-se

⁸⁹ Cf. MATOS, Fernando Jorge Marques de, op. cit., p. 8.

desta análise, por razões que se prendem com a natureza do seu objecto, a modalidade de kixikila consistente na troca de horas de trabalho.

Nesta senda, partindo da noção de mútuo *supra* em contraposição à noção de kixikila já enunciada, tomando em consideração o elenco de características da kixikila já apontado, deparamo-nos com alguns elementos e características deste contrato que encontram correspondência no contrato de mútuo, nomeadamente o objecto, a transmissão da propriedade sobre a coisa e a gratuitidade.

No que ao objecto respeita, tanto no mútuo como na kixikila, este pode consistir em dinheiro ou em qualquer outra coisa fungível, por via de regra, sem a possibilidade em ambos contratos de cumulação de ambos objectos num mesmo contrato.

A semelhança entre ambos contratos manifesta-se também a nível do título a que o dinheiro ou coisas são entregues às respectivas contrapartes, ou seja, em ambos contratos parecem-nos que o dinheiro e as coisas são entregues a título de empréstimo, porque, de outro modo, não faria sentido considerarmos a existência de uma restituição que, em sede do mútuo, como decorre do art. 1142.º CC, consiste na entrega ao mutuante de objecto do mesmo género e qualidade relativamente ao objecto mutuado e, em sede da kixikila a restituição consiste no somatório de todas as contribuições realizadas por cada interveniente.

Tanto no contrato de mútuo como no contrato de kixikila, por efeito da entrega, dá-se a transferência do dinheiro ou coisa para a propriedade do mutuário e do interveniente que, de acordo com a ordem estabelecida cabe a vez de receber, respectivamente.

Por fim, a gratuitidade é uma característica presente em ambos contratos, manifestando-se pela ausência, em ambos contratos, da obrigação de pagamento de juros ou comissões pela utilização do dinheiro ou coisas que constituem o seu objecto, sendo a restituição de valor igual ao que tiver sido prestado.

No entanto, não obstante na modalidade de kixikila de dinheiro haver, por vezes, a estipulação de uma comissão a favor da mãe da kixikila, entendemos que tal facto não afecta a gratuitidade da utilização dos fundos, na medida em que tal comissão não tem o seu fundamento no facto da entrega ou da disponibilização dos fundos em causa.

A atribuição de tal comissão justifica-se, tão só, pela acrescida responsabilidade que a mãe da kixikila tem perante o grupo, a qual passa necessariamente, uma vez que os valores estão sob

sua guarda, pela obrigação de repor por sua conta e risco tais valores na eventualidade de esbulho, perda ou extravio dos mesmos, servindo tais valores apenas para garantir a existência de uma provisão para fazer face a uma eventual situação de reposição dos fundos que lhe são confiados.

Nesta perspectiva, entendemos que, ainda que indirectamente, a referida comissão é estipulada no interesse do grupo, visto que a mesma visa evitar que determinado membro do grupo fique sem receber os fundos que lhe são devidos pelo facto de um eventual esbulho, perda ou extravio dos mesmos.

Entretanto, a estipulação de tal comissão, apenas ocorre e, faz sentido que assim seja, em grupos maiores onde, fruto das contribuições, são movimentadas elevadas quantias em dinheiro de uma só vez, facto que, de certo modo, concorre para elevar o risco que a mãe da kixikila assume.

No que às diferenças se refere, o contrato de mútuo e o contrato de kixikila não têm qualquer identidade em aspectos relacionados com os sujeitos, com a natureza do empréstimo, com a periodicidade do empréstimo e com a obrigação de restituição.

A falta de correspondência a nível dos sujeitos manifesta-se pelo facto de o art. 1142.º estabelecer um limite máximo duas partes ao prever que «...uma das partes empresta à outra...» o que, de todo, traduz a possibilidade deste poder ser apenas bilateral, contrariamente ao que sucede no contrato de kixikila que, em regra, é celebrado por, no mínimo, cinco partes.

Quanto à natureza do empréstimo, realça-se o facto de, no contrato de mútuo o empréstimo não ser uma obrigação do mutuante, sendo antes, uma faculdade, ao passo que, no contrato de kixikila, o empréstimo, referido na respectiva noção como contribuição, constitui uma obrigação principal dos intervenientes da kixikila, sendo mesmo considerado como um elemento fundamental deste contrato.

Outra diferença entre os contratos em apreço prende-se com a periodicidade do empréstimo, na medida em que, enquanto no contrato de mútuo a entrega do dinheiro ou das coisas ocorre por via de um empréstimo realizado, em regra, mediante uma única entrega, esgotando-se tal num único acto, no contrato de kixikila há um único empréstimo cujo montante é entregue periodicamente, em pequenas prestações de valor fixo, extinguindo-se a obrigação dos intervenientes da kixikila, no fim de vários actos sucessivos de entrega, depois de todos os elementos do grupo terem recebido o que lhes for devido.

Por fim, a possibilidade de o mútuo poder ser oneroso e de se presumir oneroso na falta de estipulação em contrário também não encontra paralelo no contrato de kixikila que, como aludido, não admite qualquer presunção de onerosidade, mormente por a sua celebração estar assente numa base solidária de entreaajuda.

1.6. O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

De acordo com o art. 1154.º CC, o contrato de prestação de serviço «é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição».

Tendo em conta a sua especificidade no que ao objecto respeita, a semelhança deste contrato com o contrato de kixikila parece-nos evidente apenas em relação a modalidade de kixikila de troca de horas de trabalho, evidenciando-se desajustada a consideração das demais modalidades.

A obrigação de realizar determinado trabalho constitui, na kixikila, o principal propósito pelo qual os seus intervenientes se associam e a principal obrigação no âmbito deste contrato.

A realização de um trabalho manual é um objecto comum a ambos contratos, com predomínio do trabalho agrícola na modalidade do contrato de kixikila acima referida.

O carácter insubordinado da prestação de serviço é outro ponto de contacto entre este e a kixikila de troca de horas de trabalho, pois, nesta, não há subordinação à direcção e coordenação de quem quer que seja, agindo como elemento dissuasor de qualquer prática contrária aos objectivos do grupo apenas o bom senso dos seus intervenientes e a pressão social com que os membros teriam que lidar em tal caso.

As diferenças entre ambos contratos manifestam-se fundamentalmente a nível dos sujeitos, do objecto, da natureza da prestação e da retribuição.

Quanto aos sujeitos, a lei fala em “uma das partes que se obriga a proporcionar à outra...” sem, contudo, determinar um número específico de partes que podem intervir no contrato de prestação de serviço, revelando desta forma uma certa liberdade para a determinação do número de partes que, em princípio, nos parece ser de dois, mas que, por força da autonomia privada parece-nos poderem intervir mais de duas, situação que permitiria uma certa

correspondência, do ponto de vista subjectivo, com o contrato de kixikila que é celebrado por mais de duas partes.

Quanto à natureza da prestação, no contrato de prestação de serviço o prestador vincula-se a cumprir uma obrigação de prestação de resultado, considerando-se, assim, o resultado como o objecto e fim último do contrato. Contrariamente, na kixikila de troca de horas de trabalho, em determinadas prestações não é possível assegurar ou proporcionar certo resultado, situação em que os seus intervenientes se limitam a realização de uma prestação de meios. Por exemplo, o grupo semeia determinado produto, mas não se pode vincular a fazer com que as sementes brotem ou que o produto venha a ter determinada qualidade.

No contrato de prestação de serviço pode ou não haver retribuição, o que não sucede em sede de kixikila onde a retribuição, encontrando-se na base da decisão de participar dela, é obrigatória.

A kixikila dissocia-se do contrato de prestação de serviço também pelo objecto da retribuição, na medida em que, enquanto neste último a retribuição pode ser de objecto diverso do que foi prestado, na kixikila o objecto da retribuição ou contraprestação é sempre da mesma natureza que a prestação (ex.: A, B, C e D cultivam todos o terreno do A porque todos querem ter exactamente o mesmo resultado, isto é, querem também ter os respectivos terrenos cultivados com a ajuda de e dos outros todos), facto que obriga a que exista uma certa identidade do fim visado pelas partes, o qual deve consistir na realização de um trabalho da mesma natureza.

Quanto às demais modalidades da kixikila, de dinheiro e de coisas, parece-nos pertinente a sua comparação com a modalidade de contrato de prestação de serviço de depósito.

O depósito pode ser comum, irregular, mercantil ou bancário. Para efeitos de comparação com a kixikila, releva o depósito irregular, definido nos termos do art. 1205.º CC como aquele «que tem por objecto coisas fungíveis», a que, por remissão do art. 1206.º CC, são aplicáveis as normas relativas ao contrato de mútuo⁹⁰.

O depósito irregular distingue-se do depósito comum definido no art. 1185.º CC como «o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra uma coisa, móvel ou imóvel, para que a guarde, e a restitua quando for exigida», fundamentalmente pelo facto de este ter por objecto coisas infungíveis, gerando para o depositário, a nível de efeitos, as obrigações de «guardar a coisa, de

⁹⁰ Cf. CORDEIRO, António Menezes, *Manual de Direito Bancário*, 4.ª ed., Coimbra, Almedina, 2010, pp. 570 e ss.

não a usar ou devassar, de a restituir e, se necessário, de defender os direitos do depositante»⁹¹ e as obrigações de o depositante «indemnizar o depositário de todas as despesas e a de o remunerar, sendo este o caso»⁹².

Consequentemente, o depositário não tem o direito de usar a coisa depositada nem de a dar em depósito a outrem, como corolário do seu carácter infungível e da obrigação de a restituir ao depositante.

A kixikila de dinheiro e de coisas aproximam-se mais do depósito irregular pelo carácter fungível do seu objecto e pela transferência da propriedade sobre o mesmo, como decorre do art. 1144.º CC, por remissão do art. 1206.º CC, facto que possibilita ao depositário usar a coisa depositada e restituir outra equivalente.

Por implicarem a transmissão da coisa que constitui o seu objecto, caracterizam-se ambos como contratos reais quanto à constituição.

Neste contrato, podemos vislumbrar uma relativa proximidade entre a figura do depositário e a da mãe da kixikila, pelo facto de ambos terem a obrigação de receber as coisas que no âmbito dos respectivos contratos lhes são entregues.

A presunção de gratuidade vigente em relação ao contrato de depósito aproxima-a da kixikila, que é também gratuita na perspectiva da não existência de uma remuneração pela cedência e utilização do dinheiro e das coisas.

Entretanto, elementos e características como os sujeitos, o objecto, o fim do contrato, a fonte da gratuidade e a restituição das coisas entregues no contrato de depósito, concorrem para afastar a identidade entre ambos.

O carácter bilateral do depósito não revela qualquer similitude face a kixikila que é tipicamente celebrada por uma pluralidade de partes.

No depósito, a parte que actua como depositário age em nome e por conta própria, quer a título profissional ou não, ao passo que, na kixikila, a mãe enquanto depositária, actua em nome e por conta do grupo que ela representa.

⁹¹ Cit. *Idem*, p. 567.

⁹² Cit. *Ibidem*.

Quanto ao objecto, na kixikila recai apenas sobre coisas móveis, ao passo que o depósito pode incidir tanto sobre bens móveis como bens sobre imóveis.

No depósito, as coisas são entregues numa só toma, contrariamente na kixikila, a entrega das coisas ocorre de forma relativamente prolongada no tempo, mediante prestações periódicas.

O fim de cooperação subjacente no contrato de kixikila não tem paralelo no contrato de depósito, onde este se resume na guarda das coisas depositadas.

Na kixikila, o carácter gratuito resulta apenas do facto de não se convencionar uma remuneração pela cedência e utilização do dinheiro ou das coisas, sendo esta, de resto, onerosa por implicar sempre uma contrapartida equivalente, ao passo que no depósito o carácter gratuito presume-se do facto de o depositário não actuar como profissional.

Por fim, na kixikila não há restituição do dinheiro e das coisas entregues, nos mesmos termos em que tal ocorre em relação ao depósito.

1.7. O CONTRATO DE PERMUTA

A permuta é o contrato pelo qual as partes se obrigam a dar, uma à outra, uma coisa por outra diferente de dinheiro. Trata-se de «um contrato legalmente típico, regulado pela generalidade dos códigos civis oitocentistas»⁹³ que, entretanto, não encontra qualquer regulação a nível do código civil angolano, estando apenas previsto mas não regulado no Código Comercial⁹⁴ vigente em Angola (art. 480.º), aplicando-se-lhe, pelo seu carácter oneroso, por força do art. 939.º CC, as disposições relativas ao contrato de compra e venda (art. 875.º e ss. CC) em tudo quanto não seja contrário à sua natureza, nomeadamente a ausência do elemento monetário como meio de pagamento⁹⁵.

⁹³ Cit. ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Contratos II...*, p. 114.

⁹⁴ Carta de Lei n.º 28/06 (Código Comercial), de 06 de Setembro de 1888 (Anterior à independência), emitido pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, publicado no Diário do Governo, I Série, Número 203, de 06 de Setembro de 1888 (em virtude de não ter sido possível localizar os dados de publicação do presente diploma no respectivo Boletim Oficial a sua data de publicação corresponde à data de publicação no Diário do Governo), <http://www.legis-palop.org/bd/Legislacao.aspx/Show/34004?country=Angola> - 23/11/13, 21h15.

⁹⁵ Cf. ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Contratos II...*, p. 114.

Em princípio, podem ser objecto de permuta todas as coisas susceptíveis de serem vendidas, independentemente de serem da mesma espécie, qualidade ou valor.

As características e elementos mais relevantes da permuta que permitem uma comparação e aproximação com a kixikila são, além da ausência do elemento monetário como meio de pagamento, nomeadamente a onerosidade, a comutatividade e os efeitos que dela resultam para as partes.

A ausência do elemento monetário como meio de pagamento é elemento característico de ambos contratos, na medida em que tanto a prestação como a contraprestação devem ser efectuadas em espécie. Trata-se de uma característica que está presente em qualquer das modalidades da kixikila, concretamente na kixikila de dinheiro por dinheiro⁹⁶, de coisa por coisa e de horas de trabalho por horas de trabalho.

A permuta e a kixikila são contratos comutativos na medida em que cada uma das partes recebe uma prestação equivalente à sua. No caso paradigmático da kixikila de dinheiro, constatamos que o valor total que cada parte recebe na sua vez é equivalente ao que prestou mediante as várias contribuições efectuadas.

Tanto a permuta como a kixikila implicam a oneração das coisas que constituem o seu objecto, resultando em vantagens para todas as partes envolvidas.

Por outro, são contratos sinalagmáticos genética e funcionalmente, dada a relevante interdependência das prestações de cada uma das partes e a necessária correspondência entre as vantagens e sacrifícios de que resulta para cada uma delas.

Quanto aos efeitos, ambos contratos implicam a translação da propriedade para cada contraente e, correlativamente geram a obrigação de transferir para os outros o domínio da coisa objecto da sua prestação.

No que às diferenças se refere, o contrato de permuta dispensa a pré-existência de relações pessoais entre os seus intervenientes, elemento que na kixikila assume um papel preponderante.

⁹⁶ Cf. *Idem*, p. 115.

O carácter bilateral assinalado ao contrato de permuta⁹⁷ contrasta com o carácter plurilateral da kixikila. Segundo a doutrina, os contratos de troca em que, pelo exposto, se circunscrevem tanto a kixikila como a permuta, podem ser celebrados por uma pluralidade de partes com base num esquema contratual circular⁹⁸ e com uma pluralidade de objectos.

Com efeito, enquanto na permuta as trocas são bilaterais, directas e simultâneas, na kixikila as trocas são plurilaterais e circulares, presentes e futuras e não necessariamente simultâneas.

Por fim, na permuta as trocas recaem sempre sobre objectos diferentes, ao passo que na kixikila os objectos podem ou não ser diferentes, podendo ser da mesma natureza, variando apenas na qualidade, sem prejuízo da sua equivalência em termos de quantidade.

2. SÍNTESE CONCLUSIVA

Os contratos de associação, de sociedade, de consórcio, de comodato, de mútuo, de prestação de serviços e de permuta são, de entre os diversos tipos contratuais previstos na lei, aqueles que têm maior afinidade com o contrato de kixikila.

Entretanto, não obstante os diversos pontos de contacto verificados, mormente no que respeita à natureza da função desempenhada por cada um deles (pois, as partes nestes contratos, concentram as suas actividades ou recursos, mediante partilha de custos e benefícios com vista a realização de um fim, em princípio, comum⁹⁹) e de troca (pois, apesar de haver partilha de custos e benefícios, há divergência do fim visado por cada uma das partes, reflectindo-se este na diversidade dos objectos do acordo), não é de todo possível afirmarmos a identidade do contrato de kixikila com os tipos contratuais tidos como referência, na medida em que não há entre eles uma significativa correspondência entre os seus elementos e características fundamentais.

De resto, no que ao contrato de associação se refere, a possibilidade de criação de uma pessoa colectiva, a ausência de um vínculo entre as partes, o carácter altruísta manifestado pela prossecução de um interesse comum, são elementos que, de todo, contrastam com elementos como a ligação pessoal das partes, a base recíproca e interdependente em que as prestações

⁹⁷ Cf. *Idem*, p. 116.

⁹⁸ Cf. *Idem*, p. 36.

⁹⁹ Cf. ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Contratos III...*, pp. 71 e ss.

ocorrem, a unicidade do objecto e o fim último individual que caracterizam o contrato de kixikila como tal. Assim, não obstante ambos prosseguirem uma função de cooperação, dada a diferença dos contornos desta em cada um e, face a insuficiente relevância dos elementos comuns e a incipiente correspondência entre os seus elementos essenciais, não é aceitável a qualificação da kixikila como contrato de associação.

Relativamente ao contrato de sociedade, com excepção da função económica e social de cooperação, a possibilidade dos seus outorgantes poderem contribuir com bens de natureza diversa, o exercício de uma actividade comum e o propósito de repartição dos lucros resultantes desta actividade, são alguns dos elementos essenciais que, de todo, não encontram correspondência no contrato de kixikila e, considerando os elementos e características deste contrato na sua globalidade, é razoável concluirmos pela sua não qualificação como contrato de sociedade.

Relativamente ao contrato de consórcio, ante a relevância das características da kixikila que, de todo, não encontram paralelo neste contrato, considerando também o facto de ambos contratos se encontrarem em planos bem distintos da vida social pois, enquanto o consórcio se encontra num dos mais altos patamares da cooperação empresarial, a kixikila é apenas uma forma rudimentar de manifestação de solidariedade económica e social, parece-nos também desajustada a qualificação da kixikila como contrato de consórcio.

Quanto ao contrato de comodato, a gratuidade é um elemento essencial que se manifesta mediante entrega da coisa e suas utilidades pelo comodante, ao comodatário. Entretanto, tal característica não encontra a necessária correspondência no contrato de kixikila onde as prestações são recíprocas e instrumentais ao escopo de cooperação. Nesta modalidade de kixikila a contrapartida é um elemento essencial, que ocorre mediante entrega à outra parte de objecto equivalente ao que se recebeu e, contrariamente, no contrato de comodato, há uma simples restituição do que se recebeu num momento posterior. Sendo assim, não obstante as semelhanças apontadas, parece-nos incoerente a sua qualificação como contrato de comodato.

Em relação ao contrato de mútuo, pelas suas características, entendemos que a kixikila na sua modalidade de contribuição em dinheiro ou coisas, apesar da identidade do objecto, em virtude de cada um destes contratos ter especificidades próprias que, entre si, não têm qualquer paralelo, não pode ser reconduzida à qualificação como contrato de mútuo.

O contrato de prestação de serviço *stricto sensu* revela substancial afinidade com a modalidade de kixikila de troca de horas de trabalho e com algumas ressalvas relacionadas, entre outras, com o objecto e com a natureza da contraprestação, aquela facilmente poderia ser qualificada como contrato de prestação de serviço, não fosse a significativa relevância dos elementos discordantes. Quanto à modalidade do contrato de prestação de serviço de depósito, apesar de algumas semelhanças, não há elementos que permitam a recondução da kixikila de dinheiro e de coisas àquele contrato.

Por fim, no que à permuta respeita, a correspondência é quantitativamente substancial com qualquer das modalidades da kixikila, distinguindo-se qualitativamente, entre outras características, pelo modo como as prestações ocorrem (pois, enquanto na permuta estas são instantâneas, na kixikila as prestações tendem a perdurar no tempo) e pela *ratio* subjacente em cada um, pois, enquanto na permuta a troca, para além de seu objecto, é também o seu elemento finalístico essencial, na kixikila a troca é meramente instrumental ao escopo de cooperação e entreaajuda.

CAPÍTULO V - REGIME JURÍDICO APLICÁVEL

1. O CONTRATO MISTO

O contrato misto é uma emanção do princípio da liberdade contratual previsto no art. 405.º CC, enquadrando-se na categoria dos contratos atípicos¹⁰⁰, define-se como «o contrato no qual se reúnem elementos de dois ou mais negócios total ou parcialmente regulados na lei»¹⁰¹.

A lei refere-se-lhes expressamente no art. 405.º, 2 CC, segundo o qual «as partes podem ainda reunir no mesmo contrato regras de dois ou mais negócios, total ou parcialmente regulados na lei». Não obstante resultarem da fusão de dois ou mais tipos contratuais ou de elementos ou partes de diferentes contratos, os contratos mistos têm um carácter unitário¹⁰², ou seja, só são considerados como tal, pela combinação de aspectos próprios de outros contratos.

Da comparação que fizemos *supra* da kixikila com outros tipos contratuais, nomeadamente o contrato de associação, sociedade, consórcio, prestação de serviços, comodato, mútuo e permuta, facilmente inferimos que o contrato de kixikila reúne em si um pouco das características e elementos essenciais de cada um destes contratos, sem, contudo, identificar-se, do ponto de vista global, com nenhum dos tipos tidos como referência na sobredita comparação.

Assim, relativamente a cada uma das modalidades do contrato de kixikila temos a constatar o seguinte:

i) A modalidade de kixikila de dinheiro apresenta vários elementos fundamentais comuns ao contrato de associação (a componente associativa de que resulta a pluralidade de partes, o objecto da contribuição, o fim não lucrativo), ao contrato de sociedade (a pluralidade de partes, o objecto da contribuição, a constituição de um fundo/património comum), ao contrato de consórcio (a pluralidade de partes, obrigação de contribuir, unicidade do objecto da contribuição), ao contrato de mútuo (o objecto, a obrigação de restituição, a gratuitidade, a transmissão da propriedade sobre o objecto, entre outros), ao contrato de depósito (mormente quanto ao objecto) e ao contrato de permuta (com que revela uma significativa identidade);

ii) A modalidade de kixikila de coisas possui identidade de elementos e características com o contrato de associação (quanto pluralidade de outorgantes, o objecto da

¹⁰⁰ Cf. VARELA, João de Matos Antunes, op. cit., p. 279.

¹⁰¹ Cit. *Ibidem*.

¹⁰² TELLES, Inocêncio Galvão, *Manual dos Contratos em Geral*, p. 469.

contribuição e o fim não lucrativo), o contrato de sociedade (a pluralidade de partes, o objecto da contribuição), o contrato de consórcio (a pluralidade de partes, obrigação de contribuir e a unicidade do objecto), o contrato de comodato (a pluralidade de partes que, como na kixikila, é também possível no comodato, o objecto da contribuição e o carácter gratuito), o contrato de mútuo (quando consista no empréstimo de coisa fungível, havendo assim, uma identidade relativa ao objecto), o contrato de depósito (entre outros, no que ao objecto respeita) e o contrato de permuta (com que tem uma quase total correspondência);

iii) Na modalidade de kixikila de troca de horas de trabalho a semelhança mais gritante refere-se ao contrato de prestação de serviço, não obstante haver a notória diferença no que à contraprestação respeita, relativamente ao que está contemplado na lei para o contrato de prestação de serviço e ao que constitui a prática no contrato de kixikila que, neste aspecto, em particular, se identifica em muito com o contrato de permuta.

Podemos, portanto, dizer que o contrato de kixikila é um contrato misto, na medida em que é possível verificar que as partes, em função dos respectivos interesses, organizaram um esquema contratual, socorrendo-se de elementos legalmente típicos, dando-lhe, no entanto, um contorno diverso do legalmente previsto, de que, por conseguinte, resultou uma certa dificuldade de determinação do regime jurídico aplicável às relações contratuais a que tal deu origem.

Para além da sua configuração completamente estranha ao que está legalmente previsto, um dos principais elementos para a qualificação do contrato de kixikila como um contrato misto resulta da diversidade da natureza das prestações a que cada parte está adstrita, apresentando-se, concretamente com uma prestação pertencente a um tipo contratual e uma contraprestação pertencentes a outros tipos contratuais, por vezes, significativamente diferentes, ambas sujeitas a regimes diferentes.

Na modalidade de kixikila de dinheiro, por exemplo, as partes obrigam-se a entregar certa quantia em dinheiro (situação que encontra, com as devidas adaptações, paralelo no contrato de mútuo e de depósito), tendo como contrapartida a restituição de igual valor ao que tiver sido entregue, uma contraprestação que na kixikila é constituída pelo resultado do somatório de várias prestações sucessivas periódicas realizadas por uma pluralidade de pessoas, situação que, não sendo típica do contrato de mútuo gratuito, onde há um credor e um devedor, cujas prestações se mantêm iguais ao longo da duração do contrato, também não encontra qualquer paralelo na lei, nem mesmo a nível do contrato de mútuo oneroso, onde apenas a contraprestação se altera em função da estipulação de juros.

Em suma, o que sucede no contrato de kixikila e que faz com que não possa, de todo, ser considerado como um contrato de mútuo, não se lhe aplicando, com efeito, o regime jurídico daquele contrato, consiste no facto de a contraprestação variar ao longo do tempo em função da variação do montante efectivamente prestado durante certo período de tempo, ou seja, enquanto no mútuo as prestações são estáticas, excepto no que aos juros se refere, em sede do mútuo oneroso, no contrato de kixikila as prestações são dinâmicas, sofrendo uma série de alterações durante a sua vigência, até ao termo do contrato.

Apesar da identidade com o contrato de permuta quanto à prestação e à contraprestação que são ambas em espécie e de valor equivalente, a forma como as mesmas são prestadas ao longo do contrato é totalmente estranha ao que é característico na permuta, que basicamente, se nos permitem a ausência de rigor linguístico, funciona na lógica do “toma lá, dá cá”.

Já na modalidade de kixikila de coisas, no que à prestação respeita, podemos identificar a fusão de elementos típicos do contrato de comodato e de depósito, na medida em que «uma das partes entrega à outra certa coisa móvel ou imóvel...», de permuta, pois, não havendo um empréstimo nesta modalidade de kixikila, não há lugar à restituição a que aludem tanto o art. 1185.º CC como a parte final do art. 1129.º CC, sendo a contraprestação feita em espécie no âmbito de uma verdadeira troca.

Já na modalidade de kixikila de troca de horas de trabalho encontramos elementos do contrato de prestação de serviço no que à prestação respeita, mas já não no que à contraprestação se refere, a qual consiste no pagamento de um preço, afastando-se assim da kixikila cuja contraprestação consiste, concretamente numa retribuição equivalente em espécie, situação que o torna num contrato de prestação de serviço com elementos de permuta, admissível por força do já citado princípio da liberdade contratual.

Pelo exposto, considerando a kixikila como um contrato misto, deparamo-nos com a questão sobre regime jurídico a aplicar. Regra geral, esta questão é alternativamente resolvida por uma das seguintes vias: da teoria da absorção, da teoria da combinação ou da teoria da aplicação analógica.

Pela teoria da absorção aplica-se o regime jurídico do tipo contratual cujos elementos constituem a parte preponderante do contrato em apreço, enquadrando-o, portanto, neste tipo

contratual, com as ressalvas relativamente às diferentes modalidades resultantes da existência de elementos estranhos àquele tipo contratual¹⁰³.

Aplicando esta teoria ao contrato de kixikila, seríamos levados a analisar cada uma das modalidades deste contrato e enquadrá-las nos diferentes tipos contratuais com os quais têm maior afinidade, assumindo o risco de uma qualificação errónea, pela desconsideração dos elementos alheios a um contrato substancialmente afim.

Entretanto, tendo em conta que qualquer qualificação que se preze deve ter em consideração todos os aspectos relevantes da realidade a qualificar, não nos parece ser esta a melhor solução, a não ser que tenhamos assente que o contrato de kixikila, nas suas diferentes modalidades, é basicamente reconduzível a um único tipo contratual¹⁰⁴.

Outrossim, pela teoria da combinação seríamos levados a aplicar de forma combinada, os regimes dos diferentes tipos contratuais cujos elementos integram o contrato em apreço¹⁰⁵, o que implicaria a individualização dos elementos correspondentes a cada um dos tipos contratuais em causa e aplicação combinada do regime correspondente a cada um deles sem, entretanto, descurar do elemento de unidade pelo facto de se tratar de um único contrato com elementos de diferentes espécies de contratos.

No entanto, a teoria da combinação só é viável se entendermos que o contrato de kixikila, nas suas diferentes modalidades, forma-se pelo concurso de diferentes tipos contratuais, o que, entretanto, não corresponde à realidade.

Por fim, segundo a teoria da aplicação analógica, a primeira coisa que devemos admitir é que, sendo o contrato misto um contrato atípico, estamos perante uma lacuna na lei que clama por uma integração de acordo com o disposto no art. 10.º CC, prevalecendo, portanto, o regime jurídico aplicável aos casos análogos e na falta destes, o regime que vier a ser fixado pelo intérprete e aplicador do direito¹⁰⁶.

¹⁰³ Cf. TELLES, Inocêncio Galvão, *Direito das Obrigações*, p. 86.

¹⁰⁴ Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁵ Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁶ Cf. SILVA, Nuno Miguel Vieira da, *Estudo sobre Contratos Mistos*, Lisboa, Verbo Jurídico, 2006, p. 7.

2. A KIXIKILA COMO UM CONTRATO *SUI GENERIS*

A qualificação deste acordo como determinado tipo contratual requer uma consideração cuidada das suas características, da sua configuração e do seu sentido, na medida em que estes são elementos fundamentais para a distinção dos diferentes tipos contratuais entre si¹⁰⁷.

Entre os vários tipos com que comparamos o contrato de kixikila nas suas diversas modalidades foi notória a falta de correspondência no que às características e elementos essenciais e respectiva configuração se refere.

Com efeito, não obstante as correspondências apuradas, tendo em consideração as características e a noção da kixikila a que vimos aludindo, face a inexistência, na lei, de um contrato com tal configuração, sem prejuízo da maior ou menor proximidade que alguma das suas modalidades possa ter em relação a determinado contrato legalmente típico, parece-nos óbvio que o contrato de kixikila não se enquadra em nenhum dos tipos contratuais tidos como referência, qualificando-se como um contrato *sui generis* por possuir peculiaridades que o tornam não reconduzível a nenhum dos tipos contratuais que lhe são afins.

O contrato de kixikila tem o seu fundamento no art. 405.º, 1 CC, segundo o qual «dentro dos limites da lei, as partes têm a faculdade de [...], celebrar contratos diferentes dos previstos neste código [...]».

Porém, a sua qualificação como um contrato *sui generis* gera um problema de determinação do regime jurídico a aplicar.

No que ao regime jurídico geral respeita, não vislumbramos qualquer problema, na medida em que aos contratos celebrados ao abrigo da liberdade contratual e em conformidade com o disposto no art. 280.º CC, são aplicáveis as disposições gerais do Código Civil.

Em relação aos aspectos específicos da kixikila, damos prevalência a duas importantes fontes normativas, nomeadamente aos usos e ao costume.

Reconhecemos o valor dos usos enquanto «práticas sociais susceptíveis de juridicidade»¹⁰⁸, pois, não obstante serem «destituídas de convicção de obrigatoriedade»¹⁰⁹, a lei reconhece-lhes,

¹⁰⁷ Cf. VASCONCELOS, Pedro Pais de, op. cit., 2.ª ed., p. 117.

¹⁰⁸ Cit. ASCENSÃO, José de Oliveira, op. cit., p. 278.

¹⁰⁹ Cit. *Ibidem*.

além das funções interpretativa e integrativa dos negócios jurídicos, uma importante função disciplinadora das relações sociais quando, de acordo com o art. 3.º, 1 CC, não sejam contrários ao princípio da boa fé.

Por outro, consideramos a relevância do costume (entendido como prática social reiterada e constante, dotada de generalidade e abstracção, acompanhada de convicção da sua obrigatoriedade), enquanto fonte normativa autónoma em relação ao Direito Estadual, dotado de um normativo e instituições próprias sociologicamente actantes¹¹⁰, cuja validade e força jurídica é reconhecida, a título integrativo, no art. 7.º da CRA, sempre que não seja contrário à Constituição¹¹¹ e não atente contra a dignidade humana.

Neste âmbito, o costume constitui a materialização da possibilidade de a sociedade criar o direito e podem-lhe ser assinaladas três importantes funções, nomeadamente a de inspirar o legislador a normalizar as condutas, a de suprir as lacunas da lei e a de servir de parâmetro para a interpretação da lei¹¹².

Neste contexto, destacamos o papel das autoridades tradicionais que constituem uma figura própria do direito consuetudinário e se encontram constitucionalmente reconhecidas no art. 223.º da CRA e definidas, nos termos do art. 224.º CRA, como «entidades que personificam e exercem o poder no seio da respectiva organização político-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinárias e no respeito pela Constituição e pela lei», cuja relevância se materializa no facto de as mesmas serem entidades que «representam interesses culturais, históricos, políticos e sociais»¹¹³ de uma determinada comunidade, evidenciando-se, de entre outras formas, na resolução de conflitos oriundos de práticas sociais como a kixikila.

Na falta ou insuficiência destes para a resolução de determinada questão especial, na medida em que a analogia o permita e, de acordo com o art. 239.º CC, tendo em consideração a vontade das partes quanto às consequências que pretendem extrair do contrato em apreço, com as devidas adaptações, consideramos aplicáveis as disposições especiais respeitantes aos tipos contratuais que lhe são afins, em tudo que não seja contrário à sua natureza.

¹¹⁰ Cf. FEIJÓ, Carlos, op. cit., p. 391-395.

¹¹¹ Cf. *Idem*, pp. 397-398.

¹¹² Cf. ASCENSÃO, José de Oliveira, *O Direito – Introdução e Teoria Geral*, 13.ª ed., Coimbra, Almedina, 2005, pp. 264-278.

¹¹³ Cit. FEIJÓ, Carlos, op. cit., p. 414.

CONCLUSÃO

A kixikila é uma realidade social que, em função das suas potencialidades para a melhoria das condições de vida das famílias, assume um papel preponderante no contexto económico e social um pouco por todo o mundo, mormente em países subdesenvolvidos e países em desenvolvimento como Angola. No entanto, apesar dos esforços no sentido do seu estudo e compreensão, é ainda uma realidade algo ignorada pelo nosso legislador que, no quadro das reformas legislativas que tem vindo a realizar, nunca ousou reconhecê-la legalmente.

O presente trabalho, além de ter em vista contribuir para a promoção do estudo, divulgação e conhecimento da kixikila e de outras práticas contratuais análogas socialmente típicas, constitui também um veículo para chamada de atenção ao legislador angolano no sentido de tomar consciência sobre a importância da mesma e direccionar os seus esforços para o seu reconhecimento legal, de modo a mitigar o ambiente de incerteza e insegurança jurídica em que a mesma ocorre, face ao elevado grau de informalidade a que está votada e a inexistência de garantias de que resulte, no mínimo, um efeito obrigacional, ante a falibilidade dos valores morais em que se alicerça, quando contrapostos a ambientes de instabilidade económica e social.

Reconhecendo a importância dos usos e costumes, o que aqui se pretende não é uma disciplina legal da kixikila, pois, por um lado, entendemos que a mesma se basta com os usos e, por outro, primamos pela preservação desta importante forma de manifestação dos usos e costumes enquanto elementos fundamentais para o enriquecimento e diversificação da cultura angolana.

Com efeito, o que aqui se pretende é tão só o seu reconhecimento institucional com vista a obter um reforço das garantias no âmbito desta prática, pois, sendo a kixikila legalmente admitida ao abrigo do princípio da autonomia privada e, sendo a mesma celebrada de harmonia com os preceitos legais vigentes, tendo em consideração as valorações económicas, éticas e sociais inerentes à consciência social a ela subjacente e as suas significativas vantagens e potencialidades, entendemos existir, por parte dos seus intervenientes, um interesse digno de protecção legal que ao direito cabe tutelar, pois, fazendo jus ao seu papel regulador da vida em sociedade, o direito não deve descurar da valoração jurídica dos interesses em causa, o que implica o reconhecimento legal efectivo desta realidade tão socialmente relevante.

BIBLIOGRAFIA CITADA

DOCTRINA

A

ALBERTO, Octávio Manuel Gomes, *Não Cumprimento das Obrigações*, http://octalberto.no.sapo.pt/nao_cumprimento_das_obrigacoes.htm - 24/08/2013.

- *Contrato de Comodato*, http://octalberto.no.sapo.pt/contrato_de_comodato.htm - 09/10/13.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Contratos III. Contratos de liberalidade, de cooperação e de risco*, Coimbra, Almedina, 2012.

- *Contratos II. Conteúdo. Contratos de Troca*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2012.
- *Contratos I. Conceito. Fontes. Formação*, Coimbra, 3.^a ed., Almedina, 2005.

AMARAL, Ilídio do, *Operações Financeiras no Sector Informal das Cidades da África Subsariana*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.

ANDRADE, Justino Pinto de, «A Kixikila e o micro-crédito informal» in *Economia & Mercado* (Tudo sobre o mundo dos negócios em Angola), 1 de Junho de 2010, <http://economiaemercado.sapo.ao/opinioao/a-kixikila-e-o-micro-credito.informal> - 26/10/2013.

ANTUNES, José Engrácia, *Contratos Cíveis e Comerciais*, Coimbra, Almedina, 2011.

ARDENER, Shirley, «The Comparative Study of Rotating Credit Associations», in *Journal of The Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 94, 2 (July - December), 1964, <http://www.jstor.org/> - 30/04/13.

ASCENSÃO, José de Oliveira, *O Direito – Introdução e Teoria Geral*, 13.^a ed., Coimbra, Almedina, 2005.

B

BRITO, Maria Helena, *O Contrato de Concessão Comercial*, Coimbra, Almedina, 1990.

BUZA, Juliana Lando Canga, *No Fútula, no Mayombe: Modernidade, Desenvolvimento e Riscos no Tempo de Paz em Cabinda* - Angola, Belém/PA, Dissertação de Mestrado, 2011.

C

CABRAL, Maria Alice dos Santos, *O Sector Informal Urbano em Angola: A Economia Solidária no Mercado Informal da Capote como Tradição e Estratégia de Sobrevivência*, UTL – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Dissertação de Mestrado, 2005.

CAMPOS, Diogo Leite de, «Dos Contratos de Relação às Relações de Associação», *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, II vol., Rui Pinto Duarte, José Lebre de Freitas, Assunção Cristas [et al.] (Coord.), Coimbra, Almedina, 2011.

CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil Português, Direito das Obrigações II*, Tomo IV, Coimbra, Almedina, 2010.

– *Manual de Direito Bancário*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2010.

– *Tratado de Direito Civil Português, Direito das Obrigações II*, Tomo I, Coimbra, Almedina, 2009.

– *Direito das Obrigações*, II vol., Lisboa, AAFDL, 2001.

COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Direito das Obrigações*, 11.^a ed., Coimbra, Almedina, 2008.

COSTA, Paulo César P. da, *Kixikila e Desenvolvimento Local em Angola*, ISCTE-IUL, Dissertação de Mestrado, 2011.

D

DUARTE, Rui Pinto, *Escritos sobre Direito das Sociedades*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

– *Tipicidade e Atipicidade dos Contratos*, Coimbra, Almedina, Coleção Teses, 2000.

DUCADOS, Henda Lúcia e FERREIRA, Manuel Ennes, *O Financiamento Informal e as Estratégias de Sobrevivência Económica das Mulheres em Angola: A Kixikila no Município do Sambizanga*, Lisboa, CEsa, Documentos de Trabalho n.º 53, 1993338.

F

FEIJÓ, Carlos, *A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana*, Coimbra, Almedina, 2012.

G

GOMES, Manuel Januário da Costa, *Assunção Fidejussória da Dívida – Sobre o sentido e âmbito da vinculação como fiador*, Coimbra, Almedina, Coleção Teses, 2000.

H

HEVENER, Christy C., *Alternative Financial Vehicles: Rotating Savings and Credit Associations (ROSCAs)*, Philadelphia, Federal Reserve Bank of Philadelphia, Discussion Papers, 2006, www.phil.frb.org/community.../discussion-papers/di... - 24/04/2013.

J

JÚNIOR, Eduardo Santos, *Direito das Obrigações I – Sinopse Explicativa e Ilustrativa*, AAFDL, Lisboa, 2010.

K

KLONNER, Stefan e RAI, Ashok., *Does Credit Rationing Reduce Defaults? Evidence from South Indian ROSCAs*, New York, Cornell University and Williams College, October, Working Paper, 2003, www.cirpee.uqam.ca/Conf_Pallage.../SKlonner.pdf - 03/05/2013.

L

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito das Obrigações I – Introdução da Constituição das Obrigações*, 7.^a ed., Coimbra, Almedina, 2008.

M

MAHESHE, Arsene Kisangani. «Le Ristourne ou le Likelemba comme mode de relever le niveau économique paysan au Sud-Kivu», Pole Pole Foundation, *D.R. Congo*, January, 21, 2011, <http://www.polepolefoundation.org/> - 26/04/2013.

MARTINEZ, Pedro Romano, *Direito das Obrigações – Apontamentos*, AAFDL, Lisboa, 2004.

MARTINEZ, Pedro Romano e PONTE, José Fuzeta da, *Garantias de Cumprimento*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2006.

MATOS, Fernando Jorge Marques de, *Contrato de Comodato*, Coimbra, Almedina, 2006.

P

PROENÇA, João Carlos Brandão, *Lições de Cumprimento e Não Cumprimento das Obrigações*, Lisboa, Coimbra Editora, 2011.

Q

QUEIROZ, Francisco Manuel Monteiro de, *O sector Informal de Economia em Angola: Contributos para a sua Compreensão e Enquadramento Jurídico-Económico*, FDUL, Dissertação de Mestrado, 1996.

R

ROWLINSON, Steve and CHEUNG, Fiona, *A Review of the Concepts and Definitions of the Various Forms of Relational Contracting*, Report 2002-022-A-01, http://www.construction-innovation.info/images/pdfs/Research_library/ResearchLibraryA/ProjectReports/Areviewofthe_Concepts_and_Definitions_of_Various_forms_of_Relational_Contracting.pdf - 06/11/13.

S

SILVA, João Calvão da, *Cumprimento e Sanção Pecuniária Compulsória*, Coimbra, Almedina, 1987.

SILVA, Nuno Miguel Vieira da, *Estudo sobre Contratos Mistos*, Lisboa, Verbo Jurídico, 2006.

T

TELLES, Inocêncio Galvão, *Manual dos Contratos em Geral*, 4.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

– *Direito das Obrigações*, 7.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1997.

V

VARELA, João de Matos Antunes, *Das Obrigações em Geral*, I vol., 10.^a ed., Coimbra, Almedina, 2008.

– *Das Obrigações em Geral*, II vol., 7.^a ed., Coimbra, Almedina, 1997.

VASCONCELOS, Miguel Pestana, *Direito das Garantias*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2013.

VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Contratos Atípicos*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, colecção Teses, 2009.

– *Contratos Atípicos*, 1.^a ed., Coimbra, Almedina, Tese de Doutoramento, 2002.

VIEIRA, José Alberto, *O contrato de Concessão Comercial*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.

LEGISLAÇÃO

Lei n.º 19/12, de 11 de Junho – Lei das Sociedades Unipessoais, Assembleia Nacional, Diário da República, I Série, Número 110, de 11 de Junho de 2012.

Lei n.º 19/03, de 12 de Agosto – Sobre os contratos de conta em participação, consórcios e agrupamento complementar de empresas, Assembleia Nacional, Diário da República, I Série, n.º 63, de 12 de Agosto de 2013.

Decreto-Lei n.º 47344, de 18 de Novembro de 1967 – Código Civil (*Anterior à independência*), Ministério da Justiça, Boletim Oficial, I Série, Suplemento, Número 137, de 18 de Novembro de 1967.

Carta de Lei 28/06/1888, de 06 de Setembro de 1888 – Código Comercial (*Anterior à independência*), Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Diário do Governo, I Série, Número 203, de 06 de Setembro de 1888.

SÍTIOS DA INTERNET

Imagem da capa - <http://1.bp.blogspot.com/-AxEuCL20yXI/TjHzeNfjb3I/AAAAAAAAAB4/ab9dd0vpp8M/s1600/social-media-300x229.jpg>, 10/02/14.

<http://www.construction-innovation.info>

<http://economiaemercado.sapo.ao>

www.cirpee.uqam.ca

<http://www.jstor.org>

<http://kixikila.com>

<http://www.legis-palop.org>

www.lib.kobe-u.ac.jp/repository

www.oa.pt/conteudos/artigos

<http://www.polepolefoundation.org>

<http://seguindoadiante.blogspot.pt>

ANEXOS

ANEXO I – ENTREVISTAS

O texto infra corresponde a excertos das entrevistas realizadas em Angola a um sociólogo (E1), a uma juíza (E2) e a diversos grupos de kixikila pertencentes a quatro classes de trabalhadores, designadamente: vendedores, empregadas domésticas, funcionários públicos e camponeses, os quais aparecem identificados pelas siglas IK1, IK2, IK3 e IK4, respectivamente, em função da classe a que pertencem.

Como começou e quem pratica a kixikila?

...A kixikila teve o seu começo motivado fundamentalmente pelas necessidades sociais que ocasionaram mecanismos de solidariedade e cooperação entre os membros das diferentes comunidades. Teve o seu começo no seio das comunidades rurais, sendo praticada entre os camponeses motivados pela necessidade de mão-de-obra para cultivar as terras, acabando assim, os mesmos, a trocarem horas de trabalho entre si. Actualmente, embora com objecto distinto, a mesma é praticada por pessoas da urbe, igualmente motivados pela necessidade de cooperação para a concretização de determinados projectos, tendo como principal objecto o dinheiro que é contribuído e atribuído a um ou mais membros do grupo em sistema de rotatividade, constituindo um veículo de solidariedade recíproca entre os seus intervenientes... E1, 45 anos, sociólogo.

Que papel desempenham as relações sociais na celebração de um acordo de kixikila?

...As relações sociais desempenham um papel primordial na celebração de um acordo de kixikila, na medida em que, dado elevado grau de informalidade, nomeadamente pela falta de garantias e de prova documental, as relações oriundas de um tal acordo encontram o seu suporte exclusivamente na confiança entre os seus membros e, resulta que, tal confiança só existe entre pessoas que têm entre si um certo grau de aproximação que lhes permita um mínimo de conhecimento recíproco bem como a possibilidade de se avaliarem reciprocamente sobre os respectivos graus de idoneidade pessoal que, neste caso, funcionaria como garantia de cumprimento do futuro compromisso que pretendem celebrar... E1, 45 anos, Sociólogo.

Como é que se constitui um grupo de kixikila; quem pode fazer parte dele?

...Normalmente a ideia parte de uma pessoa, esta convida outra(s) que ela conhece bem, “yá”, e combinam pra jogar kixikila. Eu faço a kixikila só com a minhas amigas daqui da praça e a minha cunhada, não dá pra fazer com pessoa que nós não conhecemos, porque é um risco, se ela desaparecer com o nosso dinheiro não vamos saber onde “le” encontrar pra nos “disvorver”... IK1, 34 anos, vendedora.

...Podem fazer parte do grupo os amigos, os familiares, as colegas, as vizinhas, é só dizer que quer jogar kixikila e nós “le” metemos do grupo... IK2, 40 anos, empregada doméstica.

...Eu faço kixikila só com os meus colegas do trabalho pois, como trabalhamos todos na mesma empresa recebemos o salário ao mesmo tempo e ninguém dá desculpa de que não tem dinheiro para contribuir, por outro, assim é mais fácil controlarmo-nos uns aos outros... IK3, 28 anos, funcionária pública.

...Não precisa parente ou amigo, basta que exista uma relação que permita a confiança... IK3, 37 anos, funcionária pública.

Como é que está composto o grupo e quais as responsabilidades de cada membro?

...O grupo é composto pelas filhas e pela mãe, que é a pessoa que coordena o grupo e recolhe o dinheiro e dá a cada filha quando chega a sua vez de receber. As filhas e mesmo a mãe, todas são obrigadas a contribuir sempre que chega o momento, mas a mãe, devido a responsabilidade que assume pela organização do grupo, tem direito a receber 1% do total das contribuições que é entregue a cada pessoa... IK1, 52 anos, vendedora.

...No nosso grupo somos oito e eu sou a mãe, todas nós contribuimos mas eu não recebo nada por recolher o dinheiro das contribuições... IK2, 35 anos, empregada doméstica.

Quais os requisitos para fazer parte do grupo?

...Quando nós já conhecemos a pessoa, e sabemos que é boa, basta só que ela tenha dinheiro pra contribuir, porque se não tiver dinheiro não adianta “le mete ” no grupo porque senão não vai conseguir contribuir e só vai estragar a nossa roda... IK1, 40 anos, empregada doméstica.

...por isso é que nós preferimos fazer só entre nós aqui da praça, porque nos conhecemos todas e sabemos que a “fulana” tem negócio, então vai poder pagar a contribuição... IK1, 29 anos, vendedora.

Qual é o conteúdo do vosso acordo?

...Nós quando “se reunimo” “combinamo” o valor que vamos dar, quem vai ser a mãe, quem vai “arecebé” primeiro... IK2, 26 anos, empregada doméstica.

Qual é a periodicidade com que contribuem e recebem os fundos e quantas vezes uma pessoa pode receber?

...Nós esperamos receber o salário e quando todas já receberam, cada uma contribui a sua parte e aquele que estiver na vez dele recebe... IK2, 31 anos, empregada doméstica.

... As nossas contribuições e respectivas atribuições dos fundos arrecadados ocorrem sempre no final do mês, logo após recebermos o salário. Decidimos assim, porque naquele momento ninguém se pode queixar que não tem dinheiro e com base nisso deixar de cumprir a sua obrigação... IK3, 37 anos, funcionária pública.

...Normalmente nós fazemos a kixikila na época em que começamos a cultivar as lavras pra plantar, porque é mais rápido e aproveitamos melhor as chuvas pra regar as plantações quando nos juntamos pra cultivar uns nas lavras dos outros em conjunto... IK4, 42 anos, camponês.

...Quando estamos a ver que a época agrícola já vai começar então “se juntamos” já pra capinar, cultivar e plantar os produtos nas lavras de todos, em conjunto, mas cada um com a sua vez. Às vezes também “se juntamos” na época da colheita... IK4, 37 anos, camponesa.

...A cada roda de kixikila cada pessoa só recebe uma vez, aquele que já recebeu não pode receber mais, mas não sai da roda porque tem que contribuir pra as outras, sai apenas da lista das pessoas que têm que receber, “quem já comeu não pode comer mais”. IK2, 34 anos, empregada doméstica.

Qual é o prazo de duração da roda de kixikila?

...Dura até que a última pessoa da roda receba a sua parte. Se as pessoas quiserem continuar com a kixikila, podem continuar, mas têm de fazer um novo acordo, por vezes com outro valor de contribuição, um número diferente de pessoas e até mesmo com novos membros no grupo... IK3, 40 anos, funcionária pública

Qual é o número de membros do grupo?

O número varia, por vezes para mais e por vezes para menos. No nosso caso, o grupo é constituído por quatro pessoas aconteceu que uma pessoa depois de a roda acabar desistiu do grupo, mas como tinha outra pessoa, um nosso colega daqui do serviço, que estava interessado, logo entrou na nova roda no lugar daquela que saiu e assim o grupo continuou com quatro pessoas. IK3, 33 anos, funcionário público.

...O grupo em que estou é constituído por cento e quinze pessoas, mas já fomos cento e trinta, as pessoas entram e saem... IK1, 53 anos, vendedora.

...No nosso grupo tem três pessoas que são: um jardineiro, uma lavadeira e eu. IK2, empregada doméstica, 32 anos.

Qual é o efeito deste acordo?

...Todos nós ficamos obrigados a contribuir e também com o direito de receber, na respectiva vez, o produto desta contribuição. Com isso, ninguém pode alegar que não tem dinheiro ou que está doente para furtar-se

ao dever de contribuir, porque todos nós sabemos que, quando estamos numa roda de kixikila, não devemos gastar o dinheiro á toa, devemos reservar algum para as contribuições... IK3, 35 anos, funcionário público.

As pessoas são livres de sair da roda da kixikila?

...Em princípio não, as pessoas fizeram um acordo que devem tentar cumprir ao máximo... IK3, 38 anos, funcionário público.

...As pessoas só devem sair no fim da roda, quando todos já tiverem “comido”... IK1, 29 anos, vendedor.

*...Aquele que já se beneficiou não pode desistir...mas mesmo assim, há pessoas que saem...*IK4, 38 anos, camponesa.

Como é que fica em relação ao dinheiro que ela já recebeu ou, não tendo recebido, em relação ao dinheiro que ela já contribuiu?

*...Se ainda não recebeu devolvemos-lhe a parte que ela já contribuiu apenas; mas se já recebeu, fazemos com que ela devolva a parte que recebem a mais do que ela contribuiu...*IK2, 43 anos, empregada doméstica.

Todos os IK conseguem realizar as suas contribuições dentro do prazo?

...Não. Mas como a nossa kixikila é diária, quem não consegue pagar hoje paga amanhã a dobrar¹¹⁴, a mãe da kixikila só tem de assinalar a falta na lista junto do nome de quem não pagou. E, se antes de ela receber não pagar os valores em falta, então quando chegar a sua vez descontamos tudo que ela deixou de pagar... IK1, 45 anos, vendedora.

Quais são as principais alterações que ocorrem ao longo deste acordo?

...A principal alteração acontece no número de pessoas devido as desistências porque, quando alguém que já recebeu desiste levando consigo o dinheiro das outras, fica difícil juntar a mesma quantia pra dar aqueles que ficaram mas que ainda não receberam, e a situação fica ainda mais complicada porque apesar das desistências, todos têm que receber o mesmo valor inicialmente acordado em função do número de membros. Mas, eu como mãe da kixikila, como a nossa kixikila é diária, consigo resolver isto cobrando diariamente, mas já não atribuindo-o

¹¹⁴ A expressão “paga amanhã a dobrar” quer dizer que a pessoa aquando da interpelação para pagamento das contribuições deve pagar o montante da contribuição diferida e o montante referente a actual contribuição, todavia, como o valor das contribuições é igual, a acumulação de duas contribuições não pagas perfaz o dobro do valor, daí a expressão “paga amanhã a dobrar” utilizada pela nossa entrevistada, cuja clarificação é necessária para que não se retire dela um sentido usurário em relação à dívida de uma contribuição em sede de um acordo de kixikila.

diariamente, porque necessito de mais tempo de contribuição pelos restantes para perfazer o valor do fundo inicialmente atribuído... IK1, 52 anos, vendedora.

Quais são as consequências em caso de incumprimento?

...Se a pessoa que recebe dinheiro das outras depois não quer mais fazer contribuição nós vamos à casa dela e tiramos um “objectivo” que é dela, ficamos com ele até ela pagar. Se não pagar, então vendemos e usamos o dinheiro da venda para pagar ao grupo... IK2, 41 anos, empregada doméstica.

...Aquele que se beneficiou do trabalho dos outros depois não quer pagar com o seu esforço na lavra dos outros, nós “le” expulsamos do grupo, da próxima época ninguém “le” aceita mais no grupo... IK4, 36 anos, camponês.

...Se alguém do grupo recebe dinheiro alheio e não quer pagar com a sua contribuição, nós recorremos ao departamento financeiro da empresa e falamos que o responsável para descontar do salário dele o valor em dívida e entregar ao grupo... IK3, 37 anos, funcionária público.

...Se alguém recebe dinheiro do grupo e foge por não querer mais contribuir, como a mãe além de coordenar tem a responsabilidade de escolher pessoas da sua confiança para entrar no grupo, a responsabilidade é da mãe e ela é que paga caso alguma destas pessoas fuja e não se saiba o paradeiro dela... IK1, 48 anos, vendedora.

O quê que acontece na eventualidade de morte de um interveniente?

...Nestas situações, se a pessoa que já recebeu morre antes de completar a roda, a própria mãe da kixikila é que se encarrega de falar com a família, mas também no momento do funeral a própria família pede que as pessoas a quem a defunta devia dinheiro se manifestem para que eles possam pagar a dívida. Mas se a defunta ainda não tinha recebido o seu dinheiro, a mãe da kixikila reúne com as filhas e juntam o dinheiro até o montante que ela tinha contribuído e entregam à família... IK1, 54 anos, vendedora.

Quais os principais problemas da kixikila?

...O principal problema da kixikila é a falta de honra para com a palavra dada que, em princípio, deve ser cumprida independentemente das circunstâncias, pois, às vezes as pessoas alegam uma dificuldades que muitas vezes não existem para justificar o seu incumprimento, prejudicando, deste modo, significativamente o grupo... IK3, 31 anos, funcionário público.

Quais são as vantagens da kixikila?

...A kixikila é a forma de ajuda que nós encontramos para conseguir algumas coisas que não podemos ter só com o nosso salário... IK2, 24 anos, empregada doméstica.

...Quando a pessoa tem uma preocupação e precisa de dinheiro para resolver ou comprar uma coisa que não poderia conseguir só com o salário, então a pessoa se une à uma roda de kixikila e consegue juntar algum dinheiro e aí faz já os seus planos e compra o que quiser... IK2, 26 anos, empregada doméstica.

...É uma forma de juntar dinheiro pra manter o negócio e pra sustentar a família, porque às vezes passamos todo o dia na praça e não conseguimos vender nada, só conseguimos manter o negócio e as despesas da casa graças ao dinheiro que conseguimos com a kixikila... IK1, 40 anos, vendedora.

...Eu comecei a participar da kixikila porque vi que era a única forma de eu conseguir acabar as obras de construção da minha casa, sem ficar muito apertada com as contas... IK3, 35 anos, funcionária pública.

...Quando através da kixikila nos juntamos a trabalhar uns nas lavras dos outros o trabalho corre mais rápido e assim podemos aproveitar bem as primeiras chuvas ou colher mais depressa os produtos e evitar assim de se estragar ou de comerem nos bichos... IK4, 38 anos, camponês.

Tem conhecimento de algum litígio oriundo do contrato de kixikila que tenha chegado ao conhecimento do Tribunal?

...Não. Não tenho conhecimento de nenhum caso de kixikila que tenha vindo a conhecimento do Tribunal. Entretanto, são recorrentes acções oriundas de outro contrato atípico, nomeadamente o contrato celebrado entre as kinguilas e determinadas pessoas, em que as kinguilas cedem àquelas, por exemplo, o montante de A₧ 100.000,00 sob a condição de vir a receber o montante de, por exemplo, A₧ 150.000,00, a título de restituição... E2, Juíza.

Se fosse confrontada com um litígio oriundo da modalidade de contrato de kixikila de dinheiro, que qualificação daria a este contrato para determinar o regime a aplicar?

...À primeira vista, tenderia a qualificá-lo como um contrato de mútuo, mas com ressalvas, na medida em que elementos como o valor em causa e a forma observada na sua celebração, tendo em conta que para um valor igual ou superior a A₧ 220.000,00 é obrigatória a sua celebração por escritura pública, e outros há em que se exige a forma escrita, considerando ainda a actual tendência de a kixikila mobilizar cada vez valores mais elevados e, tendo também em conta o elevado informalismo em que o contrato de kixikila é celebrado, facilmente tal qualificação “cairia por terra”, sendo o negócio declarado inválido... E2, Juíza.

Como qualificaria a intervenção da mãe da kixikila, enquanto coordenadora do grupo?

...Parece-me actuar como depositante, na medida em que, tal como um verdadeiro banco, recebe valores entregues pelos outros intervenientes com a obrigação de os restituir num momento posterior, de acordo com o que se tiver estabelecido... E2, Juíza.

Acha que possível a qualificação da kixikila como um contrato de consórcio?

...Não me parece, na medida em que, apesar de terem um objectivo comum, que se restringe à realização da contribuição, não têm um fim comum, como sucede no contrato de consórcio, em que os seus outorgantes têm em vista a realização de um empreendimento comum. Contrariamente, na kixikila o fim é individual, consiste apenas em cada um receber o que lhe cabe... E2, Juíza.

O que pensa da qualificação da modalidade de kixikila de troca de horas de trabalho como contrato de prestação de serviço?

...Penso que uma tal qualificação acarretaria problemas de responsabilidade por prestação defeituosa, por incumprimento, entre outros, na medida em que, o interveniente que tiver realizado a prestação defeituosa pode, em tal situação, alegar que apenas ajudou, não lhe podendo ser exigida qualquer responsabilidade fundada no seu acto de liberalidade; em caso de incumprimento, pode gerar uma situação de enriquecimento sem causa, na eventualidade de um já ter realizado a sua prestação e o interveniente a quem a tiver prestado recusar-se a realizar a contraprestação, alegando que foi ajudado pelo outro apenas porque aquele o quis ajudar, não sendo ele obrigado a fazer o mesmo e, de facto, não há nada que, juridicamente, o possa obrigar a fazê-lo. E2, Juíza.

De um modo geral, que normas aplicaria a um litígio resultante de um contrato de kixikila?

...Face à inexistência de um regime jurídico próprio deste contrato, no que aos aspectos mais específicos se refere, a solução seria a aplicação analógica do regime dos contratos que lhe são afins, o que poderia resultar na aplicação de mais de um regime jurídico, uma vez que a kixikila reúne em si características e elementos pertencentes a vários contratos típicos... E2, Juíza.

É correcto falar-se em litisconsórcio necessário em sede de um eventual litígio oriundo de um contrato de kixikila?

...Não. Não pode existir litisconsórcio necessário em sede de um litígio resultante de um contrato de kixikila, exactamente pela falta de um interesse comum entre todos os intervenientes na kixikila. Quando muito, poder-se-ia falar em litisconsórcio voluntário... E2, Juíza.

Que meios de prova seriam admissíveis em juízo?

...A resposta à esta questão varia em função da qualificação que fizermos da kixikila, pois, se a qualificarmos como mútuo, até determinado valor (igual ou superior a Akz 220.000,00,) já não seria admissível a prova testemunhal, admitindo-se, neste caso, dada a exigência legal de observância da forma de celebração por escritura pública, apenas a prova documental. Entretanto, dado que actualmente a kixikila atingiu um certo nível de evolução, sendo praticada por via de depósitos e de transferências bancárias, os respectivos comprovativos constituem um importante meio de prova a considerar... E2, Juíza.

ANEXO II – ESTRUTURA FUNCIONAL DA KIXIKILA

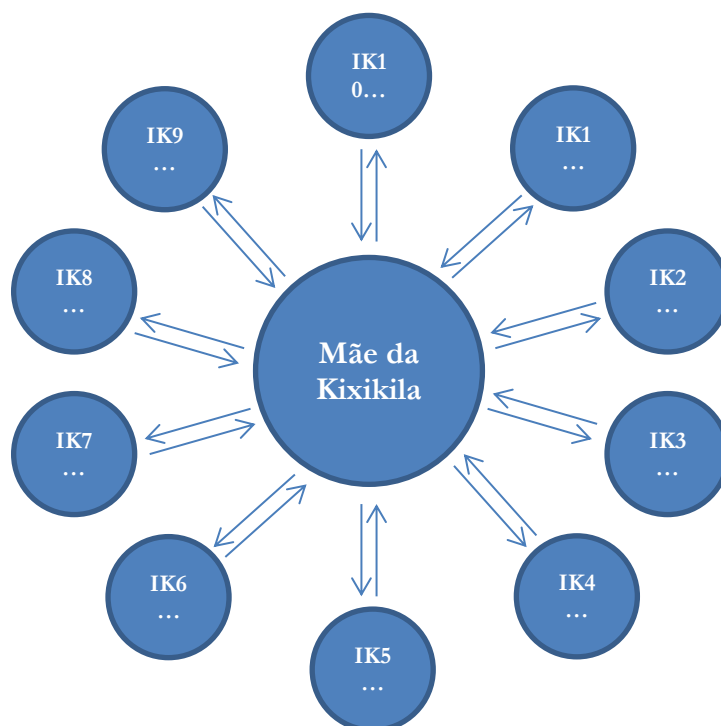
EXEMPLO: Dez pessoas contribuem com Akz 1000 a cada mês.

A mãe da kixikila é uma destas pessoas, contribui e coordena o funcionamento do grupo, cobrando e atribuindo o produto das contribuições a um dos membros periodicamente.

1. Mês 1, o IK1 – normalmente escolhido por sorteio, recebe $10 \times \text{Akz } 1000 = \text{Akz } 10.000$.

2. Mês 2, ao IK2, com base na mesma lógica, é também atribuído o montante de Akz 10.000.

E assim sucessivamente, até que todos os dez membros recebam o valor total de Akz 10.000.



Valor contribuído mensalmente —————> Akz 1000

Akz 10.000 <———— Valor recebido por cada IK

Tabela: Exemplo de uma roda kixikila de 12 pessoas

Dados referentes ao acordo:



Número de intervenientes: 12

Valor da contribuição: Akz 1000

Frequência de rotação: Mensal

Total de fundos a atribuir: Akz 12.000

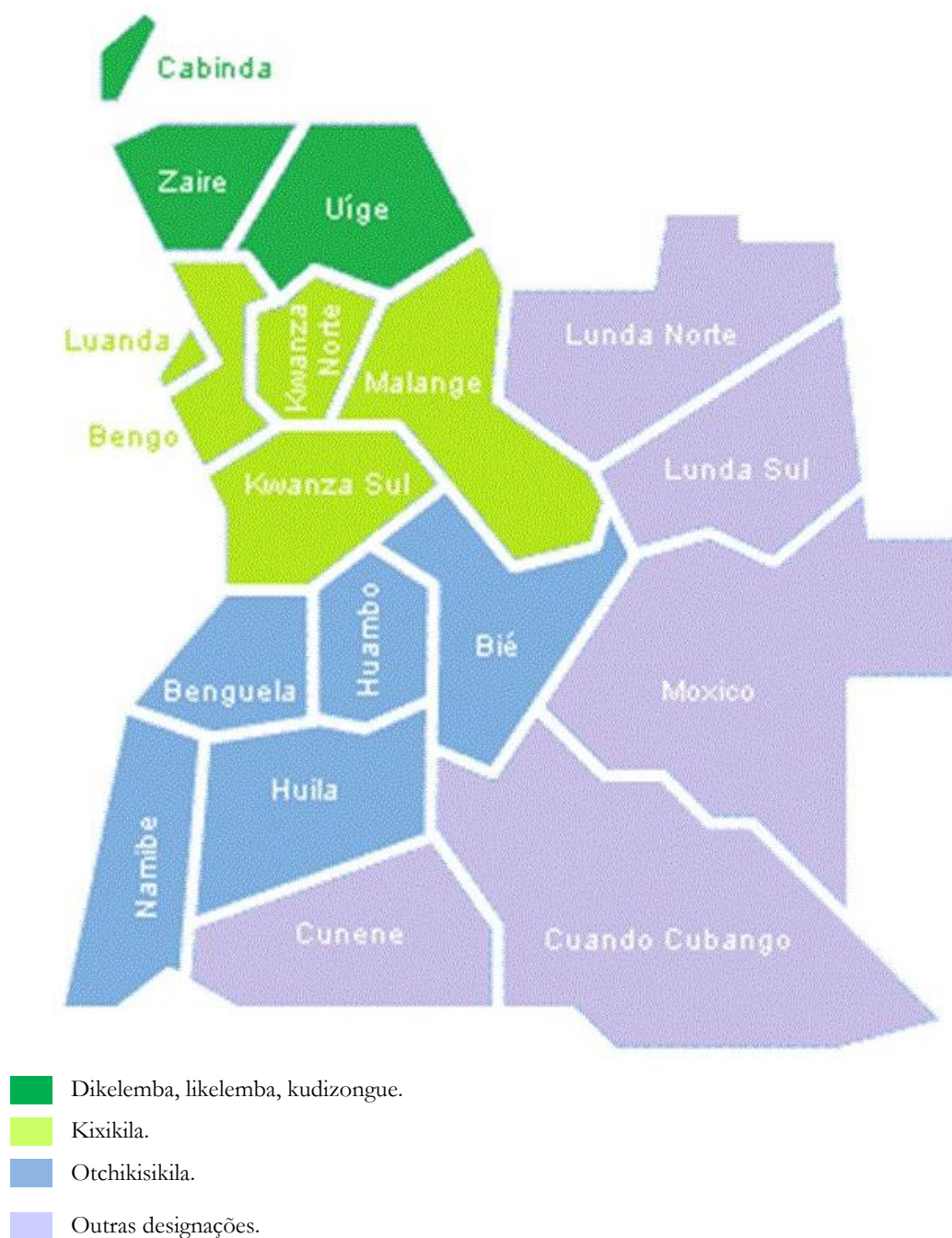
Data de início: Janeiro de 2013

Data prevista para o fim: Dezembro de 2013

IKs	Contribuição Mensal												Total Contrib.
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
	IK1	IK2	IK3	IK4	IK5	IK6	IK7	IK8	IK9	IK10	IK11	IK12	
IK1	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK2	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK3	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK4	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK5	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK6	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK7	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK8	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK9	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK10	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK11	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
IK12	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	12.000
Total Recebido	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	

ANEXO III – QUADROS DOS PAÍSES EM QUE SE PRATICAM ROSCAS E RESPECTIVAS DESIGNAÇÕES

1. Angola – designações usadas nas diferentes zonas do país.



2. Quadro dos países africanos em que se praticam ROSCAS e respectivas designações^{115 116}.

PAÍSES	DESIGNAÇÃO
África Central	Chilemba
África Ocidental	Esusu
África do Sul	Chita, Chitu, Mahodisana, Stockfel, Stockfair, Umangelo, Motshelo, Mahodisama
Angola	Kixikila, Dikelemba, Likelemba, Otchikisikila, kitutu, Kusudekisa, kudizongue
Benin	Asusu, Yissirou, Ndjonu
Botswana	Motshelo, Beerparties
Burkina Faso	Tibissiligbi, Pari, Song-taaba
Burundi	Upatu
Camarões	Djanggi, Jangi, Djapa, Mandjon, Ujangi, Njamggi, Ngwa, Djana, Djapa, Ntchwa
Chad	Pare
Congo	Kitemo, Ikelemba, Temo, Kikirimbahu, Ekori, Kidekimba
Costa do Marfim	Tonton, Moni, Diaou, Moni, Susu, Aposumbo, Safina, Akpolewule, Susu
Egipto	Gameya
Gabão	Monu
Gâmbia	Bandoi
Ghana	Susu, Nnobia, Onitsha, NanameiAkpee
Libéria	São, Susu, Esusu
Madagáscar	Fokontany
Malawi	Chileyano, Chilimba
Mali	Pari, Katapila
Moçambique	Upatu, Xitique
Niger	Adasse, Asusu
Nigéria	Oha, Osusu, Oja, Adashi, Cha, Bam, Uto, Efe, Oku, Mitiri, Compiri, Club
Quênia	Nyakinyua, Itenga,
Senegal	Nath
Serra Leoa	Asusu, Esusu

¹¹⁵ Cf. AMARAL, Ilídio do, op. cit., pp. 29 e 30.

¹¹⁶ Cf. HEVENER, Christy C., op. cit., pp. 27 e 28.

PAÍSES	DESIGNAÇÃO
Somália	Shaloongo, Aiuto, Haghad
Suazilândia	Stockfel, Luholiswane
Sudão	Sanduk; Khatta, Box
Tanzânia	Fongongo, Upatu
Togo	Soo, Sodzodzo, Abo
Tunísia	Noufi, Sanduk
Uganda	Chilemba, Kiremba, Kwegatta
Zaire	Ikelemba, Osassa, Kitwadi, Bandal, Kitemo
Zâmbia	Chilemba, Upatu, Icilimba
Zimbabwé	Chilemba, Stockfair

3. Quadro de outros países em que se praticam ROSCAS e respectivas designações¹¹⁷.

PAÍSES	DESIGNAÇÃO
Bornéu (Indonésia, Malásia e Brunei)	Kongsi
China	Hui
Scotland and Northern England	Menages
India	Kameti, Chit fund
Jamaica	Partners
Japão	Tanomoshi
Korea	Kye
Malaya	Tonti
Mexico	Tanda
Trinidad	Susu
Vietnam	Ho

¹¹⁷Cf. *Idem*, pp. 27 e 28.